

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LTRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

DELAINÉ MARCIA MARTINELLI

**A GÊNESE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: MATIZES DE
UMA IDENTIDADE** - análise semiótica do *Manifesto/Requerimento da Liga Sul-
Mato-Grossense de 1934* e de textos jornalísticos veiculados em 1977

**Campo Grande - MS
2009**

DELAINÉ MARCIA MARTINELLI

**A GÊNESE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: MATIZES DE
UMA IDENTIDADE** - análise semiótica do *Manifesto/Requerimento da Liga Sul-
Mato-Grossense de 1934* e de textos jornalísticos veiculados em 1977

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica.

**Campo Grande - MS
2009**

DELAINÉ MARCIA MARTINELLI

**A GÊNESE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: MATIZES DE
UMA IDENTIDADE** - análise semiótica do *Manifesto/Requerimento da Liga Sul-
Mato-Grossense de 1934* e de textos jornalísticos veiculados em 1977

APROVADA POR:

RITA DE CÁSSIA APARECIDA PACHECO LIMBERTI, DOUTORA (UFGD)

MARIA EMÍLIA BORGES DANIEL, DOUTORA (UFMS)

PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ, DOUTOR (UFGD)

Campo Grande, MS 31 de agosto de 2009.

*Caminhante não há caminho,
o caminho faz-se ao caminhar.*

(Antônio Machado, Cantares, 1875 –1939)

*Mas, ninguém caminha sozinho e meu caminhar
foi compartilhado com pessoas muito especiais:*

meus pais, incentivadores no caminhar;

meus irmãos, auxiliares na caminhada;

Sofia, luz no caminho;

*à Maria Eunice e ao Luciano, que se uniram à
família; e*

ao Paulo, presença marcante na caminhada.

Muito obrigada!

**[...] Meu Mato Grosso do Sul
Meu canto é todo pra você [...]**

(Carlos Fábio e Carlos Marinho, 2008)

AGRADECIMENTOS

A Deus, presente nessa trajetória;

à Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti pela disponibilidade e pelo comprometimento na orientação deste trabalho;

a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e ao Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN pelo incentivo à capacitação profissional;

ao corpo docente do curso Normal Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, de modo especial à professora Maria Bezerra Quast de Oliveira, pelo apoio recebido;

aos colegas técnicos administrativos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

aos professores do Programa de mestrado em *Estudos de Linguagens* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em particular aos professores José Genésio Fernandes e Maria Emília Borges Daniel, pelas contribuições e sugestões no momento da qualificação;

ao professor Nilton Hernandez, pelas primeiras orientações;

ao Jornal Correio do Estado, pelo acesso aos textos;

à Josy, companheira de percurso;

à Lu Melli, pela importantíssima colaboração na coleta do *corpus* e pela amizade;

à Mari Noeli, amiga distante, mas sempre presente; também pela atenta revisão;

à Maria Alice, Nara e Rute, pela amizade e incentivo;

à Jussara e a Loneide, companheiras na primeira etapa; à Marigilda e Renato; Ana Paula e Joana D'arc; aos demais colegas pelo companheirismo e discussões.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – UM RECORTE TEÓRICO.....	18
1.1 – Os termos categoriais.....	25
1.2 – O ser e os efeitos de sentido passionais.....	30
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS DISCURSOS FUNDADORES.....	39
2.1 – Apontamentos históricos.....	39
2.2 – Apontamentos sobre gênero, tipos e domínio discursivo.....	41
2.2.1 – O <i>Requerimento</i>	43
2.2.2 – O <i>Manifesto</i>	58
CAPÍTULO 3 – 1977: TENSÃO, PAIXÃO E FIGURAS.....	79
3.1 – A Liga Sul-matogrossense: a voz autorizada.....	80
3.2 – Garcia Neto: a voz do outro.....	96
3.3 – Mensagem a Garcia: simulacros identitários.....	102
3.4 – O sul-mato-grossense e o mato-grossense: a paixão divisão e a participação popular.....	114
CONSIDERAÇÕES.....	122
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	132

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Sociedades Civas. Liga Sul Matogrossense. Extrato dos Estatutos.....	133
Anexo 2 – a) <i>Requerimento</i>	134
b) <i>Manifesto</i>	136
Anexo 3 – Textos veiculados pelo jornal <i>Correio do Estado</i> no ano de 1977.....	139
Anexo 4 – Correspondência virtual (e-mail).....	159
Anexo 5 – Exposição de motivos.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Figuras do Requerimento.....	55
Quadro 2 – Figuras do Manifesto.....	77

RESUMO

Esta pesquisa apresenta *figuras, paixões e manipulações* presentes em textos temáticos que abordam a criação do estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a traçar a identidade do sul-mato-grossense. Para a análise dos textos, o aporte teórico-metodológico utilizado foi a semiótica de linha francesa – Greimas e seguidores renomados, como Landowski, Fontanille, Barros, Fiorin, entre outros. O *corpus*, que abarca dois momentos distintos no processo da divisão do estado de Mato Grosso, compõe-se de 21(vinte e um) textos. Os dois primeiros, Requerimento e Manifesto, veiculados no ano de 1934, registram o *querer*, por parte do mato-grossense do Sul de sua liberdade e do fim da opressão político-administrativa a que era submetido e nos quais é possível observar marcas da identidade do sul-mato-grossense. Os demais textos, 19 (dezenove), veiculados pelo Jornal *Correio do Estado*, reportam-se ao ano de 1977 – ano em que foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do estado de Mato Grosso – e trazem em seu bojo matizes identitárias do sul-mato-grossense. No decorrer da pesquisa observou-se a manutenção discursiva do *querer* do sujeito, das *figuras*, da *paixão* pela *divisão*, além das *manipulações* presentes na enunciação. Os simulacros, contidos nos textos analisados, constroem o enunciatário como distinto do mato-grossense do Centro-Norte e levam o destinador a conceder-lhe o direito de *ser* sul-mato-grossense. O enunciatário tem seu estado de coisas e seu estado de alma modificados, passando do *parecer* para o *ser* e do *querer* para o *poder*. A identidade do sul-mato-grossense apresenta-se como uma ‘colagem’, visto ser o Estado jovem e habitado por migrantes de estados nacionais e estrangeiros.

Palavras-chave: Identidade, sul-mato-grossense, semiótica francesa, requerimento e manifesto, textos jornalísticos.

ABSTRACT

This research shows figures, passions and manipulations present in thematic texts which tackle about the creation of Mato Grosso do Sul state and their people, looking for marking their identities. For analysing the texts, it was used the French semiotics as theoretical-methodological basis – Greimas and renowned followers, such as Landowski, Fontanille, Barros, Fiorin and others. The corpus, which includes two distinct moments in the process of the division of Mato Grosso state, consists of twenty-one texts. The two first ones, - Requerimento and Manifesto – presented in 1934, note the desire for the liberty and for the end of the political-administrative the population of Mato Grosso do Sul was submitted; where it is possible to observe their identity characteristics. The other texts (19 ones), published by Jornal Correio do Estado (newspaper), take back to 1977 – the year when the state of Mato Grosso do Sul was created and divided from the state of Mato Grosso – showing the identity characteristics from Mato Grosso do Sul. During the research, it was observed the speech maintenance from Mato Grosso do Sul people, their desire, figures, the passion for the division and also the manipulations presented in all assertion. The reproductions, enclosed in the analysed texts, show the deliverer as a different person from Central-Western region and someone who takes the user to permit the right of being an inhabitant from Mato Grosso do Sul. This person has his own individualities, which are modified; passing from the appearance to the essence and from the intention to the dominion. The identity of a person from Mato Grosso do Sul is shown as a “sticking”, since it is a new state, inhabited by migrants from national and foreign states.

Keywords: *Identity, dwellers from Mato Grosso do Sul, french semiotics, Requerimento and Manifesto, journalistic.*

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa nasceu basicamente de duas inquietações. A primeira – surgida durante a disciplina *Identidade e Representações*²³, quando se discutia o tema *identidade* – relaciona-se com a construção da identidade do sul-mato-grossense, assunto sobre o qual se passou a refletir; a segunda funda-se na vivência pessoal da pesquisadora – sulista de nascimento e residente em Mato Grosso do Sul desde 1973 –, que observa a existência de uma necessidade, por parte da população do Mato Grosso do Sul, em se fazer conhecer pelo Brasil, isto é, o sul-mato-grossense quer ser conhecido e reconhecido como aquele que nasceu ou habita o Mato Grosso do Sul. Na busca por respostas às questões acerca da identidade do sul-mato-grossense e da gênese do Mato Grosso do Sul, percebeu-se uma lacuna na área da linguagem²⁴, o que fomentou, de forma mais intensa, o desejo de encontrar respostas a tais inquietações.

Durante essa trajetória, a pesquisadora teve contato com parte dos documentos (*Requerimento e Manifesto*, datados de 1934), nos quais observou que o desejo do mato-grossense do sul não dizia, já naquela época, respeito somente à aquisição da autonomia político-administrativa, mas sim em se dizer diferente do mato-grossense do centro-norte e valer-se dessa diferença como estratégia de convencimento. Tem sido uma ‘diferença’ construída semanticamente, pois, como afirma Bakhtin (2000), a palavra traz em si a expressividade do sujeito e é nela e por ela que as ideologias transitam.

Para o filósofo da linguagem, a “Língua, a palavra, são quase tudo na vida do homem” (2000, p. 24) e, com isso, coloca-se a linguagem no centro do ato comunicativo. Tudo passa pela linguagem. Não é possível ao homem comungar suas ideias, seus pensamentos, desejos e emoções senão pela linguagem e, na sociedade contemporânea,

²³ Disciplina cursada como aluna especial no 1º semestre de 2006, no Mestrado em História – Câmpus de Dourados –, ministrada pelo Prof. Dr. Jérri Roberto Marin.

²⁴ A maior parte dos trabalhos que aborda o tema estão sob a égide dos estudos históricos.

principalmente pela linguagem verbal. A propriedade polissêmica da palavra permite o registro das diversas ideologias com que foram tecidas, isto é, a palavra, o signo, transita no espaço social e é interiorizada pelo sujeito; diferentes sujeitos vão interiorizá-la e processá-la diferentemente, atribuindo-lhes sentidos e/ou valores distintos, sendo eles marcados pelas condições de produção e pela ideologia de cada sujeito. Dessa forma, a palavra, ao retornar ao espaço social, traz mais um significado.

Feitas essas observações relativas à linguagem, resta dizer que, independentemente do enunciado, a construção textual se faz observando o gênero, a época e a sociedade na qual se insere o sujeito e, visa, sempre, a provocar o destinatador. Ambos os documentos (*Requerimento* e *Manifesto*), tomados sob a óptica da semiótica francesa como fundadores da gênese de Mato Grosso do Sul, compõem, juntamente com os textos jornalísticos veiculados no ano de 1977 pelo jornal *Correio do Estado*, o *corpus* desta pesquisa, que tem como objeto identificar dados acerca da identidade do sul-mato-grossense e da criação de Mato Grosso do Sul.

O ano de 1977, escolhido na pesquisa como recorte temporal, é tido como momento de grande tensão, pois, de acordo com o professor Cimó Queiroz²⁵, há um “acirramento de ânimos” entre divisionistas e não divisionistas, registrado em diversas reportagens veiculadas pelo citado jornal naquele ano, como se verá no Capítulo 3. Segundo Cimó Queiroz²⁶, que se reporta às falas de Paulo Coelho Machado²⁷, houve, durante esse período, uma série de reuniões, encontros e idas a Brasília, para se tratar da divisão. Foi um período bastante conturbado, porque sujeito e antissujeito se encontram no limite tensivo de seus estados patêmicos.

Faz-se, nesse momento, uma observação a respeito da mídia²⁸ selecionada para compor o *corpus*, pois, embora ela tenha se posicionado a favor da divisão do Mato Grosso e criação do Mato Grosso do Sul, como declara,

²⁵ Professor adjunto do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

²⁶ Correspondência virtual (e-mail) à pesquisadora (Anexo 4).

²⁷ Divisionista e coordenador, em 1977, da *Liga Sul matogrossense*, entidade legalmente constituída em 1932 com a finalidade de pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso, conforme se verá no Capítulo 2.

²⁸ O jornal *Correio do Estado*, fundado em 11 de fevereiro de 1954, passou, em 1960, ao controle do jornalista José Barbosa Rodrigues, personalidade influente na história do Mato Grosso do Sul, um dos

O CORREIO DO ESTADO, desde a década de 50, o órgão que mais deu apoio aos divisionistas, lançava aquelas declarações na primeira página e, no mesmo dia, a chama do divisionismo estava novamente acesa, muito acesa (*História dos movimentos divisionistas*, Correio do Estado, 14-05-1977, Nº 7231, p. 7 – Anexo 3).

Durante muitos anos, temos nos batido em favor da divisão territorial de Mato Grosso. Não unicamente por sentimento divisionista, mas sim desenvolvimentista, pois sempre entendemos que a criação do Estado de Mato Grosso do Sul seria uma forma a mais de acelerar o desenvolvimento regional, colaborando decisivamente com o crescimento da Nação Brasileira. (*Correio do Estado*, Ano XXIV, Campo Grande, MT (quinta feira) – 25 de agosto de 1977 – Nº 7340 – Edição Especial, primeira página – Anexo 3).

é uma das mídias mais antiga em circulação, a que mantém arquivadas todas as suas edições e a de maior tiragem, fato de suma importância para que se pudessem traçar matizes da identidade do sul-mato-grossense.

Das muitas reportagens veiculadas naquele ano, selecionaram-se aquelas que constroem um contexto que permite que se identifiquem dados acerca da gênese do Mato Grosso do Sul e de uma possível identidade do sul-mato-grossense. São eles: *a*) textos que retomam a *Liga*; *b*) textos que apresentam o Governador do Estado de Mato Grosso, Garcia Neto, declarando-se contrário à divisão; *c*) a série de textos intitulados: *Mensagem a Garcia*, de Modesto Barbosa Leal; e *d*) textos que registram a participação popular, de ambas as regiões (Sul e Centro-Norte), no processo divisionista.

Além do *querer* do mato-grossense do Sul, a efetiva divisão do Estado de Mato Grosso e a consequente criação do Mato Grosso do Sul apresentam-se como uma “Necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma disposição geográfica; decorrente também do desenvolvimento do País e, sobretudo, da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial” (fragmento do discurso proferido pelo Presidente Geisel no dia 11-10-1977, data da criação do Estado de Mato Grosso do Sul – *Correio do Estado*, 12-10-1977 – Anexo 3), isto é, houve interesse do Governo Federal na criação de mais um estado nacional.

associados da *Liga*. Escreveu os três primeiros trabalhos sobre Mato Grosso do Sul, contribuindo na construção da memória historiográfica do Estado; membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, J.B.R. circulava com desenvoltura na elite local e, também, junto ao Governo Federal. Foi dos poucos presentes na solenidade de assinatura da Lei de criação do Estado do MS. (Disponível em: www.fundacaobarbosarodrigues.org.br. Acesso em: 04-08-2008).

Considerado um estado novo²⁹, Mato Grosso do Sul completou, em 11 de outubro de 2007, 30 anos de autonomia político-administrativa e é, ainda, em âmbito nacional, identificado como Mato Grosso. Também o sul-mato-grossense e o mato-grossense são tratados como ‘iguais’, como um povo único – ainda que possuam características distintas, principalmente no que diz respeito às diversidades cultural e racial –, fato que não passa despercebido pelo sul-mato-grossense (mesmo sendo ele imigrante aqui fixado) que, ao ser confundido com o mato-grossense, rapidamente ‘corrige’ com um “do Sul”, numa tentativa de se identificar, perante o interlocutor, como pertencente a outro lugar, ao Mato Grosso do Sul.

Situado na região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul faz fronteira, ao Norte, com os estados de Mato Grosso e Goiás; ao Sul, com a República do Paraguai e o estado do Paraná; a Leste, com os estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Paraná; e, a Oeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia, fato que justifica, em parte, a ocupação do Estado por imigrantes oriundos desses estados e nações. Há também nele várias etnias indígenas, além de migrantes de várias regiões do Brasil e de diferentes nações, que representam importantes comunidades, como japoneses, portugueses, árabes, libaneses, armênios etc. A mistura de todos esses povos trouxe para o Estado uma diversidade cultural, étnica e linguística, no mínimo, peculiar. Tem, por exemplo, uma culinária regional singular: a sopa *paraguaia*, a chipa *boliviana*, uma variedade de pratos *à moda pantaneira*, principalmente peixes, e o tererê³⁰ – herança *guarani*.

A escolha teórica para a realização do estudo dos documentos e textos jornalísticos pauta-se na concepção metodológica do Percurso Gerativo do Sentido, elaborada por Greimas (1966), conhecida, também, como Teoria da Significação. A semiótica francesa é uma metodologia descritiva que, por sua funcionalidade, permite o recorte dos segmentos que constroem o(s) sentido(s) do texto e, com isso, procura compreender como é ‘gerada’ a produção de sentido(s) de um texto, a partir das relações entre suas unidades, mas não se prende a uma teoria de descrição dos sistemas sígnicos; ou seja, a Semiótica toma o texto como um sistema de significações. Significações essas decorrentes das relações que se processam entre as unidades que estruturam o texto, porque

²⁹ Desmembrado de Mato Grosso pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e transformado em Estado, em 1º de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador e da Assembléia Constituinte.

³⁰ Tipo de bebida à base de erva-mate. Bebe-se gelada, o que é bastante apropriado ao clima quente da região.

relação é a palavra-chave para essa Teoria. O referencial teórico greimasiano permite, também, que se analise o *corpus* por meio da descrição e da explanação dos mecanismos e regras que dão à significação a estrutura fundamental para se constituir a si mesma.

O percurso gerativo mostra os níveis de invariância do sentido e dá a cada um desses níveis uma descrição metalinguística adequada. Nesse percurso, distingue-se a imanência, que diz respeito ao plano de conteúdo, da manifestação. Pode-se afirmar que, no nível da imanência, há os patamares: fundamental (nível da estrutura profunda, em que predomina o maior grau de abstração), narrativo (onde o sentido se organiza em programas que envolvem sujeitos e objetos, numa sucessão de estados de transformação, em que os sujeitos visam a valores) e o discursivo (que considera os aspectos de tempo, de espaço, os atores, os temas e as figuras). É nesse patamar (da imanência) que se fixará o presente estudo. Enfim, o simulacro metodológico proposto por Greimas abrange os três níveis de produção de sentido no *plano de conteúdo*: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo, o que implica dizer que é possível depreender sentidos dos mais simples e abstratos aos mais complexos e concretos presentes em um texto.

Esta dissertação encontra-se, assim, organizada: o Capítulo 1, *Um recorte teórico*, que, como o título sugere, faz um recorte da teoria greimasiana, focando o olhar na *paixão* e nas *figuras*, além de apresentar um resumo histórico da Semiótica; o Capítulo 2, *Análise dos discursos fundadores*, onde, com base na semiótica francesa, se analisam os documentos *Requerimento* e *Manifesto* de 1934; o Capítulo 3, *1977: tensão, paixão e figuras*, por sua vez, traz a análise dos textos jornalísticos, nos quais se identificam *figuras* e *paixões* que abonam aquelas apontadas no Capítulo 2, permitindo traçar a identidade do sul-mato-grossense; a seguir, apresentam-se as *Considerações* e, imediatamente após elas, as *Referências* que serviram de aporte teórico, entre elas Greimas (1973, 1993), Barros (1997, 2001, 2005), Fiorin (2002, 2005, 2007), Limberti (1998, 2003), Landowski (2002), Hernandez (2001, 2005, 2006), Fontanille (2007); e os *Anexos*.

Apontar dados acerca de uma identidade – ainda que ‘ilusoriamente’ restrita a identidade do sul-mato-grossense – é tarefa das mais complexas. O que se pretendeu nesta pesquisa, contudo, foi apontar dados da criação do Mato Grosso do Sul e características identitárias do sul-mato-grossense sob o viés linguístico-semiótico. Apesar da complexidade que envolve o tema e da escassez de trabalhos sobre essa temática por meio

de uma abordagem linguística, constituiu-se em um estímulo para a pesquisa e para o estudo das matizes que formaram – e formam – a identidade do sul-mato-grossense. É uma modesta contribuição para a área da Linguística. Outros passos nessa direção certamente serão dados.

Ressalte-se que o termo *identidade* é tomado na perspectiva da semiótica greimasiana, a qual tem na estrutura interna do texto a explicação para o seu dizer; ou seja, vale-se dos procedimentos da própria organização textual e dos mecanismos enunciativos que relacionam produtor e receptor do texto para *descrever e explicar o que o texto diz e como faz para dizer o que diz* (BARROS, 1997), enfim constroem-se matizes da gênese e da identidade do sujeito a partir dos discursos transcritos e analisados.

CAPÍTULO 1

UM RECORTE TEÓRICO

Nomear as coisas por meio de signos artificiais, portanto arbitrários, e atribuir a elas significado, é questão polêmica e continua a ser objeto de estudos. O aprender, o conservar, o transformar e o transmitir cultural são realizados por intermédio de práticas sociais e os discursos são encarregados de reproduzir tais práticas, pois elas “(...) organizam-se para expressar a cultura das comunidades humanas assumindo a condição de sistema de signos para transmitir essa cultura de um indivíduo para outro, de uma geração para a geração seguinte.” (SAUSSURE, 1969, p.15). Saussure esclarece esse *sistema de signos* ao conceber a Semiologia, ou Semiótica, como a ciência que “estuda os sistemas de signos, quaisquer que eles sejam e quaisquer que sejam as suas esferas de utilização” (idem), a ciência que analisa os signos no contexto social.

Os sistemas de signos modalizam o mundo, investidos de ideologias; dessa forma, tudo o que possui um papel social, como uma obra de arte, um vestuário ou uma peça musical, são linguagens revestidas de diferentes substâncias e que podem apresentar o mesmo conteúdo, isto é, são linguagens que apresentam diferentes *planos de expressão* (PE), mas que podem apresentar um mesmo *plano de conteúdo* (PC). São, portanto, os signos que, transitando de um ponto a outro, exteriorizam a comunicação e medeiam a relação entre um e outro homem, visto que são eles, os signos, que ‘traduzem’ a relação entre o homem e o mundo e que veiculam as ideologias.

Após delimitar (ou ilimitar) o campo de estudo da Semiótica – é consenso entre as diversas teorias³¹ que ela se ocupa da significação de ‘todos os tipos de signos’ –, Saussure vai dedicar-se à Linguística, ciência da linguagem verbal ou das línguas naturais (português, francês, inglês etc). Para Saussure (1969, p. 24), o “signo linguístico une não

³¹ O termo Semiótica é utilizado por diversas teorias; entre elas, há a elaborada por Charles Sanders Peirce, que se caracteriza como uma teoria geral de todos os tipos e aspectos dos signos, quase uma filosofia ou lógica do sentido.

uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica” e, com essa definição, introduz o pensamento da descontinuidade nas ciências humanas e sociais. Ele apresentou o *signo* como constituído de *significante* e *significado*; a *pancronicia*, de *sincronicia* e *diacronicia*; a *linguagem* em *langue* e *parole*, pois entendia que o linguístico se estabelece entre a *identidade* e a *diferença*.

Dos estudos de Saussure, apreende-se que é preciso definir as relações que unem os termos-objetos dentro do sistema, porque é por meio deles que os pontos de intersecção entre as relações aparecerão, possibilitando, assim, (re)conhecer as diferenças e as semelhanças entre as partes e o todo existentes nessa relação. Lembrando que *relação* é termo chave para a compreensão da semiótica francesa.

É com base em reflexões suscitadas por Saussure e, em função da incompletude delas, que Louis Hjelmslev funda a Glossemática, também conhecida como Escola de Copenhague, teoria linguística que concebe a língua como forma, distinta da substância, e organizada sob dois planos. O estudioso retoma, em sua obra *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1943), o duplo fazer sógnico – proposto por Saussure, em sua Semiótica, como *significante* e *significado* –, em *expressão vs conteúdo* e *forma vs substância*.

Hjelmslev (*apud* HÈNAULT, 2006, p. 82) distingue o *plano de expressão* do *plano de conteúdo* e observa se esses planos não seriam atingidos pela distinção entre *forma* e *substância*. Estabelece, então, que os quatro termos, dispostos em duas categorias, apresentam pares de propriedades, as quais ele apresenta como: *a*) substância do conteúdo e forma do conteúdo; *b*) forma do conteúdo e forma da expressão; *c*) forma da expressão e substância da expressão. Hjelmslev alerta que “Uma das teses que iremos defender implica, em certos aspectos, uma relação análoga entre a substância do conteúdo, da forma do conteúdo, a forma da expressão e a substância da expressão”, e quer dizer com isso que os extratos concretizam três vezes a mesma relação.

Se se considerar que a relação de analogia vincula-se às relações de manifestação, então, a substância da expressão manifestará a forma da expressão – um som emitido (substância) em língua portuguesa, por exemplo, será constituído de componentes identificáveis na forma de manifestação da própria língua portuguesa; igualmente, a

substância do conteúdo – representada por tudo o quê as palavras em um determinado texto/discurso transmitem, sejam sensações, associação, lembranças – manifestará a forma do conteúdo, que dá textualidade ao discurso – fluidez, clareza, concisão, progressão temática, organização etc. Quanto à terceira relação, a manifestação entre a forma do conteúdo e a forma da expressão, observa-se uma relação reversível, ou seja, além da forma da expressão manifestar o conteúdo, o conteúdo pode manifestar a forma de expressão – tome-se como exemplo o soletrar de um nome, quando se diz: F, de faca, e V, de vaca, em que o conteúdo do nome serve para diferenciar os fonemas /f/ e /v/.

Nesse jogo de analogias proposto por Hjelmslev, a *forma* pertence à língua e a *substância* à fala, sendo que a “Substância depende exclusivamente da forma e não pode, em sentido algum, atribuir-lhe existência independente” (*apud* HÉNAULT, 2006, p.85). A teoria hjelmsleviana traz uma das mais completas definições de linguagem, afirmando que uma linguagem, para se constituir como tal, deve apresentar uma estrutura articulável em dois planos (expressão e conteúdo); que essa estrutura deve ser composta de dois eixos: o eixo do sistema (correlação) e o eixo do processo (relação); que a pertinência dos componentes estruturais é determinada pelo princípio da comutação; que é a existência de relações definidas entre as unidades textuais (relações entre variantes, entre variantes e invariantes e entre invariantes) o traço característico da linguagem; e que não há conformidade entre o *plano de expressão* e o *plano de conteúdo*.

Segundo Fontanille (*apud* HERNANDES, p. 2³²), o *plano de expressão* relaciona-se ao ‘mundo exterior’, isto é, àquilo que se coloca aos sentidos (verbal, visual, gestual, sincrético), enquanto o *plano de conteúdo* vincula-se ao ‘mundo interior’, ao significado. Ambos os *planos* são, nessa perspectiva, inerentes ao homem, permitindo a percepção do texto (PE) e sua significação (PC).

Esses conceitos de Hjelmslev serão um dos alicerces da teoria semiótica greimasiana – e, também, um paradigma para as ciências sociais. Outro teórico que influenciou Greimas foi Vladimir Propp, que definiu, em trinta e uma funções, o esquema funcional sintagmático dos contos russos e publicou os resultados observados em A

³² Semiótica da Publicidade e Jornalismo. (Disponível em: <http://niltonhernandes.sites.uol.com.br/aula.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2007).

morfologia do conto maravilhoso, obra basilar na elaboração dos métodos de análise estrutural das narrativas.

Propp contribuiu enormemente para a definição das partes que compõem o relato e para a concepção da função como unidade mínima na estrutura da narrativa. Foi ele, ainda, que reconheceu a existência de dois níveis no relato: o das funções invariantes (nível do imanente) e o das figuras variáveis (nível da manifestação); quem elaborou a técnica da redução; quem apresentou os conceitos de *interdição obedecida* e *interdição violada*; quem, com a *função zero*, permitiu identificar a supressão ou implicitude de uma interdição; quem estabeleceu a ordem sequencial das funções no interior do texto, traçando, assim, um ‘mapa lógico’ do ordenamento das trinta e uma funções; quem definiu a personagem como um ator antropomorfizado e participante da história e, dessa forma, os elementos constitutivos das narrativas passaram a ser definidos pelo *fazer* ou pelo *ser*; e, finalmente, quem classificou as personagens em atores individuais ou como actantes (termo greimasiano). Propp, apesar de todas essas contribuições, só passou a ser conhecido em 1960, alguns anos antes de sua morte em 1970, quando Lèvi-Strauss publica o artigo *La structure e la forme*.

Lèvi-Strauss é conhecido como ‘pai’ do estruturalismo, corrente que influenciou (e ainda influencia) muitos estudiosos da linguagem no Brasil, principalmente na conceituada Universidade de São Paulo (USP), dado o caráter inovador da abordagem estruturalista. Para Lèvi-Strauss, o “erro da antropologia tradicional, como aquele da lingüística tradicional, era o de considerar os termos e não as relações entre os termos” (HERNANDES, 2005, p. 94) e, a partir do entendimento de que a relação entre os termos é tão ou mais importante que os próprios termos, colocam-na em evidência.

Entre o legado de Lèvi-Strauss, estão os quatros princípios da análise estrutural, a saber: *a)* mudança do estudo dos fenômenos conscientes para o estudo da infra-estrutura inconsciente; *b)* mudança dos termos para a relação entre eles; *c)* estudo do sistema em seu todo; e *d)* descoberta das leis gerais do sistema. Esses princípios lingüísticos ele aplicará a inúmeros fenômenos antropológicos e, por meio deles, observará determinadas analogias existentes entre linguagem e cultura.

Dos estudos de Saussure, Hjelmslev, Propp e Lèvi-Strauss é que Algirdas Julien Greimas, nos anos 60 e 70, concebe a obra *Semântica Estrutural*, na qual traz uma teoria de análise estrutural do texto, fundando a semiótica francesa, que volta seu olhar para a produção de significação nos textos. Barros (2005) aponta que, entre os princípios basilares dessa teoria, estão: o estudo da significação dos textos; a percepção da verdade do texto como uma construção; o abarcamento de uma teoria de “texto” em seu aspecto mais global; a descrição e a explicação do *que o texto diz e como faz para dizer o que diz*; o apego aos efeitos presentes na produção do texto (não se preocupa com ou se prende ao exterior do texto: ao autor ou às suas supostas intenções etc); e a compreensão do sentido de um texto a partir das relações entre as suas unidades. A autora esclarece, também, que para a Semiótica a noção de texto assenta-se em duas formas que se completam

[...] pela organização ou estruturação que faz dele um “todo de sentido”, como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário. A primeira concepção de texto, entendido como *objeto de significação*, faz com que seu estudo se confunda com o exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como um “todo de sentido”. A esse tipo de descrição tem-se atribuído o nome de *análise interna ou estrutural do texto*. Diferentes teorias voltam-se para a análise do texto, a partir de princípios e com métodos e técnicas diferentes. A Semiótica é uma delas. (BARROS, 2005, p. 7)

Busca-se, dessa forma, na estrutura interna do texto a explicação para o seu dizer; ou seja, vale-se dos procedimentos da própria organização textual e dos mecanismos enunciativos, que relacionam produtor e receptor do texto para *descrever e explicar o que o texto diz e como faz para dizer o que diz*. O estabelecimento dessa relação entrelaça-se às experiências individuais dos sujeitos envolvidos (produtor/leitor ou enunciador/enunciatário) no *ato comunicativo*, entre elas a linguística, que é responsável pela percepção das implicações e significações presentes no discurso.

Compreender a significação implica definir o que se entende por sentido. O *sentido* é algo identificável na produção de um efeito de direção ou tensão, por um objeto, por uma prática ou por qualquer outra situação. O sentido é um ‘algo’ percebido por um dos órgãos do sentido (audição, visão, tato, paladar, olfato), enquanto a *significação* apresenta como esse ‘algo’ é articulado, isto é, o sujeito vincula o ‘algo’ percebido a um conteúdo ou conhecimento prévios, o que faz com que esse ‘algo’ percebido passe a conter

uma significação articulada, que se vincula à própria percepção do mundo exterior que o sujeito retém.

Barros assevera que é essa percepção ou sensação exterior que, projetada *no e pelo* sujeito, delimitará ou será responsável pela correlação entre o mundo exterior – significante – e o mundo interior – significado – expressa na forma de conceitos, afetos, sensações, impressões. Essa correspondência entre ‘mundos’ implica categorizar experiências e conhecimentos adquiridos em um sistema de valores que todo sujeito possui e cuja base centra-se na relação sujeito *vs* objeto; valores esses que são fruto do contexto sócio-cultural no qual o sujeito se insere, ou seja, das experiências e conhecimentos acumulados e que o fazem ter esta ou aquela percepção da realidade.

Sustentado por esses princípios, Greimas concebe o *percurso gerativo de sentido* um simulacro metodológico que explicita como se dá a construção da significação no interior do texto, da materialidade dele (música, escultura, pintura, romance, filme etc.), isso porque todo texto possui um *plano de expressão* e um *plano de conteúdo*, lembrando que, independentemente do *plano de expressão*, os textos podem apresentar mesmo *plano de conteúdo*.

Greimas inovou ao conceber a ideia de que o “sentido é gerado”, isto é, é no processo de produção textual que o sentido ganhará vida, é ali que ocorrerá a transformação de um simples vocábulo em algo semantizado e, portanto, portador de significações que, por sua vez, atribuirá sentido(s) ao enunciado. Ao desconstruir o texto em três níveis – o fundamental, simples e abstrato; o narrativo, intermediário; e o discursivo, o mais superficial –, Greimas permite que se investigue como essa produção de sentido acontece.

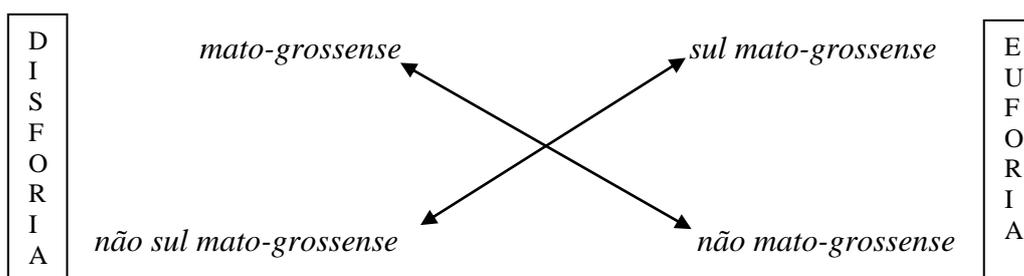
O nível fundamental é fixado na concepção metodológica greimasiana como a base, como a estrutura elementar do texto. É o nível da abstração. É nele que se estabelece a oposição semântica que orientará o leitor na (re)construção de/do sentido no texto. Essa oposição semântica é inerente à própria língua, porque, conforme Saussure (1969), um termo por si só não significa, ele depende de um outro termo para, numa relação de comparação, observadas as diferenças, então, manifestar sua significância – um termo é o

que o outro termo não é. É nessa base estrutural que se localizam os dois termos-objetos que devem, obrigatoriamente, pertencer a mesma categoria.

O termo categoria, na perspectiva estruturalista (Saussure), para a qual a linguagem possui “uma natureza relacional e não substancial...” (GREIMAS & COURTES, 1979, p.45), designa, pois, as relações e não os elementos isolados. Por exemplo, pode-se falar da categoria gênero, articulada pela oposição *masculino/feminino*, que estabelecerá uma rede de relações – não há a categoria feminino ou a categoria masculino. Portanto, se é no nível fundamental que se estabelece essa rede de relações, é nele, também, que a oposição semântica se põe visível para o enunciatário.

Essa rede relacional – que manifesta o sentido dos termos – é marcada por um contraponto, isto é, se “o sentido nasce da diferença” (Saussure), as marcas oposicionais se estabelecem pela contrariedade, pela oposição e pelo contraste. Para explicitar essa rede de relações, Greimas elaborou o quadrado semiótico, um modelo que permite visualizar a representação lógica de uma determinada categoria, que permite se visualizar a relação de contradição, relação de contraditoriedade e relação de pressuposição.

Greimas alicerçou, essa rede de relações, a qual chamou de categoria tímica. A categoria tímica é concebida no nível fundamental do percurso gerativo de sentido e é de suma importância na investigação do estado de alma do sujeito. No nível narrativo, ela se apresenta nas categorias modais do ser (dever – querer – saber – poder), que definem os estados passionais do sujeito, e, no nível discursivo, manifesta-se em figuras. A categoria tímica compõe-se do tripé: *euforia*, quando o sujeito relaciona-se de forma positiva com seu estado de alma; *aforia*, há uma relação de neutralidade; e *disforia*, que diz respeito a uma relação de negação ao estado de alma do sujeito.



Limberty (1998) esclarece que a categoria tímica modaliza a oposição entre sujeito e antissujeito, fato visível no esquema semiótico acima, que representa a relação de contradição entre mato-grossense e sul-mato-grossense. O habitante do sul de Mato Grosso disjuncto do objeto-valor encontra-se em estado disfórico. A relação de contradição antecede (e não poderia ser diferente) a criação de Mato Grosso do Sul (1977) e antecede também aos documentos *Requerimento* e *Manifesto* (1934), visto que o Mato Grosso do Sul ideológico – sujeito virtual para a semiótica francesa –

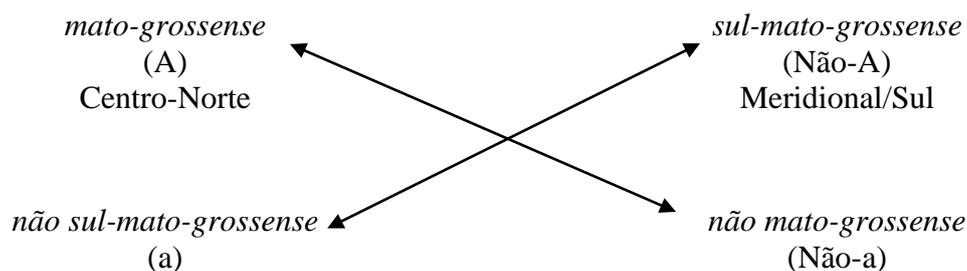
Outro fato marcante no processo de divisão de Mato Grosso deu-se no período da Revolução Constitucionalista, quando o sul apoiou um lado e o centro-norte, outro.

[...] no correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o General Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Barbosa Martins para governador da nova unidade – o Estado de Maracaju. O governo foi instalado em Campo Grande, no dia 11 de julho de 1932 (...). Com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, *apud* BITTAR, 1997, 126).

A existência do Estado de Maracaju é questionada por renomados historiadores, uma vez que os autores “não citam, todavia, os documentos e fatos que poderiam, ou não, confirmar a tese” (BITTAR, 1997, p. 127), entretanto tal estado tem existência discursiva. O mato-grossense do centro-norte e o mato-grossense do sul sempre estiveram separados étnica, social, cultural e geograficamente, de forma que o ‘Mato Grosso do Sul’ já existia como um *estado de fato* e era apenas uma questão de tempo para transformar-se em um *estado de direito*.

1.1 Os termos categoriais

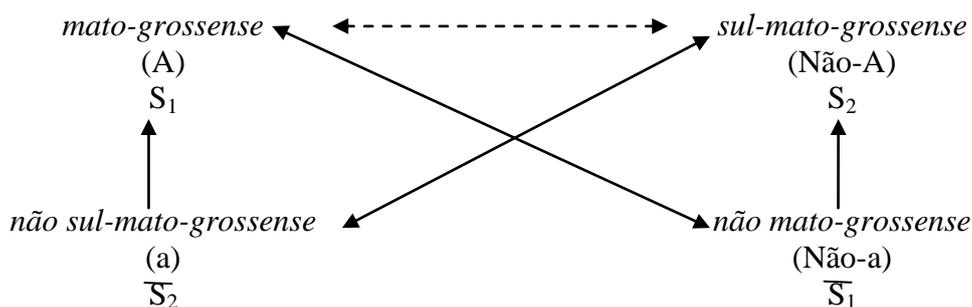
Na primeira geração dos termos categoriais, parte-se da própria oposição de sentidos dos termos que compõem a categoria, para compor o eixo semântico, que, por sua vez, permite que cada termo contraia nova relação.



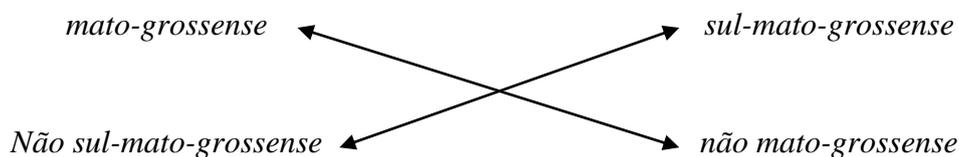
A relação *mato-grossense* / *não-mato-grossense* define-se pela impossibilidade que os dois termos têm de se apresentarem juntos e denomina-se relação de contradição. É por meio da operação de negação efetuada sobre esses termos primitivos que se tem a possibilidade de gerar dois novos termos contraditórios, chamados de termos de primeira geração (*sul-mato-grossense* / *não sul-mato-grossense*).

A seguir tem-se a operação de *asserção*. A asserção efetua-se sobre os termos contraditórios (*não-sul-mato-grossense* / *não-mato-grossense*) e pode apresentar implicações e fazer aparecer os dois termos primitivos como pressupostos dos termos asseverados ($não\ mato-grossense \supset sul-mato-grossense$; $não-sul-mato-grossense \subset mato-grossense$). Se, e somente se, essa dupla asserção tiver por efeito produzir essas duas implicações paralelas, tem-se o direito de afirmar que os dois termos primitivos pressupostos são os termos de uma só e mesma categoria e que o eixo semântico escolhido é constitutivo de uma categoria semântica. Ao contrário, se *não-mato-grossense* não implica *não-sul-mato-grossense* e se *não sul-mato-grossense* não implica *mato-grossense*, os termos primitivos – *mato-grossense* e *sul-mato-grossense* –, com seus contraditórios, se inscrevem em duas categorias semânticas diferentes. No primeiro caso, há uma operação de implicação estabelecida entre os termos *não mato-grossense* e *não sul-mato-grossense* e *não sul-mato-grossense* e *não mato-grossense* e uma relação de complementaridade.

A terceira relação apresentada pelo quadrado semiótico e a de que os dois termos primitivos (*mato-grossense* e *sul-mato-grossense*) são termos pressupostos e, portanto, podem ser falsos ou verdadeiros. É um critério de difícil aplicação.



O quadrado semiótico permite observar o nível abstrato da geração de sentido do/no texto, isto é, é no nível fundamental que se organizam, além da oposição fundamental, as relações entre os elementos de superfície que compõem o nível narrativo e o discursivo.



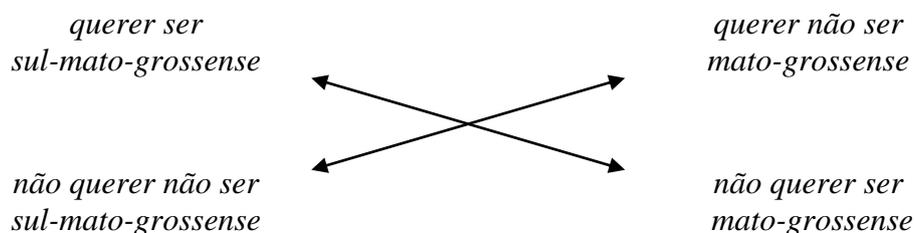
Já o nível narrativo é concebido como aquele em que se descreve a estrutura textual. É onde se manifesta o *fazer* do sujeito. *Fazer* esse que é concebido num enunciado elementar entre o sujeito e o objeto e que pode apresentar duas funções distintas: relação de junção e relação de transformação.

A junção determina a relação do sujeito com o objeto. Se o sujeito estiver junto ao objeto, dir-se-á que há uma relação de conjunção, isto é, sujeito e objeto estão juntos, constituindo, assim, um enunciado de estado; se, ao contrário, sujeito e objeto estiverem separados, tem-se, então, uma relação de disjunção, que estabelece, por extensão, uma relação de transformação, que, por sua vez, gerará um enunciado do *fazer*.

A sequência de enunciados do *fazer*, transformando enunciados de estado, constitui os programas narrativos, a narração em si mesma. É na enunciação que o objeto é investido de valores pelo sujeito – lembrando que um mesmo objeto pode ter valores distintos para sujeitos com valores distintos. Mas, para construir nova trajetória, o sujeito precisa atuar, agir e, conseqüentemente, romper com o *continuum*, romper com a linearidade situacional em que se encontra, seja qual for, harmônica ou não. É nesse

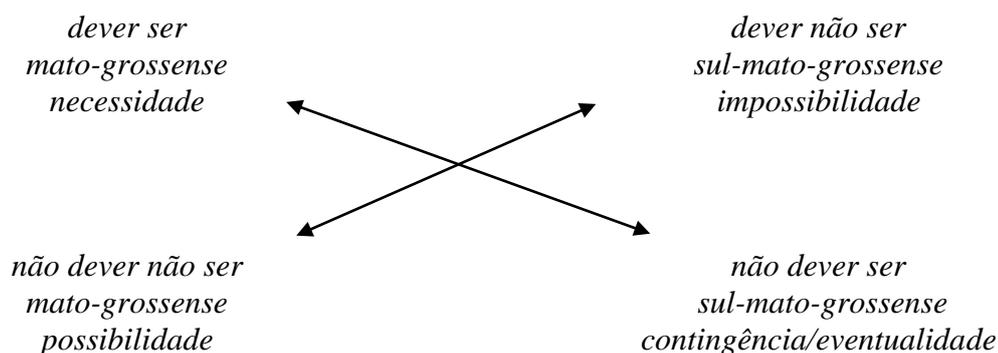
percurso desencadeado pelo sujeito performático – geralmente caótico, porque instala o descontínuo – que é “gerado” o sentido no/do texto.

Greimas delimitou as ações do sujeito pelo verbo *fazer*. O *fazer* do sujeito é modalizado pelo *querer*, *dever*, *poder* e *saber*. Isso significa que, para ser competente, para agir, o sujeito da enunciação e do enunciado precisa, necessariamente, modalizar-se. Ao vincular a competência do sujeito ao *fazer* e estabelecer relações entre esse *fazer* e os modalizadores (*querer*, *dever*, *poder* e *saber*), Greimas concebeu um constructo esquemático aplicável, como abordagem teórica, às mais variadas narrativas. Veja-se como pode ser visualizado esse constructo, tomando-se como base o quadrado semiótico:



O enunciado do *Requerimento e do Manifesto* é regido por um enunciado de estado do *querer*; o sujeito constituiu-se anteriormente à própria enunciação, isso porque, para agir, para partir em busca do objeto-valor desejado, ele precisa investir-se do *querer*, caso contrário, o sujeito será um sujeito afórico.

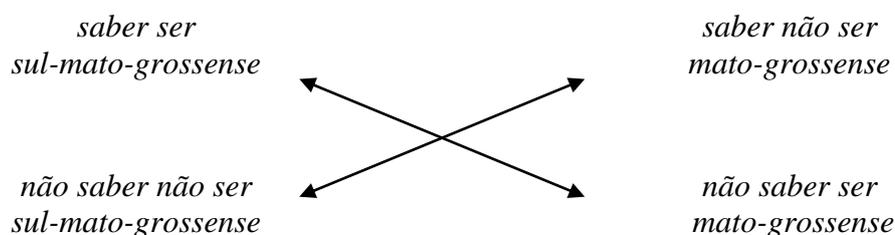
O *dever* pode reger um enunciado de estado ou um enunciado do fazer. O mato-grossense do sul é modalizado por um enunciado de estado, porque não é competente para *fazer*.



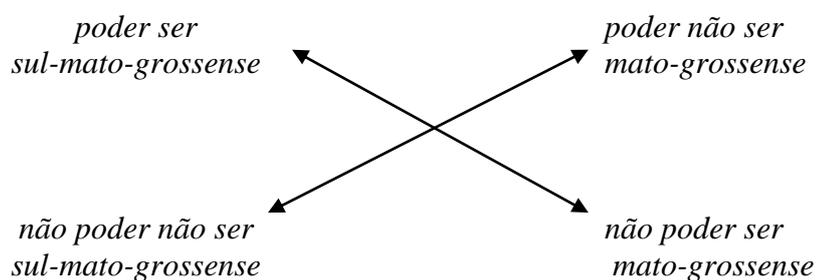
Para *fazer*, o sujeito deve-se encontrar em estado modal e ser manipulado por outro sujeito. Explica-se: a teoria semiótica parte da concepção de que o sujeito para querer entrar em conjunção, partir em busca do objeto-valor, passa por um processo de manipulação, que Greimas classificou em: tentação (querer); intimidação (dever); sedução (querer) e provocação (dever). Entretanto, essa manipulação só terá sucesso, se os valores atribuídos pelo destinador-manipulador ao objeto forem partilhados pelo sujeito, porque é no partilhar valores que a relação se estabelece. O destinador-manipulador dá ao sujeito as competências necessárias para o *fazer*, *fazer* esse que será sancionado pelo destinador-julgador.

Fiorin (2005) esclarece que o esquema narrativo canônico greimasiano divide-se em quatro fases, que são: a fase da manipulação, momento em que um sujeito transfere seu *querer* e/ou *dever* a outro sujeito, transferência essa que pode ocorrer por meio de súplica, pedido, ordem; a fase da competência, quando um sujeito atribui um *saber* e um *poder fazer* a outro sujeito; a fase da *performance*, que é a fase da transformação principal – é o ápice do *fazer* do sujeito –; e a fase da sanção, que requer dois momentos: o primeiro é o momento da sanção cognitiva, quando o destinador reconhece a ação do sujeito e verifica se o contrato firmado entre as partes foi cumprido; o segundo é o da sanção pragmática, após julgar a ação do sujeito, o destinador-julgador concede-lhe o mérito ou a penalidade, castigo, caso não tenha satisfeito o contratado com o destinador. Essa sanção pode ou não ocorrer.

Para *fazer*, o sujeito necessita do *saber*. O *saber* é o próprio objeto na instância da enunciação, instalando nela a debreagem discursiva e é o responsável pela competência de *ser* do sujeito (COURTÉS & GREIMAS, 1979).



O sujeito do enunciado/enunciação *quer ser sul-mato-grossense*, mas não tem competência para o *fazer*, entretanto *sabe* que o enunciatário tem o *poder fazer* e, em função disso, enreda-o com argumentos de autoridade. Para *fazer*, o outro *dever-querer fazer* que tem que ser competente, ser hábil para manipular o enunciatário, levando-o a partilhar os mesmos valores que ele, sujeito, investe no objeto. Enfim, se, para *fazer*, o sujeito necessita ser manipulado, os documentos *Requerimento e Manifesto* contemplam esse *fazer*, oferecendo ao sujeito-destinatário, que tem o *poder*, valores modais para *dever-fazer* a liberdade do mato-grossense do sul.



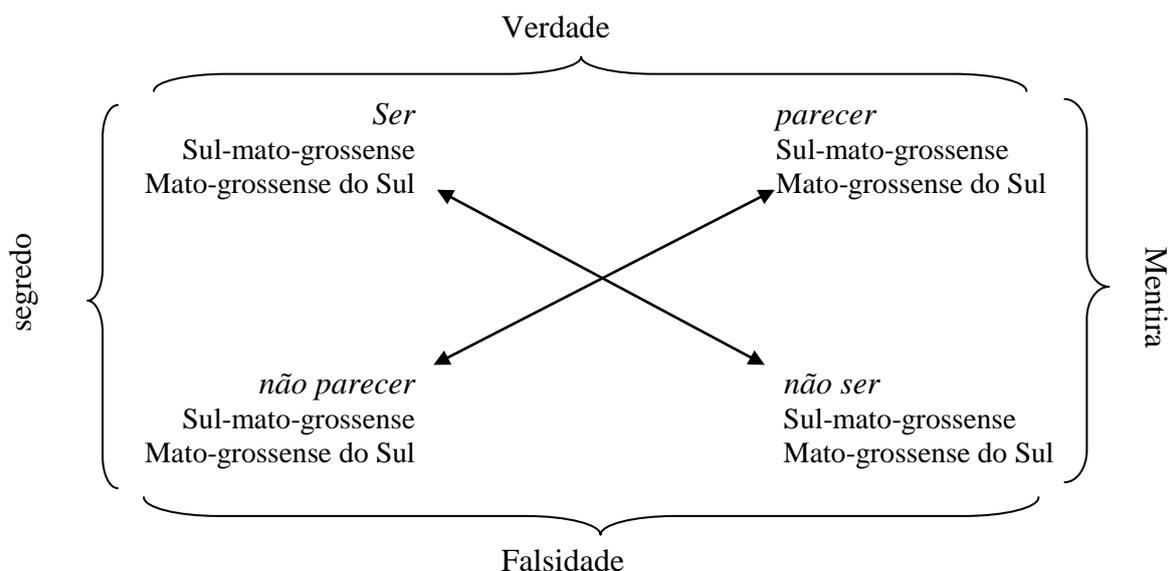
A enunciação demonstra que o sujeito *quer ser sul-mato-grossense*, mas *deve ser mato-grossense*; que o sujeito só *sabe ser sul-mato-grossense*, mas não tem *poder* para ser sul-mato-grossense; logo, deve ser ‘obediente’ e, nessa ‘obediência’, observa-se, velada, a revolta.

1.2 O ser e os efeitos de sentido passionais

A semiótica greimasiana define a *paixão* como “efeito de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito” (1997, 17), o que equivale dizer que o sujeito que retém/tem em si desperto um dos sentidos sensoriais (visão, audição, tato, paladar, olfato) ou um dos sentidos cognitivos em relação a um objeto-valor é um sujeito investido de *paixão*. Esse estado em que se encontra o sujeito, além dos valores modais que o qualificam, pressupõe outro estado, o do *ser* e o do *crer* (as crenças), que são valores subjetivos e inerentes ao sujeito, vez que são reflexos das experiências e vivências, frutos

do meio sociocultural em que o sujeito vive/viveu e que, portanto, traz consigo e que lhe permitirão construir discursos verdadeiros ou não, secretos ou mentirosos.

Para entender melhor esse percurso do *ser* e do *crer*, Greimas propõe que se visualizem as possíveis relações de ‘efeitos de sentido’ que podem ser estabelecidas no texto, a partir do esquema:



Sendo o discurso uma prática social que envolve sujeitos que circulam em um mesmo contexto cultural, é possível estabelecer relações entre o *parecer* e o *ser* do sujeito por meio dele, visto que o sujeito interpretante (destinatário) partirá do *parecer* ou *não parecer* para chegar ao *ser* ou *não ser* do ser e chegar ao nível da imanência. Esse modalizar veridictório, a interpretação do destinatário, vincula-se à cultura, aos valores, crenças e saberes que possui e que permitem a ele fazer determinados julgamentos sobre o *parecer* e o *ser* do sujeito-destinador. Se, como entende a Semiótica, cada sujeito percebe o texto de acordo com suas experiências, com o conhecimento de mundo que possui, então, conseqüentemente, entende que cada texto constrói uma imagem, ou uma *verdade* do que quer convencer; enfim, o sujeito enunciadador produz um discurso com ‘efeito de sentido de verdade’ e caberá ao sujeito destinador aceitar ou não essa ‘verdade’.

Os estudos semióticos apontam que há muitas limitações (de ordens biológica e psicológica), além da limitação própria da língua, que levam o homem à percepção da realidade como a “existência de um mundo único e de uma verdade inquestionável”, quando, em verdade, o “mundo” está imerso em vários “mundos”; por exemplo, o “mundo

ocidental”, o “mundo oriental”, o “universo dos empresários” e o “universo dos trabalhadores”, onde diferentes sujeitos possuem diferentes percepções da realidade e, conseqüentemente, diferentes *verdades* ou diferentes *efeitos de verdade*. Nesse sentido, a semiótica greimasiana propõe pensar-se a produção de sentido como um fenômeno humano, o que faz com que cada texto construa a sua verdade.

Na concepção semiótica greimasiana; emissor e receptor transformam-se em *sujeitos em relações* que engendram simulações complexas. São as simulações, ou simulacros, que projetam o sujeito às modalizações do *fazer*. Assim, os simulacros na constituição da enunciação farão circular a comunicação e são eles que, projetados e processados tanto pelo sujeito-destinador quanto pelo sujeito-destinatário, constituem uma relação intersubjetiva.

As relações intersubjetivas são sempre alicerçadas em um contrato firmado, em geral livremente, entre os envolvidos na enunciação. Rege o senso comum que esses contratos bilaterais envolvem ajustes de reciprocidade entre as partes, nos quais, a cada um dos contratantes, se determina uma ‘obrigação’, sendo que essa obrigação encontra sustentação na razão de ser na obrigação do outro. Num primeiro momento o contrato é uma proposta, uma oferta do que se pretende contratar, é a declaração séria do que quer, do que deseja uma das partes, reflexo do seu querer; em contrapartida, tem-se a aceitação que é, por sua vez, o reflexo do querer da outra parte que assume, face à proposta daquela, o compromisso de ajustar e/ou fazer cumprir o acordado ou proposto.

Constitui-se o contrato na expressão elementar da vontade humana. Expressão essa que apresenta dois momentos distintos: um subjetivo, psicológico, interno, representado pela própria formação do querer; e um objetivo em que a vontade se reflete por meio da proposta declarada. A vontade, enquanto oculta no espírito do homem, conserva-se ignorada de/por todos, não sendo relevante; quando declarada, passa a combatida ou ratificada. Há, entretanto, entre a vontade e a declaração de vontade uma identidade, conquanto essa é a exteriorização daquela. A Semiótica chama-o de *contrato fiduciário* – contrato de fé, de confiança – e o responsabiliza pelos estados de *paixão* dos sujeitos.

A desestabilização da relação entre os sujeitos ocorre porque as expectativas projetadas pelos simulacros deixam de ser atendidas ou porque as cláusulas (pré)estabelecidas não correspondem ao *querer* de uma das partes ou porque elas não foram cumpridas. E é nessa relação de fidejussão entre os actantes que se estrutura um outro contrato, o *contrato veridictório* – no qual as ‘coisas parecem verdadeiras’. Mas, para que as coisas pareçam verdade, é preciso que os sujeitos confiem um no outro, compartilhem as mesmas expectativas em relação ao(s) simulacro(s) projetado(s) e atuem de forma satisfatória para, no momento da sanção, receber prêmios e não castigos.

Vale lembrar que, às vezes, o sujeito de estado manipula o sujeito do fazer, levando esse a *dever-fazer* algo por aquele que aguarda, espera, confiante. Essa *espera* – tratada como “espera fiduciária” ou “espera pela fé” na semiótica francesa – pode gerar um estado de tensão disfórico-disjuntivo ou um estado de relaxamento eufórico-conjuntivo. A *espera* provoca *efeitos de sentido* no sujeito, que se dividem em: efeitos de satisfação/insatisfação, para dizer da relação do sujeito com o objeto valor; e efeitos de confiança/desconfiança, para registrar a ruptura ou manutenção do *contrato fiduciário*. O estado tensivo é gerado pela insatisfação e/ou pela decepção; já a euforia é resultante da satisfação e/ou confiança recebida, após a *espera*.

O sujeito investido de insatisfação ou decepção pode oportunizar um *programa de liquidação de falta* (o *programa de falta* ocorre porque o sujeito não tem *poder*, nem *saber*, tampouco um *querer-fazer*). A *falta* pode ser resultado da relação do sujeito com o objeto-valor ou resultante de uma relação intersubjetiva na qual haja ausência de confiança. Para liquidar a *falta*, o sujeito de estado modaliza-se e, conseqüentemente, simula um percurso de transformação, que poderá ou não ocorrer. Greimas (*apud* BARROS, 2005, p. 21) esclarece que o sujeito do estado no percurso de liquidação de falta é um sujeito passional (*querer-fazer*), tornando-se competente para o *fazer*, porque tem no *poder-fazer* sua afirmação.

Entender a *paixão* como um componente das relações modalizadoras do sujeito gerou, e continua gerando, muitos estudos, alguns controversos, e desperta polêmicas, visto ser a *paixão* um tema cujas fronteiras parecem impossíveis de se delimitar ou delinear, principalmente pelo fato de ela ser um componente determinado culturalmente. A

definição de *paixão*, apresentada por um dos mais conceituados dicionários de língua portuguesa no Brasil, dá mostras de quão polissêmica ela é:

Paixão. *s.f.* 1. **Movimento** violento, impetuoso, **do ser para o que ele deseja**. / Atração muito viva que se sente por alguma coisa. / Objeto dessa afeição. / **Predisposição para ou contra**. / Arrebatamento, **cólera**. / **Amor, afeição muito forte**. /2. Religião Descrição, que é feita no Evangelho, da condenação, da agonia e da morte de Jesus Cristo. (Neste sentido, escreve-se com maiúscula.) /3. Tipo de música vocal dramática que relata os sofrimentos de Cristo de acordo com o Evangelho. &151; É uma espécie de oratório. Acreditam os historiadores que a *paixão* foi cantada pela primeira vez no ano 300 d.C. A *Paixão Segundo São Mateus*, de Johann Sebastian Bach, é a maior das *paixões* compostas. (grifos nossos) (Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Paixao>)

A *paixão* pode significar **cólera** ou **amor**; o contexto dar-lhe-á o sentido. Entretanto, é pertinente observar o registro de que a *paixão* é “um movimento (...) do ser para o que ele deseja”, independente do sentimento que o move.

Aristóteles, em *A Política* (1966), pensava o *páthos* como oposto da *lógica*. Para os antigos, a *paixão* era uma patologia que levava o sujeito à *loucura*, à *morte*, à *obscuridade*, ao *caos*, à *desarmonia*. Esse conceito, que não era uma unanimidade, começa a transformar-se no século XVIII, momento em que a *paixão* passa a ser vista como um componente que *faz* o sujeito agir de forma tal que passe a conquistar seus quereres, que se invista de *competência* e altere seu estado modal (FIORIN, 2007, p. 51).

Se, num primeiro momento, a semiótica francesa ocupou-se das *manipulações* e *sanções* no percurso gerativo de sentido, ao reconhecer, a partir de 1980, o componente patêmico, ou estado de alma, como inerente ao sujeito, passou a ocupar-se, também, desses efeitos passionais que são determinantes na modalização do sujeito, isto é, passou a estudar as *paixões* que estão/são manifestadas no enunciado por meio dos elementos semânticos que ali se encontram, visto serem eles os portadores de significação. O que move a *paixão* é a transformação contínua e recursiva do estado do ser do sujeito, o que só é possível quando o sujeito institui determinado valor a um objeto, que passa a ser alvo do seu querer e, dessa forma, ele passa a agir com a intenção de tomar posse daquilo que deseja. O objeto desejado passa, então, a conter um ‘estado de alma’, ou seja, o estado da coisa (objeto) passa a refletir o ‘estado de alma’ do sujeito, uma vez que o objeto significa a coisa que

quer o sujeito (GREIMAS & FONTANILLE, 1993); enfim, ao projetar sobre a coisa (objeto), ou sobre o mundo, seu estado de alma o sujeito transfere para elas o seu ser.

Segundo Bertrand (*apud* BATISTA e NASCIMENTO, 2008, p. 214) “trata-se, na verdade, de construir uma semântica da dimensão passional nos discursos, ou seja, considerar a paixão não naquilo em que ela afeta o ser efetivo do sujeito dos sujeitos *reais*, mas enquanto efeito de sentido inscrito e codificado na linguagem”; dessa forma, estabelece-se um percurso para a passionalidade, embasado nos modalizadores do *fazer* e do *ser*. “A modalização é a modificação de um predicado por outro” (GREIMAS *apud* FIORIN, 2007, p.2), modalização que, por sua vez, se desdobra nas quatro dimensões do *fazer* (querer, dever, saber e poder) que, acrescidas das relações entre o ser e o parecer (modalidades veridictórias), resultam em *paixões*. Ao transitar de um estado modal para outro, o sujeito atuará de forma distinta e, em função disso, seu estado passional também sofrerá mudanças.

É no nível narrativo que a *paixão* se estabelece para o enunciatário. Entre um e outro percurso, um e outro programa, o sujeito, geralmente em estado *disjuntivo*, transforma seu estado modal inicial para, ao final do percurso, ficar *conjunto*. Mas, pode ocorrer do sujeito patêmico não conseguir transformar seu estado modal (é o que ocorre com o mato-grossense do sul até 1977), fato que o leva a outra *paixão* ou *estado de alma* e o levará a um novo percurso.

Fiorin (2007, p. 11) esclarece que “[...] As *paixões* são efeitos de sentido das compatibilidades e incompatibilidades das qualificações modais que modificam o sujeito de estado [...]”; isso porque um sujeito do *querer* nem sempre pode se transformar em sujeito do *fazer*. A *aspectualização*, a *temporalidade* e a *modulação tensiva* (intensa ou extensa) que caracterizam a *paixão* se constituem na enunciação e podem se apresentar como *comportamental* ou *fisiológica*. A *paixão* será, também, no enunciado, *mencionada* ou *representada*. Ela será *mencionada*, quando o lexema, cuja definição tem por base a cultura na qual está inserido, possuir uma carga semântica valorativa que remeta a esse estado de passionalidade; e será *representada*, quando vier figurativizada pelas ações do(s) sujeito(s). Ainda, segundo Fiorin (2007, p. 12), “as *paixões* manifestam-se comportamental (por exemplo, a adulação, a blandícia, a agressão, os gritos, as palavras doces) ou

fisiologicamente (por exemplo, aumento de batimentos cardíacos, choro, riso, sudorese, respiração, ampliação dos níveis de adrenalina ou serotonina).”.

Outra característica da *paixão* é que ela pode ser *simples* ou *complexa*. As *paixões de objeto* são consideradas *paixões simples*, visto que se prendem à relação modal do sujeito com o objeto (aquisição ou não dos valores desejados); enquanto as *paixões complexas* resultam de uma cadeia de percursos, nas quais o sujeito estabelece uma relação consigo próprio ou com outros sujeitos, há uma *paixão de confiança*, porque o sujeito *confia*, *crê* no *poder fazer*, seu ou do *outro* que está envolvido no enunciado/na enunciação.

Ao produzir esse efeito de sentido de ‘vontade’, o sujeito destinador constrói um simulacro de *fazer-parecer-verdade*, não significando, contudo, que esse discurso seja um dizer verdadeiro. Caberá ao destinador aceitar ou não essa manipulação discursiva do *fazer-parecer-verdade* e que, uma vez aceita, implicará em um contrato de confiança, de verdade. Nesse contrato, a verdade repousará sobre o intercâmbio cultural, o que pressupõe, como afirmado, o (re)conhecimento dos valores dos objetos presentes no discurso. Esse saber é um dos responsáveis pelas trocas estabelecidas pelo senso comum, o que, em tese, equivale dizer que “a verdade é objeto de comunicação e necessidade de sanção fiduciária” (FIORIN, 2007, p.4).

Segundo Greimas (1976, p. 8) “na época de manipulação em que vivemos, a distância entre a verdade e a certeza, entre o saber e o crer, é particularmente visível”, ou seja, o incrédulo homem contemporâneo deixa-se manipular por discursos políticos, religiosos, ideológicos, nos quais passa a crer. Entretanto, essa crença tem bases frágeis, o que a torna efêmera e relativa, porque se pode crer no que o ‘texto diz’, mas não se pode sabê-lo verdadeiro. Logo, ambas, certeza e verdade, são representações de difícil, mas inevitável, coexistência. O teórico reservou ao nível discursivo, o mais superficial, espaço para o(s) tema(s) e a(s) figura(s) – além dos atores, do tempo e do espaço. É nele que o enunciado se constitui para o enunciatário, é onde se dá concretude ao *dizer*, ao *dito*.

O *Requerimento* e o *Manifesto* constituem-se ora em textos temáticos, vez que estão alicerçados e organizados em categorias linguísticas (BARROS, 2005); ora em textos figurativos, o que, de acordo com os ensinamentos de Platão e Fiorin (2001, p. 87-95), não

constitui uma novidade, porque os discursos se apresentam ora predominantemente concretos ora predominantemente abstratos.

Os textos entendidos como temáticos – aqueles que explicam as coisas do mundo – tentam, de forma ordenada, classificar e interpretar tais coisas, estabelecendo relações e dependências entre essas ‘coisas’; são textos que têm função interpretativa. Esses textos compõem-se de termos abstratos, que englobam, num tema geral, os subtemas que constroem e dão progressão ao texto. Para se apreender o tema geral, é preciso que se perceba o encadeamento dos subtemas e dali se depreenda o que é uno e o que é diverso ao próprio tema. Já os textos figurativos produzem um efeito de realidade ao representarem de forma concreta o mundo, isto é, criam uma imagem *do* e *para* o mundo.

Para Platão e Fiorin (2001), os textos, temáticos ou figurativos, representam os dois níveis de concretização do sentido; esclarecendo os autores que o texto temático não tem cobertura figurativa, mas que o texto figurativo possui um nível temático que lhe é subjacente.

O tema geral presente no *Requerimento* e no *Manifesto* evidencia-se no primeiro parágrafo de cada documento: “[...] **pleitear** a criação de um Território Federal, ou Estado **Autonomo**, na região Sul de Mato Grosso” (§1º/*Requerimento* – Anexo 2a); “[...] a **criação** do TERRITÓRIO FEDERAL ou do novo ESTADO DE MARACAJÚ – **aspiração** dos brasileiros, que criaram a civilização sulista” (§1º/*Manifesto* – Anexo 2b) (grifos nossos), ou seja, expressam de forma nítida o que deseja a *Liga* – representante dos sulistas – e os próprios sulistas (a *Mocidade*) que assinam o *Manifesto*: a divisão do sul do estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, a sua liberdade.

Os termos *pleitear*, *autonomo*, *criação* e *aspiração*, pela organização e disposição sintática em que se encontram e pela carga semântica que possuem, permitem que se confirme o tema, pois denotam, respectivamente, a pretensão dos enunciadores: discutir, defender em juízo (e é o que fazem ao encaminhar ambos os documentos aos constituintes), fazer por conseguir a criação de um novo Estado, livre, emancipado de Mato Grosso, buscando isso de forma veemente. Convém esclarecer que há outros temas que podem, a critério do enunciatário, ser tomados como temas gerais, como, por exemplo, a (in)justiça e a diferença, que remetem à virtualidade do sujeito, ou seja, são temas

anteriores ao tema da divisão e não menos importantes que esse e que podem ser abstraídos no nível fundamental.

A *figura* – elemento que transfere o plano de expressão para o plano de conteúdo – é termo necessário para expressar a realidade, seja essa realidade pertencente ao ‘mundo natural’ ou ao ‘mundo ficcional’. É ela que cria o ‘efeito de realidade’ e dá representatividade, concreta ou abstrata, ao *dizer*. Cabe ao enunciador selecionar a *figura* cujo conteúdo semântico comporte o tema que deseja evidenciar, para que o enunciatário, ao ter contato com a *figura*, desvele-a e, com isso, invista-a de mesma significação. Greimas ensina que a seleção de *figuras* e o seu recorte estão intrinsecamente relacionados à Cultura. Uma *figura* pode recobrir diferentes significados, por exemplo, o uso da cor para significar luto: os ocidentais representam-no com a cor preta; os orientais, com a cor branca.

As *figuras* são conectores isotópicos e, por isso, importantíssimas, visto que portadoras de carga semântica; permitem elencar semelhanças que determinam, por extensão, as possíveis diferenças entre o mato-grossense e o sul mato-grossense. O próximo capítulo apresenta a análise dessas semelhanças e diferenças, perpassando pelas *paixões* e *manipulações* que encerram a enunciação nos *discursos fundadores* (*Requerimento e Manifesto*).

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DOS DISCURSOS FUNDADORES

2.1 Apontamentos históricos

Historiadores apontam o movimento separatista “Estado Livre de Mato Grosso” – que pretendeu, em 1892, instituir a *República Transatlântica* – como o possível nascimento do ideal divisionista; outros afirmam não haver relação entre esses dois momentos históricos, porque “o separatismo de 1892 é recomendado pela situação dos revoltosos e não por idealismo” (BITTAR, 1997, p. 60). Mas, concordam que a ocupação de Mato Grosso iniciou-se com a descoberta de minas de ouro na região de Cuiabá, no século XVIII, fato que atraiu sertanistas e aventureiros, cujo interesse maior era enriquecer. Muitos deles terminaram por se fixar no Centro-Norte, principalmente no centro, Cuiabá. Já o Sul foi ocupado por migrantes ligados, primeiramente, às atividades pastoris; depois, aos trabalhos na *Cia. Mate Laranjeira* e na Ferrovia Noroeste do Brasil. É somente no início do século XX que, legalmente organizados, os meridionais passaram a ser vistos e ouvidos pelo Governo Federal como distintos dos do centro-norte. É nesse período, mais precisamente em 1932³³, que é fundada a *Liga Sul Matogrossense*³⁴, entidade cujo objetivo era “Pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados”.

O centro-norte nunca quis a divisão do Estado e forjou uma identidade para toda a região. Segundo Galetti (*apud* CIMÓ, 2006) a construção da “identidade matogrossense” visou apenas à elite daquela parte do Estado, que se considerava verdadeira “sentinela da civilização no sertão”, ou seja,

³³ Anexo 1 – Sociedades Cívis. Liga Sul Matogrossense. Extrato dos Estatutos.

³⁴ Manteve-se a grafia original, isto é, a ortografia da língua portuguesa vigente à época.

Elabora-se uma ‘memória de consenso’, forjando-se um ‘sentimento de pertencimento ao grupo’ que seria útil para ‘escamotear as desigualdades sociais’ e ‘unir facções políticas rivais’ [...] resgatam suas origens bandeirantes ou européias, ‘silenciando-se sobre o lado indígena’ [...] procura-se fixar a imagem de um meio físico e saudável e firma-se o critério do ‘pioneirismo’ como um dos recursos de manutenção da ‘primazia do mando’. (CIMÓ, 2006, 152).

Entretanto, essa ‘memória’ não engloba os habitantes do Sul do Estado.

O povo do Sul surgido a menos de 100 anos, que são, na sua quase unanimidade, filhos de paulistas, mineiros e riograndenses, dos quais herdaram a lealdade cavalheiresca, a exuberante franqueza e a independência indomável (Requerimento da Liga Sul-matogrossense encaminhado ao Congresso Nacional em 1934 – Anexo 2a).

Embora as diferentes formações culturais e geográficas entre as regiões fossem nítidas, havia um imperativo que fazia com que Cuiabá não quisesse a divisão: a questão financeira. O centro-norte do Estado gerava pouca riqueza, mas consumia quase tudo o que era produzido em todo o Estado.

Na década de 1930, a elite campo-grandense está consolidada e, em 1932, apoia a Revolução Constitucionalista. Esse período acentua as disparidades entre os habitantes das regiões Sul e Centro-Norte. Nos anos 40, não se registra nenhum movimento de repercussão. Por volta de 1952, surgem as Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que voltam a abordar a questão e, em 1958, uma caravana percorre o Sul do Estado de Mato Grosso, difundindo os ideais divisionistas. Em 1963, durante o *III Congresso de Municípios de Mato Grosso*, elaborou-se um documento solicitando a criação do novo Estado, entretanto, com a Revolução de 1964, os divisionistas se recolhem.

O silêncio a respeito da ‘questão’ foi rompido apenas em 1974, quando o Presidente da República, Gen. Ernesto Geisel, solicitou estudos para a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, entre outras coisas, tratava da criação de novos Estados e Territórios e da Amazônia Legal.

A vasta extensão territorial, as dificuldades econômicas da região e o baixo índice populacional foram fatores decisivos para a intervenção e a determinação federal na divisão do Estado de Mato Grosso, além, é claro, das questões políticas.

Enfim, muitas foram as lutas e os embates em prol da divisão de Mato Grosso, mas registros escritos, formais, oficiais ou não, e mesmo informais, são poucos. Um desses registros são o *Requerimento* e o *Manifesto* encaminhados ao Congresso Nacional, em 1934, que reescrevia a Carta Magna do País. Ambos têm como fio condutor a necessidade de se criar “(...) um Território Federal, ou Estado Autonomo, na região Sul de Mato Grosso”, mas, principalmente, expressam o desejo do meridional de ser livre.

2.2 Apontamentos sobre gênero, tipos e domínio discursivo

Os debates e as discussões teóricas acerca de gêneros e tipos textuais são intensos e, ainda que não se intencione abarcar tal questão neste estudo, entende-se que há a necessidade de se fazerem alguns apontamentos sobre o tema, uma vez que o *corpus* está materializado em textos escritos. Não se fará, portanto, uma análise da questão gênero/tipo textual, apenas uma breve incursão com vistas a definir alguns termos e, dessa forma, dar ao leitor o norte que se tomou para o presente estudo.

Os documentos, *Requerimento* e *Manifesto*, em um primeiro momento, remetem à perspectiva sociorretórica / sócio-histórica cultural³⁵, isto é, embora estejam marcados por conceitos institucionalizados, são visíveis as relações de poder que ali se estabelecem. Uma análise mais atenta indica que ambos contemplam e ratificam o uso da língua numa atividade social e particular de uma comunidade (a comunidade do sul de Mato Grosso).

O fato é que os ‘autores’ dos textos-documentos, seja a *Liga*, seja a *Mocidade*, para expressarem suas ideias e ideais, necessitavam comunicar-se verbalmente, logo, era imprescindível a escolha de um gênero textual que abrigasse os interesses dos

³⁵ Escola americana influenciada por Bakhtin; entre seus teóricos, estão C. Miller, Bazerman, Freedman.

representados, os meridionais. De acordo com Marcuschi (2008, p. 155), os gêneros textuais são

os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Entretanto, o próprio estudioso alerta para o fato de que não é possível conceber o gênero como um paradigma estanque, rígido. Ao contrário, os gêneros são ‘entidades dinâmicas’ e ‘poderosas’, porque são os responsáveis diretos pelo sucesso que se terá ou não no ato comunicativo, isto é, a escolha de determinado gênero relaciona-se intrinsecamente à intenção do enunciador. A escolha do gênero não é, portanto, aleatória; além disso, ela limita a ação da escrita. Sabe-se que gênero e tipo textual são partes distintas de funcionamento da língua em uma situação de comunicação, mas que não existem isolados; não há gêneros sem tipo(s), tampouco tipo(s) sem gênero, os dois se complementam e dão sentido ao discurso. Tomando-se a classificação formulada por Maingueneau (*apud* MARCUSCHI, 2008), Requerimento e Manifesto inserem-se na categoria de *gêneros instituídos*, que, por sua vez, abarcam os gêneros *autorais* e os *rotineiros*.

Quanto aos tipos textuais – que igualmente apresentam questões controversas, ainda que menos complexas que as questões de gênero –, estudos apontam que, em geral, são definidos pela construção teórica que apresentam (léxico, sintaxe, tempos verbais, estilo, relações lógicas etc.), isto é, a sequência linguística é que define a tipologia textual. Didaticamente, são reconhecidas como tipos textuais as categorias: narração, exposição, descrição, injunção e argumentação (MARCUSCHI, 2008). Os documentos analisados neste capítulo, pelo grau de argumentação que apresentam, enquadram-se na última categoria: argumentação. No que diz respeito ao domínio discursivo (Bakhtin, 2000), ambos abrangem a instância do discurso político.

Por certo, a escolha desses gêneros – requerimento e manifesto – deu-se pelo fato de melhor contemplarem o que se desejava dizer e porque, estrutural e funcionalmente, compunham um conjunto de critérios que permitiam certa liberdade a seus autores e, ao mesmo tempo, que eram rapidamente reconhecidos na e pela comunidade em

que circulavam. Ressalta-se, ainda, o caráter oficial do Requerimento, visto ser ele um documento oficial, conferindo, portanto, o estatuto de legitimidade ao pedido (*querer*) do mato-grossense do sul.

Sabe-se que não se discursa sem que haja uma intenção, ou seja, as atividades discursivas servem de controle social e cognitivo e esse controle será mais ou menos eficaz, conforme o gênero em que se apresenta.

Por fim, cumpre informar que, para a análise dos documentos, manteve-se a grafia original dos textos e numeraram-se os parágrafos. Os documentos na íntegra encontram-se anexos (Anexo 2a e 2b).

2.2.1 O Requerimento

O requerimento é um documento em que se pede algo ou alguma coisa à autoridade pública que se crê ser capaz de atender ao solicitado, seja uma providência, reconhecimento ou atribuição de um direito. Ao encaminhar o requerimento ao Congresso Nacional Constituinte, a *Liga* expõe, de forma clara e sucinta, os motivos pelos quais os meridionais desejam constituir-se em um Estado autônomo. E, embora o requerimento deva constituir-se em um texto objetivo, o documento encaminhado pela *Liga* permeia-se pela subjetividade e parcialidade de quem, tomado pela *paixão* e apaixonado, defende uma causa – passionalidade ratificada no Manifesto.

A *Liga Sul matogrossense*, em 1934, encaminha, assim, ao Congresso Nacional Constituinte a solicitação formal (Requerimento) dos habitantes da região Sul de Mato Grosso de se constituírem em uma unidade autônoma, desmembrada de Mato Grosso. No Programa Narrativo de Base, expresso $[F (S_2 \rightarrow (S_1 \cup O_v) \rightarrow (S_1 \cap O_v))]$ onde:

S_1 = Sujeito do estado: *Liga*, representa o mato-grossense do sul, o sulista, o meridional.

S_2 = Sujeito do fazer: Constituintes

\rightarrow = transformação

\cup = disjunção

\cap = conjunção

O_v = objeto-valor: Estado autônomo, livre.

Antissujeito: mato-grossense.

Tem-se o sujeito de estado, sulista ou mato-grossense do sul, em disjunção com o objeto-valor desejado, portanto, é um sujeito do *querer* que, oprimido e destituído do *poder*, apela ao enunciatário, que tem o *poder-fazer*, para torná-lo conjunto ao objeto-valor desejado: a liberdade, estabelecendo, assim, o nível fundamental na categoria *liberdade x opressão*.

O enunciador mantém, nos 20 parágrafos que estruturam o documento, as isotopias temática e figurativa, não permitindo que o enunciatário desvie-se delas, isto é, durante todo o percurso narrativo de sentido, tecem-se *programas* que, encadeados de forma lógica (programa de competência + percurso narrativo = percurso do sujeito), manipulam e convidam o enunciatário, e sujeito do *fazer*, a estabelecer um contrato de veridicção com o sujeito, ao mesmo tempo em que, num jogo de palavras, entretece sua *identidade* em oposição à do antissujeito.

PELA DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO
REPRESENTAÇÃO DOS SULISTAS AO CONGRESSO NACIONAL CONSTITUINTE

“O desejo de nova divisão territorial manifestado por muitos matogrossenses do Sul, para formar o Estado de Maracajú, não póde nem deve ser encarado como um anseio separatista. Não se deve cogitar de separar, mas de demonstrar, perante as autoridades federais competentes, os motivos que levam parte da população de Mato Grosso a pleitear nova divisão do territorio desse grande Estado, porque, em ultima analyse, o desejo comum é contribuir para o progresso cada vez mais crescente do Brasil”. (Trecho da entrevista concedida pelo SR GENERAL GOES MONTEIRO, ao “Jornal do Commercio” de Campo Grande, edição de 15 de Março corrente).

Ao iniciar o Requerimento com um fragmento de entrevista concedida ao Jornal do Comércio, pelo General Goes Monteiro, o enunciador vale-se de argumento de autoridade e cria, estrategicamente, um efeito de realidade e de autenticidade, pretendendo *fazer-criar* ao enunciatário que o seu *querer* é um *querer* partilhado, inclusive, por aqueles que estão no poder. O General Goes Monteiro – “homem forte do Governo” – é o Comandante-em-chefe das tropas da Ditadura Vargas e sabe que fronteiras extensas e pouco ocupadas representam um problema para o país e, o enunciador, sabedor disso, vale-se de tal autoridade e do consenso político-militar a respeito do assunto (FIORIN, 2002, p. 285), para estabelecer uma relação fiduciária com o destinador. Pretende ele com isso, de

imediatamente, chamar a atenção do destinatário para a necessidade objetiva de se fazer a divisão do Mato Grosso e chamar-lhe à responsabilidade de contribuir para o progresso da nação, o que implica uma manipulação por intimidação, ainda que sutil.

EXMOS. SNRS. PRESIDENTE E MAIS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL CONSTITUINTE

A LIGA SUL MATOGROSSENSE, com sede na cidade de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso, por si e na qualidade de delegada das pessoas cujos nomes
1 vão abaixo relacionadas, bem assim os infra subscritos vêm perante V. V. Excias. autorizadas pelo art. 72 § 9º da Carta Constitucional, pleitear a criação de um Território Federal, ou Estado Autônomo, na região Sul de Mato Grosso, abrangendo os municípios de Sant'Ana, Três Lagôas, Coxim, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, Bela Vista, Nioac, Entre Rios, Maracajú e Ponta Porá, sob os fundamentos que passam a expôr:

O primeiro parágrafo do Requerimento qualifica o sujeito do *querer*, a *Liga Sul Matogrossense*, e diz o que deseja: “pleitear a criação de um Território Federal, ou Estado Autônomo, na região Sul de Mato Grosso”. Ao se qualificar, cria o simulacro de ser o legítimo representante dos meridionais – os quais o autorizam a solicitar a criação de um Estado autônomo – e deixa ver a existência de um *outro*, o antissujeito, aquele que não habita a região Sul, isto é, a população dos municípios situados no Centro e no Norte do Estado de Mato Grosso e que não é representada pela *Liga*.

Abrangendo uma superfície de 1.500.000 quilômetros quadrados,
2 aproximadamente, Mato Grosso é habitado por menos de 400.000 indivíduos, disseminados, que se acham, pelas três regiões em que o Estado fisicamente se divide: o extremo Norte, o Centro e o Sul.

Um dos argumentos mais fortes, e que consta da Exposição de Motivos – documento que acompanha a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 –, apontado pelo sujeito é a própria geografia que, de forma natural, já ‘separa’ o Estado em regiões heterogêneas: a Sul, tropical e platina; a Centro-Norte, equatorial, amazônica. O espaço, cuja unidade de medida é expressa por extenso, faz com que o enunciário visualize sua dimensão e perceba, de imediato, que tal amplitude, além de dificultar a

comunicação entre as regiões, deixa o país vulnerável, por sua posição geográfica (faz divisa com a Bolívia e o Paraguai), possui uma fronteira extensa e baixa densidade demográfica.

³ Cada uma das populações dessas três zonas, dadas a diversidade de sua formação racial e a absoluta precariedade das vias de intercomunicação, constitui um povo distinto.

⁴ Assim é que, o do extremo Norte, constituído por 25 mil adventícios do Amazonas, do Pará e de todo o nordeste brasileiro, não conhece o Estado em que vive e é por este totalmente ignorado. O do Centro – o cuiabano – representado por 125 mil descendentes dos primeiros colonizadores, destes conserva, aprimorado, o traço mais predominante – a vaidade do mando. O povo do Sul surgido a menos de 100 anos, representa-se por 245.000 indivíduos, que são, na sua quase unanimidade, filhos de paulistas, mineiros e riograndenses, dos quais herdaram a lealdade cavalheiresca, a exuberante franqueza e a independência indomável.

Se, nos dois primeiros parágrafos, o enunciador valeu-se das oposições geográficas (clima e relevo) para persuadir o enunciatário sobre as diferenças naturais entre as regiões, no parágrafo terceiro, começa a traçar sua *identidade*, estabelecendo um contrato veridictório com o sujeito do *dever-fazer*, pois, ao utilizar o verbo *constituir*, *faz-saber* que sujeito e antissujeito são dessemelhantes, que sequer se identificam fisicamente, vez que têm origem racial distinta.

A oposição *cuiabano x povo do Sul* é demarcada pelos adjetivos empregados (*vaidade do mando x lealdade cavalheiresca*), fazendo crer ao enunciatário que o sulista é leal e franco e que saberá ser fiel. É, também, um sujeito que não desistirá, que não se curvará frente aos obstáculos, afinal descende de povos lutadores, desbravadores, trabalhadores e progressistas – a História formou esse simulacro no imaginário popular. Assim, o enunciador, ao tecer seu discurso, vai-se construindo, identificando-se junto ao destinador e, para tanto, desqualifica o *outro*, representando-o como orgulhoso e soberbo – um *outro* que despreza a si próprio, ignora, além dos meridionais, os ‘do Norte’, preocupando-se apenas com a manutenção de um estado de coisas que lhe é cômodo, porque satisfaz suas necessidades. O parágrafo dá mostras, nas entrelinhas, do estado

patêmico do sujeito que, tomado pela ‘ira’, denuncia o antissujeito (“[...] o do extremo Norte, [...] é por este totalmente ignorado.”).

Vivem, assim, esses três povos dispaes, sem qualquer possibilidade de se fraternizarem, não só pela profunda dissimilhança de caractéres, mas, principalmente, dada a imensa extensão de desérto que os separa (Cuiabá dista 1.000 quilometros, em réta, de Campo Grande, e 1.300 de Ponta Porã). E o cuiabano, longe de atenuar esse mal geografico, procurando aproximar-se das demais populações do Estado, preocupa-se, primordialmente, em acirrar a desunião, a tal ponto que, já hoje, não é mais possível, pelo menos para o sulista, tolerar por mais tempo o governo do Centro. Tão profunda é, atualmente, a odiosidade reinante, que os sulistas, afim de evitarem o seu extravasamento em uma luta fraticida, de proporções imprevisíveis, estão dispóstos a pleitear a cassação da propria autonomia, subordinando-se á administração diréta do Governo Federal, caso V.V. Excias. hajam por bem de entender que lhes falecem elementos para se constituírem em Estado da Federação.

Embora o enunciador devesse manter a objetividade ao estruturar o *Requerimento*, o que se visualiza no parágrafo acima é um sujeito tomado pela *paixão* pela subjetividade – quiçá de forma premeditada, persuadindo o sujeito do *dever-fazer*, manipulando-o no campo da emoção – e constrói um PN de situação-limite: a luta entre irmãos. O uso do termo *fratricida*³⁶ marca-se, nesse contexto, pela ambiguidade, isso porque, anteriormente, o sujeito diz haver uma ‘*profunda dissimilhança de caracteres*’ entre *ele* e o *outro*; além disso, há desunião e ódio entre ambos, sentimentos não ‘permitidos’ entre irmãos. Ao finalizar o parágrafo, o enunciador apela ao enunciatário para agir, para tornar-se, efetivamente, um sujeito do *fazer* – porque agora é sabedor da tensão existente, não podendo alegar desconhecimento dos motivos que levam os matogrossenses do sul a desejarem sua autonomia.

Esse ódio cresce e generaliza-se dia a dia. Ainda agóra, quando, organizada em caravana, a Liga Sul Matogrossense pretendeu percorrer o Sul do Estado, em busca de adesões ao movimento divisionista, encontrou sempre, pela frente, dispósta a

³⁶ Do latim *fraternu, fraternus, frater*. (...) afetuoso, cordial, amável. Relativo ou pertencente a irmão. *Frater* + sufixo *cida* (aquele ou aquilo que mata) *fratricida* = aquele que mata o irmão. (Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Fratricida>. Acesso em: 08-11-08).

6 embargar-lhe o passo e impedir-lhe a ação pacífica, toda sorte de ameaças governamentais, de que dão mostra os documentos 1 e 2. Não fôra essa arbitrariedade inominável, e a Liga Sul Matogrossense poderia apresentar não apenas as 18 mil e tantas assinaturas, que ilustram e apoiam esta representação.

De modo especial, nesse parágrafo, o sujeito do querer, a *Liga* – representante legítima dos mato-grossenses do Sul –, aparece na 3ª pessoa do singular, forma gramatical utilizada para representar um sujeito coletivo, institucionalizado. Ao empregar tal forma, o enunciador deixa transparecer subliminarmente um *outro* sujeito do *querer*, um sujeito individual, embora não haja dissonância discursiva entre ambos. Observa-se, ainda, que, ao qualificar o *outro* negativamente, esse sujeito tece mais um elemento de sua *identidade* de mato-grossense do sul: é pacífico. Característica apresentada, também, no parágrafo anterior (“*afim de evitarem o seu extravasamento em uma luta fratricida*”).

Nos próximos parágrafos (sétimo a décimo), o sujeito elenca os valores que possui, persuadindo o destinatário, pois quer fazê-lo crer que o objeto-valor que busca lhe é devido. A sequência de valores, apresentada de forma dicotômica, opondo *mato-grossense* e *mato-grossense do sul*, implica traços de alteridade entre ambos.

E essa animosidade invencível provem destes fatos inquestionáveis:

7 a) Enquanto o Sul do Estado, com uma população de 245 mil almas, sob um território de pouco mais de 250 mil quilômetros quadrados, produz além de dois terços da receita pública estadual, o Centro e o Norte, com 150.000 mil habitantes, dominando 1.250.000 quilômetros quadrados, absorve a totalidade das rendas! Basta dizer que só a capital do Estado consome 65% da receita!

8 b) Sendo o Sul o único produtor da riqueza pública, é o único a não compartilhar da aplicação das rendas, pois em toda a zona meridional, o Estado não conta um patrimônio de 400 contos de réis, em obras públicas. Isso durante 45 anos de regime republicano!

9 c) O cuiabano – senhor absoluto do Estado – néga, terminantemente, ao homem do Sul, toda e qualquer ingerência nos negócios públicos. Em todo funcionalismo do Estado não se conta meia duzia de sulistas! Para o cuiabano este é, apenas, o contribuinte e nada mais.

d) Toda vez que o Sul tentou entender-se com os poderes públicos do Estado,

no sentido de obter que se estabelecesse o regime da equidade e pleiteou a
 10 modificação do sistema por que se exerce a atividade governamental em seu
 território, – só viu crescer contra êle o arbitrio e a intolerancia do governo. Os
 cargos publicos são ocupados, no Sul, exclusivamente por cuiabanos ou pessoas de
 fóra, com instruções severíssimas para oprimir e aviltar a gente sulista.

O primeiro valor que o sujeito apresenta é um valor realizado: *trabalho*, pois está conjunto a ele. É também um valor modal positivo, porque o sujeito *quer, pode, deve e sabe-fazer* ‘trabalho’; já o *outro* é perdulário.

O segundo valor é a *riqueza*. Valor atual e positivo para o sujeito, visto ser conquistado pelo *trabalho*, mas é um valor do qual está disjunto, pois dele não usufrui ou usufrui minimamente. O sujeito sabe que não é competente para transformar esse estado juntivo e que somente o enunciatório tem o *poder-fazer* de tornar a *riqueza* um valor realizado.

Continuando sua trajetória discursiva, o enunciador reforça a oposição instalada entre sujeito e antissujeito, sendo que este tem o poder, enquanto aquele é um sujeito veleidoso (FIORIN, 2007) (quer fazer, mas não pode) e, portanto, assujeitado, descartado, excluído das questões político-administrativas.

Numa duplicação discursiva, o enunciador fecha a sequência de valores, trazendo para o nível discursivo, o previsto no nível fundamental, a categoria *liberdade x opressão*. O sujeito *oprimido* quer transformar esse estado e, para tanto, busca “entender-se” junto ao *outro*, mas o *outro* impede, oprime e humilha. O *outro* é intolerante.

Afim de se modificar a situação reinante, não é dado contar-se com o recurso
 ao sufrágio popular, porque o voto livre continúa sendo, em Mato Grosso, uma grande
 11 utopia. A opressão exercida pelas autoridades é desabusada e sem limites.
 Acrescente-se a isso a mais absoluta falta de escrupulos e a subserviencia invulgar
 dos que presidem ao pleito – todos funcionarios cuiabanos – e se terá uma idéa rapida
 do que é o vóto naquelas pobres paragens brasileiras.

Deante dessa realidade invencível; em face daquele ódio crescente, que o
 governo de Cuiabá, com uma política impatriótica imprudentemente incentiva, o povo
 12 do Sul, – vendo a inutilidade do seu esforço, sentindo a improficuidade do seu

trabalho, notando que o produto do seu labor concorre exclusivamente, para a satisfação e o regalo de seus desafetos, que não para a grandeza do Estado, – tem resolvido, d'aqui, por diante, modificar o seu comportamento em relação ao governo do centro.

Ainda explorando a categoria *liberdade x opressão*, o sujeito vale-se da figura “sufrágio”, para ratificar a ausência de liberdade e a opressão exercida pelo antissujeito, o *outro*, que é qualificado como inescrupuloso e subserviente (bajulador).

Em seu discurso, o sujeito patêmico, tomado pela *raiva* atrelada aos sentimentos de injustiça e de decepção, uma vez que os valores por ele investidos – *trabalho, riqueza, entendimento* – não foram suficientes para transformar o estado juntivo em que se encontra, resolve agir no único espaço sobre o qual tem algum *poder*: a si mesmo, ou seja, propõe-se estabelecer uma nova relação com o *outro*, não mais de “servidão e aquiescência”, mas de “enfrentamento”.

Os sulistas cogitam de não pagar mais impóstos ao Estado. Esse vae ser, caso 13 se efetive, o primeiro gésto de rebeldia; o primeiro e mais pacifico dos protestos contra a dominação cuiabana.

O programa narrativo acima traz duas manipulações: uma direta – a intimidação; outra indireta – a tentação. A intimidação, negação do valor *riqueza*, é destinada ao antissujeito, figurativizado como *Estado*; enquanto a tentação tem seu foco sobre o destinatário, porque, caso o sujeito do *fazer* atenda ao *querer* do sujeito: a liberdade, a autonomia político-administrativa – ou ainda, como propõe o sujeito no parágrafo quinto, subordinar-se “...á administração diréta do Governo Federal,...” –, será recompensado com o valor *riqueza*.

É que, depois de 45 annos de regime de, autonomia, o sulista se capacitou de que essa ficção de Estado em que êle vive, só tem servido para satisfazer vaidades e apetites dos homens de Cuiabá, defendidos como se acham – pela distancia – dos ólhos fiscalizantes do Governo Federal. Nunca o Sul teve um representante ao Congresso Nacional. Na Assembléa do Estado, 2 ou 3 deputados impostos por Cuiabá. De sua livre escolha não teve um só. De nada lhe tem valido produzir 3

vezes mais que todo o Centro e Norte conjugados, nem possuir o dobro da população daquelas zonas. O exemplo atual é frizante: Os quatro representantes de Mato Grosso á Assembléa Nacional Constituinte são, sem exceção de um só, homens do Centro, porque a política de Cuiabá entendeu de cassar, na véspera do pleito, os direitos políticos a todos os candidatos do Sul. Anuladas as eleições, natural seria que a competição sulista esmorecesse, não só em face da descrença popular, como porque a opressão e a ameaça campearam sem reboços.

No simulacro que constrói, o enunciador deixa ver ao enunciatário que o sujeito coexiste em dois espaços: um político e outro geográfico. No espaço *político*, o sujeito não tem voz, nem vez, é dele excluído pelo *outro*, que lhe impede (“*Nunca o Sul teve um representante...*”) a participação, tolhendo-lhe qualquer oportunidade (“*..., porque a política de Cuiabá entendeu de cassar, na véspera do pleito, os direitos políticos a todos os candidatos do Sul.*”) de ser visto e/ou ouvido pelo destinatário. Já o geográfico constitui-se no espaço em que o sulista mora e produz riquezas e é nele que o sujeito tem *voz* e tem *representação*, constituindo-se, assim, em um sujeito virtual do *fazer*. O marco temporal instaurado pelo enunciador (“*...depois de 45 anos de regime de, autonomia,...*”) registra a duração da luta do sulista por sua *liberdade* e, simultaneamente, sua desilusão. O sujeito sabiamente, nesse PN, começa a tecer a sanção positiva que dará ao enunciatário.

Tudo isso serve a demonstrar haver-se extinguido, totalmente, a esperança de se modificar o regime da administração matogrossense, por meio do sufrágio popular.

15 *E antes que o povo lance mão de recursos coercitivos, tendentes a estabelecer, no Estado, o domínio da Justiça e da Liberdade, os requerentes vêm pedir a Vv. Excias., se dignem promover o desmembramento do Sul de Mato Grosso, para a formação de outro Estado, ou de um simples Território Federal.*

Mantendo a isotopia temática, que perpassa todo o Requerimento, o enunciador – como se previu no nível mais abstrato do *percurso gerativo do sentido*, o fundamental (*liberdade x opressão*) – ratifica sua enunciação: o sujeito *quer* sua liberdade, sua autonomia, valor que lhe é negado pelo antissujeito, e, ainda que seja um sujeito *pacífico*, não se furtará a usar de violência (intimidação) para conquistá-la. O sujeito reafirma, mais uma vez, que dar a ele o que deseja é uma questão de justiça; justiça essa que só o destinador-julgador poderá fazer.

Agindo assim terão VV. Excias. atalhado uma insurreição de consequencias
 16 lamentabilissimas e merecido, alem dos aplausos do Paiz, a gratidão inexprimivel de
 245 mil brasileiros.

Que a Revolução Liberal de 30 seja, para aquêlo povo infeliz o reinado da Paz e
 17 do Trabalho, da Liberdade e da Justiça!

No folheto anêxo (doc. 3), que fica fazendo parte integrante deste
 18 requerimento, encontrarão VV. Excias. a exposição serena e detalhada dos motivos
 fundamentais da campanha autonomista.

Os nomes relacionados abaixo são daqueles sulistas que, até agóra, puderam
 19 subscrever as listas de adesão ao movimento, espalhadas que foram pela campanha e
 povoados em que, burlando a severa vigilancia policial, conseguiram chegar os
 representantes da Liga.

Tais listas encontram-se em poder de S. Excia. o Dr. Chefe do Governo
 20 Provisorio da Republica, instruindo requerimento identico ao presente.

Fechando o *programa narrativo de base*, o destinador, de forma pragmática, sanciona positivamente a *performance* que ele pressupõe será feita pelo destinatário e o seduz com a *gratidão* que receberá. Gratidão que pode ser traduzida em ‘245 mil votos’ aos constituintes que apoiarem os meridionais.

O parágrafo acima alude à população da região Sul do Estado de Mato Grosso (“aquêlo povo infeliz”), população que lutou pelos “ideais da Revolução de 30” e, mais uma vez, *faz saber* ao destinador que o antissujeito, o *outro*, não lutou a favor da Revolução e, com essa informação, finaliza o Requerimento. A seguir, parágrafos dezoito a vinte, o enunciador faz observações a respeito do Manifesto que acompanha o Requerimento.

Na construção do Requerimento, o enunciador faz uso competente da variante culta da língua vigente à época, valendo-se de tal mecanismo para criar um efeito de confiabilidade ao seu discurso político-social. Além disso, é um documento oficial endereçado aos responsáveis pela elaboração de leis, o que pressupõe o domínio da norma padrão da língua.

É no *percurso da comunicação* que, considerando a existência do enunciador e do enunciatário, estabelece-se a relação entre eles, cabendo, ao primeiro, a responsabilidade pelo(s) valor(es) inseridos no texto, ou seja, cabe-lhe a escolha da tipologia e do gênero e a seleção léxico-semântica-sintática, fatores que utilizará para conceber seu discurso e manipular o destinatário a *querer-dever-fazer* o que ele, sujeito-enunciador, deseja. Barros (2001) ensina que a enunciação é o lugar da mediação entre as estruturas narrativas e discursivas e que os efeitos de sentido dela decorrem. A enunciação do *Requerimento* traz, no nível discursivo, o tema anunciado pelo sujeito no primeiro parágrafo: a criação de um novo Território Federal ou Estado autônomo – tema devidamente justificado pelos diversos programas narrativos apresentados –; entretanto, há um tema subjacente ao primeiro: a identidade do sujeito virtual, o sul-mato-grossense, que se apresenta recoberto por figuras (Quadro 1, p.55).

Como afirmado na Introdução, definir ou delimitar *identidade* é tarefa impossível, pois a fronteira que abarca tal conceito é ambígua e fluida, não permitindo, assim, uma definição circunscrita, limitada. Todavia, para mediar o presente estudo, tomaram-se da Semiótica os conceitos de *identidade* e de *alteridade*.

Identidade.

1. O conceito de identidade, não-definível, opõe-se ao de alteridade, que também não pode ser definido: em compensação, esse par é interdefinível pela relação de pressuposição recíproca, e é indispensável para fundamentar a estrutura elementar da significação.
2. Por oposição à igualdade que caracteriza objetos que possuem exatamente as mesmas propriedades qualitativas, a identidade serve para designar o traço ou o conjunto de traços (semas ou femas, de acordo com a teoria semiótica) que dois ou mais objetos têm em comum. Assim, quando se suspende uma oposição categórica – por exemplo pessoa / não-pessoa –, o eixo semântico que reúne os dois termos reaparece, é valorizado e sua manifestação provoca um efeito de identificação. Com isso, vemos que o reconhecimento da identidade de dois objetos, ou sua identificação, pressupõe sua alteridade, isto é, um mínimo sêmico ou fêmico, que os torna inicialmente distintos. Desse ponto de vista, a identificação é uma operação metalingüística que exige, anteriormente, uma análise sêmica ou fêmica: longe de ser uma primeira abordagem do material semiótico, a identificação é uma operação, entre outras, de construção do objeto semiótico.
3. A identidade serve igualmente para designar o princípio de permanência que permite ao indivíduo continuar o ‘mesmo’, ‘persistir no seu ser’, ao longo de sua existência narrativa, apesar das modificações que provoca ou sofre. Também e da mesma maneira é ao conceito de identidade a que nos referimos quando falamos da permanência de um actante apesar das transformações de seus modos de existência ou dos papéis actanciais

que ele assume no seu percurso narrativo, da permanência, também, de um ator discursivo no decorrer do discurso no qual ele está inscrito: nesse nível, é o procedimento de anaforização que permite a identificação de um ator em todos os instantes de sua existência discursiva.

4. Entende-se igualmente por identificação uma das fases do fazer interpretativo do enunciatário, quando ele identifica o universo do discurso (ou uma parte desse universo) com o seu próprio universo: diremos, pro exemplo, que uma jovem leitora identifica-se com a personagem de Joana D'Arc. Entendida nesse sentido, a identificação encontra-se ainda insuficientemente explorada (GREIMAS & COURTES, 1979, p. 224-5).

Alteridade – s.f. – é um conceito não-definível que se opõe a um outro, do mesmo gênero, identidade: esse par pode pelo menos ser interdefinido pela relação de pressuposição recíproca. Assim como a identificação permite estabelecer a identidade de dois ou mais objetos, a distinção é a operação pela qual se reconhece a alteridade deles. (GREIMAS & COURTES, 1979, p. 18).

Dos conceitos apresentados, observa-se que *identidade* e *alteridade* são termos que se relacionam, não podendo um existir sem o outro, negar um implica a aceitação do outro, ou seja, a relação estabelecida entre o *sujeito*, quando se fala em *identidade*, é mediada pelo conceito de *alteridade* (o *outro*) e vice-versa. É preciso identificar o *outro* e suas diferenças em relação a um *eu*, traçando, a partir dessas diferenças, elementos contraditórios e contrários ao *sujeito*. *Alteridade* e *identidade* convivem, assim, em completa simultaneidade – a existência de uma pressupõe, necessariamente, a outra.

E é isso que faz o sujeito durante toda a trajetória discursiva, isto é, o sujeito *faz-saber* ser *ele* diferente do *outro*, do antissujeito e, por meio de figuras, *faz-criar* ao destinador que *ele* e o *outro* partilham valores diferentes, estabelecendo traços distintivos entre ambos, tecendo, assim, sua *identidade*. O quadro abaixo permite que se visualizem esses traços distintivos de forma mais nítida:

Sujeito (mato-grossense do sul; meridional; sulista)	Antissujeito – <i>Outro</i> (mato-grossense; centro-norte; cuiabano)
Filhos de paulistas, mineiros e riograndenses	Descendentes dos primeiros colonizadores
Trabalhador	Perdulário, ocioso
Leal, franco	Orgulhoso, soberbo

Independente, progressista, indomável	Tradicionalista
Pacífico	Arbitrário
Humilhado	Intolerante
Oprimido, não-político	Livre, político
Pobre	Rico (por apropriação)
Justo	Injusto

Quadro 1 – Figuras do Requerimento.

Partindo da estrutura de base inscrita na oposição semântica *liberdade x opressão*, o enunciador constrói o simulacro da situação em que vive e *faz-saber* ao destinador ‘seu estar no mundo’. Para tanto, utiliza a figura *opressão* – uma das mais recorrentes no enunciado – capaz de produzir efeitos de sentido no enunciatário para que ele passe a *querer-dever-fazer* o sujeito *livre*. A relação de oposição estabelecida expressa, também, os valores *eufórico* (positivo) para a *liberdade* e *disfórico* (negativo) para a *opressão*. Destaca-se que o sujeito *mato-grossense do Sul*, em face das arbitrariedades do mato-grossense, encontra-se *disjuncto da liberdade* e da *justiça*.

Poder-se-ia crer que o mato-grossense do sul é um homem livre, afinal não está aprisionado e é independente, exercendo livremente o direito de ir e vir. Uma análise mais atenta, contudo, permite dizer que não o é, pois não exerce sua cidadania ou exerce-a ‘ficticiamente’ – “... não é dado contar-se com o recurso ao sufrágio popular, porque o voto livre continua sendo, em Mato Grosso, uma grande utopia...” (parágrafo 11) –. O voto livre, simulacro de liberdade política e ícone da democracia, é, por extensão, a representação da própria cidadania.

Livre. *Adj.* Que pode dispor de sua pessoa; independente; que não está sujeito a algum senhor ou dono (opõe-se a servil); que não está prisioneiro; absolvido; **que goza de liberdade política**, religiosa e civil; [...] (Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro, 1986, p. 487) (grifos nossos).

O sulista não é livre. E, mais, é espoliado de seus valores pelo *outro* que deles se apropria injustamente, como, por exemplo, a riqueza e, de forma indireta, o trabalho. Também não lhe dá suporte nem estrutura para viver com dignidade e segurança.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que tem seu fundamento nos ideais da Revolução Francesa, traz a liberdade e a não opressão como direitos essenciais ao Homem.

Artigo 1º - **Os homens** nascem e **são livres e iguais em direitos**. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º - O fim de toda a associação política é a conservação dos **direitos naturais e imprescritíveis** do homem. Esses Direitos são **a liberdade**, a propriedade, a segurança e **a resistência à opressão**. (grifos nossos).

Esses direitos encontram abrigo, também, na Constituição Nacional de 1891 – Primeira Constituição da República – que, fundada nos ideais de “liberdade, igualdade, fraternidade”, garante aos brasileiros direito à liberdade, à igualdade e a não opressão.

Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à **liberdade**, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - **Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa** senão em virtude de lei.

§ 2º - **Todos são iguais perante a lei**. (grifos nossos).

(Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Seção II, Declaração de Direitos, 1891).

Sendo a *liberdade* um direito natural e inalienável do ser humano, ao não permitir que o mato-grossense do Sul participe política e administrativamente das decisões do Estado, o *outro* lhe nega um direito fundamental e contraria os ideais da República. A opressão que sofre o sulista ao ser tratado desigualmente fere, portanto, os princípios legais do Estado Nacional e, ao manifestar seu *querer*, o sujeito *sabe* que o destinador é competente e tem o *poder-fazer* respeitar seus direitos constitucionais. Dessa primeira oposição apresentada (*oprimido x opressor*), pode-se identificar um dos traços distintivos que permitem o esboço de uma *identidade sul-mato-grossense*.

Outro traço distintivo figurativizado pelo enunciador tem seu par dicotômico na eugenia (raça): “descendentes de paulistas, mineiros e riograndenses” de um lado e “descendentes dos primeiros colonizadores” do outro, não havendo semelhança física entre ambos. Correlacionadas a esse par dicotômico são apontadas pelo enunciador

características de *trabalhador, leal e franco* como pertencentes ao sujeito e de *perdulário, orgulhoso e soberbo*, ao *outro*.

Há, ainda, a dualidade *justo / injusto* marcada, principalmente, pela apropriação ilegítima e inescrupulosa pelo *outro* do valor *riqueza* – e indiretamente, como alegado, do *trabalho* – produzido pelo sujeito.

A *intolerância* e a *arbitrariedade* com que age o *outro*, *humilhando* o sujeito, submetendo-o a um estado de subserviência, não encontra abrigo na lei. O sujeito, apesar de se qualificar como *pacífico, faz saber* ao destinador que *lutará* de todas as formas, inclusive a *armada*, para alcançar o objeto-valor maior: a liberdade ou a autonomia político-administrativa e, conseqüentemente, uma *identidade própria*. O sujeito diz-se *progressista, desenvolvimentista*, características que seduzem o destinador, que sabe da importância da ocupação do Centro-Oeste no desenvolvimento da Nação.

2.2.2 O Manifesto

O *Manifesto* (Anexo 2b)³⁷ que acompanha o *Requerimento* da *Liga Sul Matogrossense* apresenta, de forma detalhada, os motivos que fundamentam a campanha autonomista e, de imediato, observa-se, pelas seleção lexical e construção sintática, o quanto à época os ânimos estavam exaltados, acirrados³⁸. Ele valida os motivos expostos no *Requerimento* e torna públicas as razões pelas quais os habitantes da região Sul de Mato Grosso pedem a criação de um Estado autônomo. O documento – além da finalidade de divulgar a *Liga*, tornando-a conhecida e reconhecida como a “voz” que representa o interesse dos meridionais de Mato Grosso – pode ser tomado como uma estratégia de preservação da própria *Liga*, que, ao denunciar as perseguições e os desmandos praticados pelo Governo de Cuiabá (“...afugentar os capitais, os homens de negocio, que procuravam se estabelecer nas cidades e nas fazendas da região meridional”; “Os funcionarios publicos, a começar pelos magistrados, ficam com os seus vencimentos cinco e seis mezes, em atrazo,...”), expõe-se, mas também faz com que o Governo Federal observe com maior atenção e interesse os acontecimentos naquela região, principalmente por ser a porção sul a

³⁷ O Manifesto encontra-se anexado ao Requerimento.

³⁸ Estado de tensão que se repetirá em 1977, ano da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, como se verá adiante.

que produz riquezas e, conseqüentemente, aquela que arrecada impostos. As “18 mil e tantas assinaturas”, subscritas ao Manifesto, também, colaboram para o resguardo da *Liga* e para o acautelamento dos que a perseguem. Essa ‘voz’ que discursa no Manifesto, deixa transparecer toda indignação e ressentimentos de um *sujeito* que, espoliado de seus valores, ainda assim, encontra *forças* para buscar o seu *querer* maior: sua liberdade.

O nível fundamental do Manifesto mantém a mesma expressão do Requerimento, indicando a isotopia temática entre ambos. Logo, a enunciação ou enunciado do Manifesto tem como Programa Narrativo de Base a expressão $[F (S_2 \rightarrow (S_1 \cup O_v) \rightarrow (S_1 \cap O_v))]$ que, de forma sintetizada, representa a busca do enunciador pelo seu objeto-valor. Na narrativa, tem-se:

S_1 = Sujeito de estado: *Mocidade*, representando o mato-grossense do Sul, o meridional

S_2 = Sujeito do fazer: Constituintes

\rightarrow = transformação

\cup = disjunção

\cap = conjunção

O_v = objeto-valor: Estado autônomo, livre.

Antissujeito: Mato-grossense do Centro-Norte, o *outro*, o cuiabano, o Estado.

O Manifesto constitui-se de 47 parágrafos que tecem o nível narrativo, ao longo dos quais o sujeito *Mocidade* elenca os motivos do seu *querer*, porque é na e pela organização da estrutura narrativa que o destinador-manipulador determina quais valores devem ser incorporados pelo sujeito-destinatário, dotando-o dos valores modais do *fazer* necessários para executar a ação. A manipulação proposta pelo destinador – e que pode ou não ser aceita – pressupõe que o destinatário creia, ou passe a crer, nos valores impressos pelo sujeito ao objeto-valor desejado.

A *Mocidade* apresenta-se como sujeito de estado em disjunção com seu objeto-valor: a autonomia ou o desmembramento; como um sujeito do *querer*, que não tem o *poder-fazer*, mas que manipula o destinador, com vistas a alterar esse estado, pois almeja ficar conjunto com seu objeto-valor. Além disso, o objeto-valor é um valor que se

confunde, novamente, com o objeto-valor maior: a liberdade, porque o sujeito se diz oprimido, configurando o nível fundamental também na categoria *liberdade x opressão*.

Assim é que, em todo o Manifesto, observa-se a ação do sujeito; ação voltada para convencer e persuadir o destinatário a *fazer*, pois, ele, sujeito, é apenas um sujeito do *querer*. Os valores modais, apresentados ao longo do Manifesto, dão ao destinatário – que tem o *poder-fazer* – o *saber* necessário para *dever-querer-fazer* a divisão do Estado de Mato Grosso. E o faz de forma ímpar.

Na análise que segue, manteve-se o mesmo formato anterior: o recorte por parágrafos e/ou bloco de parágrafos. O texto na íntegra encontra-se anexo (Anexo 2b).

MANIFESTO

GROSSO
PROVISORIO E A

DA MOCIDADE DO SUL DE MATO
AO CHEFE DO GOVERNO
ASSEMBLÉA CONSTITUINTE

ORIGEM DA CAMPANHA PRÓ-AUTONOMIA DO SUL

A mocidade da região meridional de Mato Grosso, que não pode ficar indiferente aos altos interesses politico-sociais de seu Estado, vem apelar para o

¹ *Chefe do Governo Provisorio e para a Assembléa Nacional Constituinte, para que se concretise, nesta fase de reorganização do paiz, a criação do TERRITORIO FEDERAL ou do novo ESTADO DE MARACAJÚ – aspiração dos brasileiros, que criaram a civilização sulista, e que se batem por esse ideal, deste 1900, tendo á sua frente, naquela época, os srs. Dr. José de Barros Cassal, coroneis João Mascarenhas, João Caetano F. Muzi e outros.*

O primeiro PN – programa narrativo – do *Manifesto* indica que o sujeito *Mocidade* é um sujeito do *querer*, pois deseja sua autonomia político-administrativa, isto é, sua liberdade, objeto-valor que busca há tempos e do qual está disjunto porque não tem o *poder-fazer*. O enunciador, ao valer-se do termo *mocidade*, constrói o simulacro de algo ou alguém “jovem”, “viril” e, dessa forma, figurativiza a região meridional, que tem no seu contraditório a não-mocidade, a não-jovialidade, a *outra* região ou o Centro-Norte. A própria delimitação temporal apresentada, além de reforçar a figura, remete ao enunciatário

o valor *jovem* e, na outra extremidade, situa o antissujeito, que ‘nasceu’ em 1748³⁹, como *velho*. Os valores *jovem* e *velho* inscrevem-se, no imaginário ocidental, como valores opostos, sendo o primeiro, um valor positivo e o segundo, um valor negativo. Depreende-se, ainda nesse primeiro parágrafo, o sujeito virtual: o sul-mato-grossense.

Desde então, começaram os habitantes desta riquíssima zona brasileira, nos bastidores e com natural cautela, a se convencerem da necessidade da sua emancipação política, de vez que em Mato Grosso, cada hora se acentuava, como se acentúa, o predomínio da administração cuiabana, com o maior desprezo pelos interesses economico-sociais do sul do Estado, onde residem as unicas fontes de receita publica.

O sujeito virtual gradativamente transformou-se em sujeito do *querer* e agora projeta-se como sujeito do *fazer* como um sujeito trabalhador, que se encontra oprimido pelo antissujeito, e enreda-o com vistas a estabelecer um contrato veridictório, levando-o a crer que, ao dar-lhe a *liberdade*, será recompensado, pois, ao contrário do *outro*, produz riquezas. O enunciador usa o operador argumentativo *então* para expressar a necessidade de mudança em que o sujeito se encontra.

Para todos os municipios do sul, com o especial proposito de difundir, arrecadar e remeter impostos para a capital Cuiabá, foram enviados “chefes políticos”, coletores estaduais, escrivães de coletorias e outros funcionarios do fisco, todos peritos na arte de zelar pelas tradições do povo no norte.

O PN acima, além da oposição *Centro-Norte x Sul*, anuncia a figura do *outro* como *tradicional*, dando ao termo uma conotação pejorativa, porque vincula o acúmulo do valor *riqueza* a uma apropriação injusta. Ao não se colocar no enunciado, o sujeito cria o simulacro de que não compactua com tal atitude; que, se o *outro* acumula *riqueza* por meio da exploração alheia, ele, ao contrário, produz-la com trabalho, como se verá no próximo parágrafo. O pronome indefinido *todos* é utilizado como argumento de afirmação plena, esclarecendo que não houve exceções.

³⁹ O Rei D. João V, por Carta Régia, criou, em 09 de maio de 1748, a Capitania de Mato Grosso, desmembrando-a da Capitania de São Paulo a qual pertencia.

4 *Notando a crescente prosperidade do sul, com o desenvolvimento da industria pastoril e da herva mate, com a formação de cidades e povoados, com o progresso trazido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, trazendo em consequência a valorisação das terras e a grandeza comercial, surge em Cuiabá a guerra contra o florescimento desta região, visando sobretudo impedir o assombroso progresso da cidade de Campo Grande.*

Para sustentar o enunciado anterior, o enunciador dá mostras do progresso conquistado e do quanto isso contribui para o desenvolvimento da região Sul. Sendo o sujeito desprovido das “tradições do Norte” e, portanto, considerado um ‘inimigo’ pelo antissujeito, denuncia a “guerra” movida por ele, que nela encontra a única alternativa para impedir a *liberdade* do sujeito.

5 *Assim, na antiga Assembléa Estadual, com 24 deputados, era reservado ao sul, compreendendo os importantes municipios de Aquidauana, Miranda, Bela Vista, Ponta-Porã, Porto Murtinho, Corumbá, Campo Grande, Tres Lagôas, Santana do Paranaíba, Coxim, Nioaque e Entre Rios, nada mais do que tres ou quatro deputados, escolhidos ainda, com preferencia visível, os naturais do Estado, nascidos no norte, e que soubessem recitar discursos laudatorios á grandeza da civilisação cuiabana.*

Na guerra movida pelo *outro* contra o sujeito, uma das armas mais utilizadas, talvez a mais poderosa, é a negação da participação política. Um povo sem representação política é um povo, teoricamente, sem voz, logo a não representação política exclui o sulista do poder e, conseqüentemente, o mantém oprimido. O operador argumentativo *assim* introduz uma sequência explicativa, ilustrando o que dirá, enquanto a palavra denotativa de negação plena *nada* ratifica tal sequência. A presença do elemento coesivo *ainda* introduz mais um argumento ao conjunto expresso.

6 *Para a deputação federal, não se tinha a delicadeza siquer de consultar aos diretorios locais do sul do Estado.*

7 *Na Repartição de Terras, tudo se fazia, tudo se embaraçava, propositadamente, contra as legitimações de terras sulinas, de modo que dificultasse a corrente imigratoria para os municipios da zona meridional.*

*No Tribunal de Justiça do Estado, as causas das comarcas do sul, quando ali
8 subiam, desgraçadamente, como ainda sóbem, alcançavam decisão, com muita
rapidez, no prazo de tres, quatro, cinco, oito, dez e quinze anos sendo, na maioria
das vezes, anuladas tão somente para afugentar os capitais, os homens de negocio,
que procuravam se estabelecer nas cidades e nas fazendas da região meridional.*

Nos parágrafos acima, com o intuito de convencer o enunciatário da opressão política a que se acha exposto, o sujeito vale-se da redundância ou duplicação temática e, com isso, fixa no enunciatário o porquê do seu *querer*. O sujeito *faz saber* ao enunciatário outra arma utilizada pelo antissujeito: os embargos legais, que lhe dificultam a ação. A palavra denotativa *tudo* (pronome invariável) é utilizada como argumento que orienta para a conclusão inquestionável: as dificuldades impostas por Cuiabá. Esse argumento é desenvolvido e esclarecido por meio do elemento coesivo *de modo* (ou seja).

Usando a mesma estratégia, isto é, com a intenção de convencer o enunciatário, o sujeito, ironicamente, no parágrafo oitavo, *faz saber* também sobre os desmandos que ocorrem no âmbito da Justiça Estadual. O operador de realce *ali* denota os sentimentos do enunciador (desgraçadamente) e mostra o envolvimento dele no assunto. Observa-se, também, o operador *ainda*, que inclui novo elemento, além de servir como marcador de excesso não temporal; a palavra denotativa de exclusão *somente*, reforçada pelo advérbio *tão*, enfatiza a enunciação do parágrafo.

*A irritação contra esse estado de cousas era grande, mas, remedio ou
9 salvação, em absoluto, não havia. E aqueles que não se sujeitassem aos costumes
da terra, que se mudassem.*

*Por isso, periodicamente, surgiam aqui, ali e acolá, alguns boletins anônimos,
10 espalhados, medrosamente, ocultamente, lembrando ao povo a idéia da mudança da
Capital ou a separação do Estado, tanto mais que nada se fazia pela grandeza, do
sul, embora daqui fosse remetida a quasi totalidade dos impostos.*

Encerrando essa sequência, o sujeito deixa transparecer ao destinador seu estado de alma: é um sujeito tomado pela cólera e pela impaciência, mas, ainda, assujeitado. O sujeito mostra-se, nesse PN, não apenas como um sujeito do *querer*, mas também do *fazer*, pois, ao ser impedido de participar da administração política do Estado e cerceado em seus direitos legais, resolve agir da única maneira que pode: anonimamente.

O marcador de oposição semântica *mas* é utilizado para expor ao enunciatário a situação, enquanto *em absoluto*, ratifica essa oposição e deixa transparecer a indignação do enunciador.

O parágrafo dez é introduzido pelo operador argumentativo *por isso*, marcador de causa e oposição semântica e que dá progressão temática, apresentando ao enunciatário dados novos. Nesse parágrafo, há palavras de realce – *aqui, lá, acolá* – encadeadas pelo operador *e*, que orienta o leitor para a conclusão. O operador *tanto mais que* introduz o argumento decisivo: *'nada se fazia...'*, argumento que vem alicerçado no elemento de negação plena *nada*. O operador *embora*, que possibilita ou admite um argumento contrário, nesse caso, nega-o imediatamente; e, para que o leitor não tenha dúvidas, o enunciador, usa a palavra *quase*, que denota aproximação e que vinculada ao advérbio *totalmente* transmite ao enunciatário a dimensão do que diz.

11 *Logo a polícia saía em campo, de espada em punho, ameaçando céus e terras, bradando foribunda contra os audazes idealisadores de tão grave atentado contra as tradições do povo cuiabano, contra as populações do norte do Estado.*

12 *Emquanto o assunto se mantinha em foco, os “chefes políticos” do sul, com sorridente alarme, mostravam telegramas da Capital, onde as promessas de melhoramentos para os municípios sulinos eram lembradas para minorar o efeito causado pelos malditos boletins anônimos.*

13 *Surge, afinal, a Aliança Liberal, pregando, de norte a sul do país, a derrubada dos maus governo, das más administrações, dos amesquinhadados costumes políticos, lutando pela implantação do voto secreto e de outras medidas de alto alcance para a grandeza do Brasil.*

A ação do sujeito desperta no antissujeito a paixão do *medo*, figurativizada na reação desencadeada: ameaças armadas, pretendendo, por intermédio do poder de coerção da polícia, anular o ideal sulista.

Concomitante a tal reação, o antissujeito manipula o sujeito, seduzindo-o com promessas que jamais serão cumpridas, aplacando, por algum tempo, a *ira* sulista e mantendo-o inerte, em estado de espera.

Por fim, surge uma nova proposta política e o sujeito nela vê a oportunidade de mudar seu estado. Torna-se, então, um sujeito *esperançoso*.

O parágrafo onze traz nova oposição semântica, marcada pelo uso do *Logo* (imediatamente) e pelo *e*, que dão progressão ao texto. A palavra denotativa *afinal* (parágrafo treze) atualiza o enunciatário sobre a situação, o contexto; enquanto o operador *e* adiciona novas informações e dá progressão ao texto.

*Na região sul-matogrossense, desde logo, formaram-se fortes correntes
14 eleitorais, em todos os municípios, sendo centro da atuação liberal a cidade de
Campo Grande.*

A extensão da esperança do sujeito encontra eco na extensão geográfica: “*todos os municípios*”. A mudança da concepção política nacional era conveniente para o sulista, pois a proposta da Aliança Liberal vinha ao encontro do ideal divisionista. O operador argumentativo *desde logo* (deste modo) explica e confirma ao enunciatário o dito no parágrafo anterior.

*No norte de Mato Grosso passou-se o contrario. Ninguém trabalhou pela
vitoria dos postulados liberais. Ninguém sentiu a necessidade de se refazer, a
15 feição politico-social do nosso paiz. Ninguém sentiu a necessidade de uma Nova
Republica. E, assim, o candidato da Aliança Liberal, com todos os favores, obteve
ONZE VOTOS em toda a capital do Estado.*

A oposição *mato-grossense do sul x mato-grossense* é retomada nesse PN. Momento em que o destinador, compondo sua *identidade*, que quer distinta do antissujeito, diz-se *liberal*, enquanto o *outro* é conservador, tracionalista e ingrato. O *outro* não retribui ao enunciatário as benesses recebidas nem com *riqueza*, nem com *trabalho*, menos ainda com *apoio político*. Para ratificar os argumentos expressos nos parágrafos treze e catorze, o enunciador usa do pronome indefinido *ninguém* (repetidas vezes) como argumento de negação plena e, em seguida, os operadores *e* e *assim* para ilustrar ao enunciatário os efeitos decorrentes dos atos do antissujeito.

16 *Mas, quando o primeiro interventor federal ali aportava, em Outubro de 1930, já era recebido entre aclamações delirantes e nada menos de “quatorze” oradores faziam sentir ao novo chefe do executivo estadual, que o seu nome havia sido incluído no rol dos “cidadãos cuiabanos”!*

17 *E isso se fazia, para evitar a mudança da Capital para o sul, onde habitavam os chefes da campanha liberal.*

O antissujeito estrategicamente torna aquele que pode vir a atender as solicitações do sujeito, em seu igual, isto é, transforma-o em *cuiabano* e, assim, o impede de ‘ser contra’ o querer cuiabano: a não divisão territorial. Nesse parágrafo, o enunciador aponta mais uma característica do mato-grossense: a *falsidade*.

O sujeito reafirma que tal estratégia tem um único motivo: a manutenção do poder pelo mesmo grupo político, evitando, assim, que o sujeito passe a ter seu desejo atendido. Dá-se nova progressão ao texto por meio da oposição semântica, que é introduzido pelo *mas*, depois o operador *e* e a palavra de negação plena *nada*. Observa-se novamente a presença da ironia (figura de palavra) marcada, principalmente, pelo uso das aspas.

18 *Passados os primeiros instantes, surge a luta contra a primeira interventoria e o apavorante assunto da mudança da Capital sae fóra do cartaz.*

19 *Nomeado o segundo interventor, novos discursos de recebimento, novo título de “cidadão cuiabano”. E continúa Cuiabá a fazer pressão contra o desenvolvimento do sul, no maior indiferentismo pelos reclamos que se lhe faziam.*

O antissujeito mantém, com suas manipulações, o Governo Federal de ‘olhos vendados’ e, conseqüentemente, a situação político-administrativa do Estado perpetua-se.

A opressão e a marginalização com que o sujeito é tratado mantêm-se. O antissujeito não quer ver o sujeito alcançando progresso, desenvolvendo-se, pois tal fato chamaria a atenção do Governo Federal, o que colocaria em xeque a administração estadual.

20 *Com a saída do segundo interventor, multiplicam-se as arrogancias cuiabanas, e o abandono pelos interesses do sul se positiva, se caracteriza de*

maneira assombrosa.

21 *Do Tesouro Estadual partem ordens severas exigindo a remessa de todos os saldos das coletorias sulinas.*

22 *Desaparece, por completo, a Força Publica nos municipios do sul, ficando espalhados aqui e acolá um tenente ou um sargento de policia, á frente de poucas praças, tão sómente para uma fantasia da manutenção da ordem.*

O antissujeito, orgulhoso e insolente, relega o sujeito a um plano inferior, abandonando-o. O destinador faz saber ao enunciatário que o único valor buscado pelo antissujeito é a *riqueza*. O *outro* se apropria do valor *riqueza* do sujeito e nada lhe oferece em contrapartida. A imagem construída pelo enunciador é de total ausência do Estado, figurativizada pelo desaparecimento da segurança pública. O sujeito não encontra amparo no Poder Estadual. O uso da palavra denotativa de afirmação plena *todos* não deixa o enunciatário ter dúvidas sobre o dito, enquanto a de inclusão *por completo* (totalmente, amplamente) e as palavras de realce *aqui* e *acolá* orientam o enunciatário para a conclusão expressa ao fim do parágrafo e que vem acompanhada por um argumento de exclusão *somente*: ‘uma fantasia...’.

23 *Os funcionarios publicos, a começar pelos magistrados, ficam com os seus vencimentos cinco e seis mezes, em atrazo, e só os recebem ao cabo de uma luta titanica de telegramas e cartas de reclamações.*

24 *Enquanto as populações trabalham pela ligação da Estrada Noroeste ás fronteiras do Paraguay e da Bolivia, agindo por intermedio de suas associações de classe, o governo de Cuiabá, atravez de seus agentes na Capital Federal, combate, embaraça, entrava todas as negociações favoraveis a essa grande e necessaria iniciativa, que ha de se fazer para o bem da coletividade desta região.*

A figura do *magistrado* – simulacro de *poder, justiça e ordem* –, que é desrespeitada pelo antissujeito, é um parâmetro para a desvalorização e a humilhação a que é submetido o sujeito.

Numa luta desigual, o *outro*, que detém o poder político-administrativo, impede que o sujeito seja notado pelo Governo Federal, furtando-se à responsabilidade de tratar com *igualdade* e *justiça*, princípios constitucionais básicos, os habitantes da região Sul do Mato Grosso. O enunciador vale-se da palavra *todas* – denotador de afirmação –

para deixar claro ao enunciatório que não havia/há exceção, ou seja, que Cuiabá impedia a instalação da Estrada de Ferro e o progresso da região.

25 *Sendo as principais fontes da receita publica a criação do gado vacum e a extração da herva mate, localizadas na zona meridional, nenhum auxilio, nenhuma palavra de defeza e nenhum interesse tem o governo estadual na sua valorisação.*

26 *Por mais de uma vez, o atual interventor e seus auxiliares têm viajado para a Capital do paiz, ali não promovendo uma medida de benemerência para as classes produtoras do Estado, esquecidos de que a administração dos demais Estados se preocupa, zela, se interessa pela valorisação dos seus produtos, da sua industria, do seu comercio. E Mato Grosso se afunda, caminha para o abismo, se retarda.*

A desigualdade no tratamento dispensado aos meridionais é reafirmada na desvalorização dos produtos locais e na falta de incentivos aos produtores.

O sujeito trabalha e, mesmo expropriado de seus valores, vê o desenvolvimento em sua região, mas teme perecer, caso persista tal administração. Assusta-o a possibilidade de subdesenvolvimento, retrato do Centro-Norte.

Nos próximos parágrafos, o enunciador do *Manifesto* – como anteriormente já o fez o enunciador do Requerimento – expõe os motivos de ordem geográfica, de ordem política e de ordem econômica que justificam o seu desejo.

No parágrafo vinte e cinco, novamente, a negação plena por meio do operador argumentativo *nenhum* e que se repete, *nenhuma*, *nenhum*, como argumentos ratificadores sobre o desinteresse do Governo de Cuiabá pelo Sul.

RAZÕES DE ORDEM GEOGRAFICA POLITICO-ECONOMICA

27 *Nenhum Estado da federação brasileira apresenta o aspecto de Mato Grosso, com tres zonas de povoamento, sem comunicação facil e com formações completamente diversas.*

Ao introduzir esse item com o operador argumentativo de negação plena *nenhum*, o enunciador *faz saber* o destinatador que a questão é única, sendo necessário, portanto, um olhar único também. Mato Grosso era, territorialmente, um dos maiores estados brasileiros (e continua sendo maior que muitos países da América do Sul); sua ocupação deu-se em fases distintas e por povos distintos; além disso, possuía uma geografia diversificada, o que dificultava o acesso entre ambas.

Novamente o uso da palavra denotativa de negação plena – *nenhum* – visando à reiteração do enunciado, esclarecendo o enunciatário, suprimindo-lhe quaisquer dúvidas; e o operador *e*, para nova progressão textual.

28 *Deste modo, a propria geografia assina a cada uma delas um destino economico diverso.*

29 *Essas populações, nascidas de motivos dispares, não poderão viver contrariando leis economicas, leis sociais, jungidas por uma administração publica, perdida numa longinqua região, onde não chegou o surto da renovação do Brasil, permanecendo galvanizada num regionalismo unico em nossa historia.*

O espaço reservado naturalmente a cada uma das regiões é singular e, conseqüentemente, a particularidade de cada região é responsável pelos valores que produzem. *Deste modo*, o parágrafo vinte e oito introduz argumento decisivo: a geografia. Argumento que dará sustentação ao parágrafo seguinte.

Para fortalecer os argumentos que apresentará, o sujeito *faz saber* ao enunciatário que os povos que habitam as distintas regiões são também distintos, o que torna impossível que ocupem um mesmo espaço político. São regiões geograficamente diferentes, ocupadas por povos de origens diferentes e, naturalmente, com necessidades diferentes.

30 *Pedir a transformação do sul matogrossense num TERRITORIO FEDERAL ou ESTADO DE MARACAJÚ, abrangendo os municipios sulinos, isto é, uma zona economica, com seu sistema de rios navegaveis, de estradas ligando todas as cidades tendo ao lado de regiões proprias á pecuaria, regiões agricolas, riquissimos hervais, florestas abundantes em madeiras de todos os matizes,*

maravilhosas campinas ao longo do pantanal – tudo indicando condições naturais e formações sociais para uma rica província do Brasil – á clamar por uma obra de brasilidade, de enriquecimento da união, de incentivo aos brasileiros, que, vindos de São Paulo, de Minas, do Rio Grande do Sul e de todos os recantos, aqui empregaram os seus esforços, desajudados dos governos estaduais, que sempre pontificaram no entorpecimento do seu progresso, á mercê a mais baixa política que por ventura se pratica na Republica.

No PN acima, o enunciatório visualiza o Sul de Mato Grosso: os grandes campos, onde se desenvolve a agricultura e a pecuária; os ervais; as madeiras nobres; parte do riquíssimo e exuberante Pantanal⁴⁰; rios navegáveis, que permitem escoamento da produção; e um povo brasileiro trabalhador, mas oprimido pelo *outro*. Ao usar o termo *brasileiros*, o enunciador, sutilmente, lembra ao enunciatório que o sujeito é *brasileiro*, como o *outro*; um *brasileiro trabalhador* que contribui para o enriquecimento da Nação e manipula o destinador, tentando-o/seduzindo-o, ao deixar subentendido que poderá produzir muito mais riquezas. O operador *isto é* (palavra denotativa ratificadora) esclarece o enunciatório sobre quais são os ‘municípios sulinos’ a que se refere o enunciador; o operador *tudo*, que abarca não somente aos ‘rios navegáveis’, mas também à terra propícia para a agricultura e pecuária, aos hervais, à madeira abundante etc., registra a afirmação plena de que ‘tudo’ na região dá-lhe condições de autonomia, é uma região que possui autossuficiência econômica. Por fim, tem-se, ainda, a presença do operador *e*, que dá suporte à progressão textual e orienta para a conclusão dessa parte do texto.

O povo do sul vem, assim, ao encontro dos ideais reformistas da Revolução, 31 que inscreveu no seu programa, a criação de territorios federais, nas zonas despolicidadas e mal cuidadas, com o seu desenvolvimento entravado por falta de ação administrativa estadual.

Por fim, o sujeito vale-se da própria ‘fala’ do enunciatório para ratificar seu *querer*. Explica-se: a Constituição de 1891 prescrevia, em seu artigo 4º que “os Estados podem incorporar-se entre si, **subdividir-se** ou **desmembrar-se**, para se anexar a outros,

⁴⁰ O leitor encontrará maiores informações sobre o Pantanal na <http://www.ultimaarcadenoe.com/pantanal>.

ou **formar novos Estados**, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais e sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional”; e, reafirma no artigo 34 a competência do Congresso Nacional – “compete privativamente ao Congresso Nacional **resolver definitivamente** sobre os limites dos Estados entre si”. Ou seja, não havendo consenso entre as partes, caberia ao Congresso solucionar o impasse. Nesse percurso, o destinador qualifica o *outro* como alguém que não zela pelos interesses nacionais e coloca-se no eixo oposto, isto é, zeloso pelos interesses da Pátria. O operador argumentativo *assim* confirma, explicita e ratifica a tese do enunciatório: o desejo do Sul pela criação de um novo estado.

QUEM SE OPÕE A DIVISÃO DO ESTADO?

*Sabe o governo federal que o povo sulista diante do abandono e da guerra que
3 lhe move o povo cuiabano, deseja ficar sob a administração federal ou constituir-se
2 em novo Estado.*

*3 Com a divisão, nada sofrerá a região centro-norte, com economia diversa,
3 tradições, costumes, ação política, destinos dessemelhantes dos meridionais.*

O sujeito patêmico, destituído de qualquer reserva, sem receio de quaisquer retaliações e/ou sanções que porventura venha a sofrer por parte do antissujeito, revela que, caso não possa ser *livre*, deseja, então, ficar sob a tutela Federal. O *nada* – parágrafo trinta e três –, palavra denotadora de negação plena, parece exercer a função de ‘ironizar’, pois se pouca atenção merecia o Sul... sinal de que *nada* produzia, o que contradiz as informações dadas pelo enunciador. Essa ironização continua no parágrafo trinta e quatro, no uso da palavra ‘grandes’.

*Ali, estão grandes regiões minerais, grandes florestas, o que assegura
34 imenso futuro, desde que a administração do governo cuiabano lhe dedique melhor
atenção, refletindo sobre as suas possibilidades econômicas, absorvida unicamente
no desenvolvimento que lhe pertence de fato e de direito.*

35 E quem se opõe á divisão do Estado? Unicamente o governo.

*36 Quem se levanta contra, aqui no sul? Funcionarios cuiabanos de Cuiabá, que
jámais zelou pelas cousas do sul.*

37 Defendendo o seu emprego!

O sujeito usa da ironia ao dizer que a região Centro-Norte “nada sofrerá”, pois sabe que ela vive do que ele produz. Para o sujeito, falta ao antissujeito competência para administrar e gerar riquezas, porque a região Centro-Norte é naturalmente rica, precisando, tão somente ser explorada de forma adequada. É preciso trabalhar, ação que o antissujeito não pratica.

O enunciador explica que a população, de ambas as regiões, deseja a separação e que o que existe é uma oposição política, com vistas à perpetuação no poder das ‘tradicionais famílias cuiabanas’.

O sujeito esclarece, também, que apenas os funcionários vindos de Cuiabá se posicionam contra a divisão, ainda que não tenham interesse pelo Sul. No Sul só é contra a divisão quem não é do Sul. E acrescenta que os contrários à divisão cuidam apenas de interesses pessoais. Talvez orientados/obrigados a assim se posicionarem, caso contrário, perderiam seus empregos (ver parágrafo quarenta e quatro). O advérbio *jamais*, parágrafo trinta e seis, negação plena, reforça junto ao enunciatário a posição de descaso do Governo Estadual para com a região Sul.

Não tendo o sul participação em tal governo, nada devendo á administração do Estado, contribuindo com mais de dois terços das rendas, que são consumidas no socorro aos habitantes do norte e centro, se sente com o direito de pleitear a sua emancipação política, para o bem da sua população.

O PN acima aponta para a auto-sanção positiva do sujeito. Afinal, se não é dado ao sujeito o legítimo direito de participar da administração do Estado, apesar de contribuir com seu trabalho e riquezas, se vê o fruto do seu labor e empregado de forma injusta, então, emancipar-se é necessidade natural. A Constituição de 1891, em seu Art. 72, parágrafo 9º, permitia “a quem quer que seja representar, mediante petição, aos Poderes Públicos, denunciar abusos das autoridades e promover a responsabilidade de culpados.” e é isso que faz o sujeito: denuncia o abuso do governo de Cuiabá.

Não se pode contrariar a vontade duma população de 245 mil habitantes, vontade que deve ser respeitada, sobre a qual deve inspirar-se o governo federal,

tomando a patriótica medida.

*É impossível hoje o prosseguimento da política, que dominou o Estado, em 43
40 anos de Republica, porque ela prejudicou a população sulista, gerando um dissídio,
que não se remediara com promessas de concessões e ameaças á vontade
soberana do povo.*

O enunciador, estrategicamente, lega ao próprio destinatário a sanção que receberá do sujeito. Se respeitar o desejo da população do Sul de Mato Grosso, a sanção será positiva; se não, então, a sanção será negativa.

A divisão é fato consumado e sua origem, segundo o enunciador, está nos desmandos praticados pelo Governo do Centro, que acentuou as diferenças, quando as deveria ter amenizado.

*41 Já a Constituição Federal de 1891 previra a possibilidade de reformas dos
territorios dos Estados.*

*42 Quarenta e tres anos após, melhor se evidencia a sabedoria, dos
republicanos de 89; a Revolução escreve no seu programa a refôrma geral do
territorio brasileiro; o projeto de constituição do governo federal, ora em
discussão, dedica um capitulo a esse magno assunto, que visa a segurança e á
unidade do Brasil.*

Como no parágrafo trinta e um, o enunciador credencia o sujeito no seu *querer* e aponta, mais uma vez, o direito legal – previsto no Art. 4º da Constituição – de desmembrar-se e, conseqüentemente, constituir um novo Estado da Federação.

Retomando, aparentemente, o direito constitucional de emancipação do sujeito, o enunciador seduz o destinador, ao deixar subentendido que *fazer* a divisão do Mato Grosso é contribuir para a segurança da Nação e que tal ação somente *sábios*, como os republicanos, são competentes para *fazer*. A forma adverbial *já* (parágrafo quarenta e um) indica mudança de estado e comparação.

43 *É á sombra da bandeira revolucionária, que a mocidade sulista, nascida numa terra onde existe a maior mescla das gentes brasileiras, ergue-se, exigindo um direito sagrado.*

44 *O povo sulista vê agora como o governo de Cuiabá pretende diminuir e obscurecer o ideal sulista. Manda aqui a policia proibir a propaganda, censurar jornais, amedrontar o povo, forçando os empregados publicos a assinarem listas contra a divisão territorial. A imprensa da Capital ataca os homens destacados do sul. Nós defendemos um direito e pregamos um postulado da Constituição revolucionária, estamos trabalhando pelo restabelecimento da União.*

O enunciador de posse da figura *mocidade* – representante de todos os povos que habitam a região meridional – exige sua liberdade, direito sagrado na lei de Deus e na lei dos homens.

A partir desse PN, o enunciador retoma o discurso e prepara-se para concluir a enunciação. Reafirma a categoria *liberdade x opressão*, que se visualiza em todo o enunciado, e *faz saber* ao destinador – e também ao antissujeito – que *sabe* que seus atos têm amparo legal no artigo 72, parágrafo 12, da Constituição Federal que diz: “Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato.” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Seção II, Declaração de Direitos, 1891). Também nesse PN, ao atribuir qualidade ao antissujeito, o sujeito vai-se identificando junto ao destinador como distinto daquele.

45 *Temos o apoio da lei?*

46 *A mocidade conclama o povo sulista, para o grande desideratum, que o eminete Chefe do Governo Provisorio e a Assembléa Constituinte, num elevado pensamento em bem do futuro da Pátria unida, devem realizar, por ser obra de justiça, de segurança, de ordem, de progresso economico.*

47 *Viva o Brasil unido! Viva o Territorio de Maracajú!
Campo Grande, 17 de Janeiro de 1934.*

O destinador *sabe* que o direito à liberdade é sagrado e que ninguém pode violá-lo sequer o Estado que deveria proteger seus cidadãos de bem.

O sujeito do querer, tomado pela paixão da/pela divisão, crendo que seus argumentos são incontestáveis (*justiça, ordem, progresso*) e crendo que o sujeito do fazer é um sujeito do *querer-dever-fazer*, encerra o *Manifesto*, sancionando positivamente o destinador, desde que ele realize seu *querer*.

O gênero manifesto é produto de uma pessoa ou de um grupo com objetivo de chamar a atenção da população sobre um problema que acontece ou acontecerá, é uma declaração pública a respeito de determinado assunto ou ideal. Sua estrutura básica requer título, identificação do problema, análise do problema e apresentação de argumentos, local e data e, claro, as assinaturas dos autores e dos simpatizantes ao teor do documento. A maioria é escrita na forma padrão da língua. O *Manifesto* da Liga procura preservar a linguagem padrão, entretanto o discurso que constrói o enunciado é agressivo e hostil (ofensivo, às vezes).

A enunciação do *Manifesto* abunda em *manipulações, figuras e paixões*. O enunciador-sujeito manifesta seu *querer* e constrói um discurso de convencimento junto ao enunciatário, esperando, com isso, que ele atue performativamente e cumpra a sua função de *fazer*. As manipulações são tecidas para que o enunciatário passe a *saber* sobre os fatos **que e como** ocorrem no Mato Grosso.

Como, no *Requerimento*, o sujeito, na trajetória discursiva, apresenta-se ao destinador como diferente do *outro*, do antissujeito, o mato-grossense. E constrói esse simulacro por intermédio de figuras (quadro 2) que abarcam traços distintivos:

Sujeito (mocidade; mato-grossense do sul; sulista)	Antissujeito – <i>Outro</i> (mato-grossense; centro-norte; cuiabano)
jovem	velho
trabalhador	perdulário, desinteressado
oprimido, humilhado, não-político	opressor (por imposição política)
progressista, liberal	tradicionalista, conservador
pobre	rico (por apropriação ilegítima)

respeitador das leis	desrespeitador das leis
inferiorizado, abandonado	arrogante
Zeloso	descuidado
irritado, colérico	falso

Quadro 2 – Figuras do Manifesto.

A oposição semântica *liberdade x opressão* que alicerça o nível fundamental é a base de sustentação do enunciado. O sujeito do *querer*, que vive oprimido pelo antissujeito, lança mão de seu *saber* para *fazer-saber ao* destinador seu estado de alma e seu estado juntivo negativo, que se encontra disjunto do objeto-valor maior: a liberdade.

O sujeito é *jovem* e, como todo jovem, deseja sua liberdade, deseja sua autonomia. *Quer poder* tomar decisões, ainda que ‘erradas’, arriscar-se; mas o *outro* não permite – talvez por *crer ser* o sujeito imaturo, imprudente –, nega-lhe o direito de participar da administração política do Estado e sequer o auxilia, como previsto na Constituição, tratando-o desigualmente. O sujeito qualifica indiretamente o antissujeito de *velho* e *desinteressado*, afinal o antissujeito nada faz, apesar de ter o *poder-fazer*.

Além de *jovem*, o sujeito é *trabalhador*, arrecadando, com seu trabalho, riquezas para a grandeza do Estado e da Nação, mas nada recebe do *outro*. Não há incentivos, não há investimentos, nem há segurança para os moradores da região Sul. O antissujeito, que detém o poder político-administrativo de *fazer*, apenas consome a *riqueza* do sujeito, dela se apropriando injustamente, caracterizando-se, assim, como *perdulário* e desinteressado do valor *trabalho* – meio para se produzir o valor *riqueza* – e, ao apropriar-se da *riqueza*, o *outro*, torna o sujeito *pobre*. O *outro* também é apresentado como *tradicionalista*, *conservador*, mas se depreende um tom pejorativo por parte do enunciador, desmerecendo tais qualificadores, vez que os condiciona à apropriação indevida do alheio. O sujeito, ao contrário, é *progressista*, contribuindo com a produção de riquezas para a Nação.

Importante destacar que os indicativos de uma possível identidade do sul-mato-grossense obtidos na análise dos documentos acima constituem apenas uma parte do que se pode explorar neles. Tem-se consciência de que outro olhar, outra análise poderia permitir novas e interessantes descobertas. Em suma, é um estudo primeiro sob o viés semiótico e, por certo, questões serão suscitadas a partir dele.

Apesar dos esforços empreendidos pelo sujeito do *querer* – seja a *Liga*, seja a *Mocidade* – em busca do objeto-valor desejado, a liberdade e a justiça político-administrativas, durante o período em que se elaborava a Constituição de 1934, não logrou êxito. O enunciatório não partilhou do *querer* do enunciador, que permaneceu assujeitado, destituído do *poder-fazer*. E, dessa forma, o mato-grossense do sul, subordinando-se à Lei Maior, continuou a *parecer ser* mato-grossense, ainda que se tenha declarado publicamente diferente dele, ainda que parecesse diferente dele e ainda que fosse diferente dele.

Foram necessários 45 (quarenta e cinco) anos para que o sujeito alcançasse o objeto-valor desejado. Durante esse período, o ideal divisionista manteve-se encoberto, mas quando, em 1974, portanto quatro décadas após a promulgação da Constituição de 1934, o Presidente Gen. Ernesto Geisel determinou estudos para a implantação do II Plano de Desenvolvimento Nacional, o meridional recomeçou sua luta.

O ano de 1977 – ano em que foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do Estado de Mato Grosso – é apontado por estudiosos (SILVA, 1996; CIMÓ QUEIROZ, 2006) como o momento de maior tensão entre o sujeito e o antissujeito. Esse é o momento selecionado para apontar *figuras* e *paixões*, com vistas a validar, abonar, as marcas da identidade do sul-mato-grossense traçada pelos matizes de sua história e apontadas neste capítulo.

CAPÍTULO 3

1977: TENSÃO, PAIXÃO E FIGURAS

O ideal divisionista, ainda que *pareça* ter se mantido resguardado por quarenta e cinco anos, sofreu modificações importantes e, no período (1974-1977) em que se procederam, por determinação do Presidente Gen. Ernesto Geisel, os estudos para implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, é *reinventado*. O ideal divisionista presente nos textos jornalísticos analisados constrói o simulacro do *querer* do Governo Federal que, independente do desejo das populações, determinava a criação e/ou fusão de Estados e Territórios e da Amazônia Legal, tudo para o “desenvolvimento do país”. Durante os quarenta e cinco anos, vez ou outra, ouvia-se a voz de um sujeito disfórico que, inconformado com seu estado e esquecido das possíveis retaliações que poderia sofrer, expressava publicamente sua revolta.

As diferenças entre o mato-grossense do sul e o mato-grossense mostravam-se mais visíveis nesse período e, além disso, os meridionais contavam com a simpatia do Presidente (Edição nº 7238) à causa. Entre 1974 e 1976, procederam-se os estudos sob relativa calma, mas, em 1977, a população de ambas as regiões e, principalmente, seus representantes políticos passaram a embates mais acirrados, revelando o estado tensivo existente – tensividade gerada pelo estado patêmico do sujeito e do antissujeito.

Essa tensividade foi registrada em diversos textos que circularam naquele ano no *Jornal Correio do Estado* e ganhou projeção – não apenas em âmbito regional, em face dos sujeitos envolvidos – nacional, pois “a divisão é de interesse nacional”. As reportagens vão, gradativamente, construindo um contexto que permite identificar dados da criação de Mato Grosso do Sul e da identidade do sul-mato-grossense e criando o simulacro de que a *divisão* constituía-se uma questão de justiça e de liberdade.

Os textos que compõem o *corpus* deste capítulo são parte de um conjunto discursivo maior, do qual selecionaram textos cujas *figuras* e *paixões* ratificassem aquelas apontadas no capítulo 2 acerca da identidade do sul-mato-grossense. Como esclarecido na Introdução, a seleção divide-se em: *a*) textos que retomam a *Liga*; *b*) textos que apresentam o Governador do Estado de Mato Grosso, Garcia Neto, declarando-se contrário à divisão; *c*) textos que compõem a série intitulada *Mensagem a Garcia*, de Modesto Barbosa Leal; e *d*) textos que registram a participação popular, de ambas as regiões (Sul e Centro-Norte), no processo divisionista.

3.1 A Liga Sul-matogrossense: a voz autorizada

A *Liga* foi a primeira voz autorizada⁴¹ (BOURDIEU, 2008, p. 100-101), devidamente registrada, a *dizer* oficialmente pelo mato-grossense do Sul, sendo um de seus atos mais eloquentes o *Requerimento* encaminhado aos Constituintes de 1934, analisado no capítulo anterior. Entre meados dos anos 30 e as décadas seguintes, a *Liga* praticamente desapareceu (“... a *Liga Sul matogrossense*, entidade esta que esta paralisada a muito tempo.”), mas reativou-se em 1977 para, mais uma vez, *dizer* em nome do mato-grossense do Sul. Selecionaram-se quatro textos que retomam a *Liga* nesse ano, nos quais são apontadas *figuras e paixões*.

A primeira reportagem, *Divisionistas reúnem-se hoje na câmara municipal*, circulou no dia 31 de março de 1977 e revelava um caráter aparentemente informativo. Nela, o enunciador é a própria mídia que noticia o reavivamento da entidade, mas é possível identificar outra voz no discurso: a voz divisionista de um dos coordenadores do grupo pró-divisão, Paulo Coelho Machado, que dá pistas sobre acontecimentos que, por certo, decorrerão desse fato.

Jornal *Correio do Estado* – Ano XXIV – Edição nº 7220 – Campo Grande, 31/03/1977. p.5.

DIVISIONISTAS REUNEM-SE HOJE NA CÂMARA MUNICIPAL

⁴¹ Termo utilizado por Bourdieu que diz “porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade; é ao mesmo tempo seu privilégio e seu dever, sua função própria, em suma, sua competência [...]”

Será hoje a partir das 21 horas na Câmara Municipal desta cidade uma reunião de um grupo de divisionistas para tratar de assuntos referentes ao Sul do estado de Mato Grosso. A informação foi prestada ontem pelo Dr. Paulo Coelho Machado, ex-secretário da Agricultura, do governo José Fragelli, e um dos coordenadores do grupo, que é formado por mais de quarenta pessoas interessados em que o estado seja dividido.

Segundo Paulo Coelho Machado, que juntamente com Afonso Simões Corrêa, coordena o grupo de divisionistas, na reunião de logo mais à noite serão tratados diversos assuntos de interesse para a região Sul do Estado, sendo que esta em pauta de discussão a revivação da Liga Sul matogrossense, entidade esta que esta paralisada a muito tempo. Informou ainda Paulo Machado que foi proposta a criação de uma entidade para tratar de assuntos sobre a divisão do estado, para a coordenação dos trabalhos a serem realizados antes e depois de sua efetivação, e como já existia a Liga do Sul matogrossense, hoje será tratada de sua

revivação. Outros assuntos que serão abordados pelos divisionistas no transcorrer da reunião segundo Paulo Machado- será a formação de comissões para visitas aos Municípios da região Sul, para tratar junto aos seus respectivos prefeitos da filiação junto a Liga, que será sediada em Campo Grande; comissões para divulgação; e, arquivamento de documentos.

Finalizando Paulo Coelho Machado disse que a Liga Sul matogrossense, tratará também de organização e execução de festividades e solenidades da região, principalmente a homenagem que será oferecida ao presidente Ernesto Geisel quando ele anunciar oficialmente a divisão de Mato Grosso.

Acrescentou que é de muita importância a sua organização, pois com isso pretende evitar que os sulistas mais entusiasmados parta para um tema mais regionalista, criando conseqüentemente atritos com o Norte. Segundo ele a divisão é de interesse nacional e visa principalmente ajudar tanto o Sul quanto o Norte do Estado

A voz divisionista que surge na enunciação é uma voz tomada de *paixão*, mas é uma *paixão* contida, porque o momento histórico-político nacional assim a exige. *Paixão divisão* é o termo que se utilizará para definir o estado patêmico dos sujeitos (divisionistas), porque engloba o que a *divisão* representava para o meridional: a justiça, primeiramente, e a liberdade como consequência dela.

O enunciador-mídia (lembrando que o dono do jornal era um dos divisionista) é cauteloso na redação textual, pois, embora se finde o regime da ditadura militar, com acenos de uma abertura política, é preciso cuidado ao escrever; os censores permaneciam de plantão, portanto nada de ‘discursos furiosos, ardentes, acalourados’. Nada de fomentar lutas ou brigas.

O texto centra-se, aparentemente, no referente, de forma que o leitor de *fragmento* ou leitor *movente*⁴² – aquele leitor fugaz e novidadeiro, sem tempo para uma

⁴² SANTAELLA, Lúcia. **A leitura fora do livro**. (Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/cos/epe/mostra/santaell.htm>. Acesso em: 18-01-2009)

leitura contemplativa – lerá a superfície discursiva, extraindo dela apenas a informação de reativação da entidade e que ela, *Liga*, será a responsável para tratar dos assuntos da divisão. Não lerá a *paixão divisão* presente no discurso, quando o enunciador transmite, pelo discurso indireto, a ‘certeza’ que a voz divisionista tem de que a divisão de *direito* acontecerá, pois de *fato* ela já existia. Vejam-se os destaques nos fragmentos a seguir.

[...] tratar de assuntos sobre a divisão do estado, para a coordenação dos trabalhos a serem realizados **antes e depois de sua efetivação**[...]

[...] tratará também de organização e execução de festividades e solenidades da região, principalmente, a homenagem que será oferecida ao presidente Ernesto Geisel quando **ele anunciar oficialmente a divisão** de Mato Grosso. [...]

[...] **evitar** que os sulistas mais entusiasmados parta para um tema mais regionalista, criando conseqüentemente **atritos com o Norte**. e, [...]

[...] **a divisão é de interesse nacional** [...]. (grifos nossos)

O enunciador-mídia, ao repetir a fala divisionista, (re)cria o simulacro de que a divisão é necessária à Nação e que, a depender dos meridionais, não haverá atritos. A repetição pelo enunciador-mídia da fala divisionista leva o enunciatário a perceber que aquela voz não é uma voz isolada, mas sim partilhada e indiretamente pressiona o Governo Federal para que proceda a divisão, fato de “interesse nacional”.

Ao iniciar o texto afirmando: “Será hoje a partir das 21 horas na Câmara Municipal desta cidade uma reunião de um grupo de divisionistas...”, o enunciador deixa claro ao destinador a importância do assunto e da própria *Liga*. A reunião não acontecerá em um lugar qualquer, ao contrário, acontecerá em um espaço que *figurativiza* o poder do povo: a Câmara Municipal. As câmaras municipais são, por excelência, o lugar de representação do cidadão. É uma das casas do povo, local onde ele se faz ver e ouvir; onde tem vez e voz; é também a que está mais próxima do cidadão, à qual ele tem maior acesso (ou ao menos deveria tê-lo). Logo, ao ser ali reativada, a *Liga* passa a ter representatividade política, se se tomar o termo política como as intervenções que o homem estabelece com seus pares e com o meio em que vive, com a finalidade de se organizar pelo bem comum, independentemente de partido político.

No dia seguinte, primeiro de abril de 1977, o jornal trouxe a reportagem *Na Câmara Municipal, a grande assembléia da Liga Sul Matogrossense*, na qual trata do ‘grande’ acontecimento: a revitalização da *Liga*.

Jornal *Correio do Estado* – Ano XXIV – Edição nº 7221 – Campo Grande, 01/04/1977. p.11.

NA CÂMARA MUNICIPAL, A GRANDE ASSEMBLÉIA DA LIGA SUL MATOGROSSENSE

“A finalidade da Liga Sul Matogrossense não é de lutar pela divisão de Mato Grosso; talvez até de ordenar o movimento de comemoração. Não tem intenção de estimular confrontos, mas de ordenar o movimento e assessorar os trabalhos de organização do novo Estado” disse ontem o advogado Paulo Coelho Machado, ex-secretário da Agricultura do governo de José Fragelli, ao abrir a grande Assembléia da Liga Sul Matogrossense, na Câmara Municipal. Paulo Machado assinalou que não há intenções de se criar polêmicas, mas observou que atualmente, no Norte, existem grupos anti-divisionistas utilizando-se de argumentos falhos para combater a divisão, que ele reconhece necessária. E explicou que, a própria conformação geográfica de Mato Grosso, atualmente, faz com que seja difícil a sua administração, um dos motivos que justificam a divisão. Vários divisionistas convictos compareceram à reunião e deram integral apoio à reativação da Liga, que ainda utiliza os antigos estatutos, elaborados em 1932, data em que foi fundada e depois, por duas vezes, reativada, a última delas em 1960. Os estatutos, pelo que ficou estabelecido pela assembléia, serão revisados e reformulados para se adaptarem aos dias atuais, ao mesmo tempo em que será criado o Comitê de Campo Grande e os diretórios municipais, para atuarem em suas respectivas áreas. A liga não tem presidente, mas um grupo de coordenadores que serão revezados periodicamente e que terão poderes de instalar as ligas municipais, de caráter extremamente popular, sem cor partidária ou política. A próxima reunião será 4. feira da semana que vem, às 21 horas, no recinto da Câmara Municipal, pelo que ficou estabelecido em meio ao encontro, que prosseguiu até às 23:30 horas de ontem. Todos os componentes da Liga se obrigaram a uma contribuição mensal para custeio das despesas oriundas dos movimentos que serão deflagrados,

principalmente o que visa sensibilizar todos os sulistas para a necessidade da divisão, dando ao movimento um caráter coletivo e de muita vida. Os recursos serão utilizados, inclusive, para a confecção de faixas, cartazes e slogans e a contribuição será mensal: só ontem, se conseguiu mais de 5 mil cruzeiros mensais entre os divisionistas, esperando-se novas adesões nas próximas horas. Um livro de ouro também coletará doações, para se fazer face às despesas mais imediatas. Lembrou-se que até agora o grande incentivador tem sido Nerone Maiolino, que com recursos próprios já elaborou 60.000 pequenos cartazes com a frase: “Não Fale em Crise. A divisão vêm aí”. Durante a assembléia de ontem, solicitou-se a todos os divisionistas que enviassem mensagens felicitando o chefe da Nação pela iniciativa da divisão territorial de Mato Grosso, para dar ao movimento uma amplitude de dimensões nacionais. A secretária da Liga Sul Matogrossense, dra. Elizabeth Figueiredo, fez, durante a assembléia, a leitura da “ata de revitalização”, datada do dia 25 último, com a presença de inúmeros “amigos de Mato Grosso” e presidida por Paulo Coelho Machado. Entre outros divisionistas, pertencem à Liga Sul Matogrossense os srs. José Manuel Fontanillas Fragelli, Paulo Coelho Machado, Nerone Maiolino, Cláudio Fragelli, J. Barbosa Rodrigues, Plínio Barbosa Martins, Nelson Borges de Barros, Nely Elias Bacha, José Pereira Martins, Hugo Pereira do Vale, Demonsthenes Martins, Iná Machado Metello, Nelson Benedito Neto, Alfredo Almeidinha, Flávio de Andrade, Waldir Pires Cardoso, Lélia Rita de Figueiredo, Eduardo Contar Filho, Eduardo Machado, Elizabeth Figueiredo, Abilio Leite de Barros, Antônio João Hugo Rodrigues, Francisco Giordano Neto, Luis Sá Carvalho, Wilson Macksoud, Rubens Salim Saad, Luis Alexandre de Oliveira, Cândido Rondon, Antônio Lopes Lins e outros.

O enunciador-mídia cede espaço, novamente, a outro enunciador já no início do discurso, quando transcreve na íntegra, pelo discurso direto, a fala do advogado Paulo Coelho Machado, um dos coordenadores do grupo divisionista. A ‘voz divisionista’ afirma, no início da enunciação, que “A finalidade da *Liga* não é de lutar pela divisão de Mato Grosso;...”, afirmação que causa no enunciatário uma interrogação, afinal a *Liga* fora fundada para ‘pleitear a divisão do Estado’ e, quando se apresenta o momento propício (o

Governo Federal demonstrava interesse em criar novos Estados Federados), não lutaria por quê? Provavelmente, porque os pró-divisão já *sabiam* que o desmembramento do Estado de Mato Grosso e a criação do novo Estado era fato consumado e sua oficialização era questão de tempo. Tempo necessário para o apaziguamento de ânimos e os arranjos políticos. Não há outra razão, senão esta, para a fala divisionista.

O representante dos divisionistas esclarece que a *Liga* se ocupará em “ordenar o movimento de comemoração” e em “assessorar os trabalhos de organização do novo Estado” e que isso ocorrerá “sem confrontos” e “sem polêmicas”, por parte dos sulistas, mas que tem conhecimento de “...grupos anti-divisionistas no Norte que combatem a divisão...” com falsos argumentos. A *figura* de que o homem do Sul é pacífico continua a ser construída, contrapondo-se a do antissujeito. Um dos argumentos apresentado pela *Liga* para que a divisão aconteça é “a conformação geográfica”, elemento que dificulta a administração e que será, posteriormente, um dos motivos apresentados na Exposição de Motivos que acompanha a Lei Complementar nº 31 (Anexo 5).

A *Liga*, apesar de constituir-se numa entidade representativa, não possui ‘um presidente’, mas sim é dirigida por ‘um grupo de coordenadores’, que se revezam periodicamente, criando, assim, o simulacro de um poder distribuído e não centralizado. Os coordenadores, investidos de poder, são responsáveis pela instalação das “Ligas municipais, de caráter extremamente popular, sem cor partidária ou política.” e as *ligas*, por sua vez, promoveriam movimentos de sensibilização, visando a agregar ‘todos os sulistas’. O enunciador utiliza as figuras *popular, sem partido, sem política* para, estrategicamente, incluir *todos* os mato-grossenses do Sul, independentemente de sua condição social, porque não poderia haver sulista contrário à divisão.

Entre os movimentos de sensibilização deflagrados, estavam cartazes, faixas e *slogans*. Nerone Maiolino, divisionista fervoroso, distribuiu “...60.000 pequenos cartazes com a frase: ‘Não fale em crise. A divisão vem aí.’” A frase retratava o momento econômico de desaceleração do crescimento nacional e à crise petrolífera internacional, que trouxe reflexos à economia brasileira – isso após o País ter vivido o ‘milagre econômico’ (1968-1973). A ‘crise’, portanto, existia e o Sul, embora continuasse a produzir riquezas, sentia os

efeitos da crise e o fato de continuar espoliado de sua riqueza pelo Norte era motivo de desânimo entre os meridionais, mas, a *divisão* mudaria esse estado de coisas, ao menos, o Sul usufruiria a riqueza que produzia, amenizando, dessa forma, a crise.

Por fim, a reportagem informa que, durante a Assembleia, “solicitou-se a todos os divisionistas que enviassem mensagens felicitando o chefe da Nação pela iniciativa da divisão territorial de Mato Grosso...”, o que permite visualizar a manipulação pretendida pelos divisionistas: seduzir o *chefe*, mostrando-lhe o quanto sua atitude o tornava único e acenando-lhe com potenciais votos, em futuros eleições (em torno de um milhão, considerando-se a população da região Sul). A *figura chefe* demonstra o respeito dos divisionistas pelo Presidente, pois o *chefe* é aquele que governa, que comanda, *figurativiza*, portanto, o simulacro de poder. Ao dirigirem-se a ele, os brasileiros demonstram (re)conhecer em sua ação um ato de justiça, por isso, felicitam-no, por *sabê-lo justo*, caracterizando, assim, nova manipulação por *sedução*, ao atribuir-lhe tal adjetivo.

Nos dias dois e três de abril de 1977, o Jornal trouxe, na íntegra, um Manifesto assinado pela *Liga* e que aborda o tema divisão em consonância aos interesses do País e do ‘velho sonho sulista’.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7222 – Campo Grande, 02 e 03/04/1977.p.3.

LIGA SUL MATOGROSSENSE LANÇA MANIFESTO: A Liga Sul-matogrossense, revitalizada no dia 24 de março e dada a participação do povo na noite de quinta-feira, na Câmara Municipal, em solenidade que contou com a presença de 80 divisionistas, lançou ontem manifesto, pregando a necessidade da divisão territorial de Mato Grosso e expondo os motivos que a levam a adotar tal posição, em consonância com os altos interesses nacionais e com o velho sonho dos sulinos.

A LIGA SUL MATOGROSSENSE que agora completará quarenta e cinco anos, luta por uma idéia já enraizada na alma do povo. Uma idéia que não pertence a um grupo, a um partido político ou a classes. Ela é, antes, o desdobramento de um velho sonho e agora o resultado de uma fé que se transformou em euforia coletiva

Tampouco deriva esse Movimento da iniciativa de um grupo regional ávido por vantagens políticas ou interessado em posição de mando. Nós, o núcleo campo-grandense dessa Liga, — somos apenas alguns dos que, contando-se já na casa do milhão, se espalham em todos os recantos do sul de Mato Grosso e se desdobram na direção do Norte, onde a maioria dos nossos irmãos já entende as nossas reivindicações e o sentido real dos nossos sonhos.

Enfrentamos aqui, nessa fase de nossa luta, o objetivo de tirar, das sementes do passado, os frutos de um compromisso histórico com o futuro. E por esse compromisso nos colocamos ao lado do presidente Ernesto Geisel, o estadista que entendeu a nossa fé e nos deu livremente, espontaneamente, a sanção de todo um trabalho de persuasão, de esperança, e auto-confiança.

A divisão de Mato Grosso não é e nunca foi uma aspiração modelada pelo ressentimento, o alvo de ódio ou de mesquinhas incompreensões. Muito menos o ingrato desconhecimento do

e transbordou dos seus limites de contenção, o produto do novo estado de espírito de todo um povo consciente dos seus deveres, convencido de suas possibilidades, a quem, de repente, sem pressões, sem injunções espúrias, se outorgam os seus direitos legítimos, pelos quais lutava há quase um século.

importante papel histórico de Cuiabá, em passado já distante na evolução deste Estado.

Nossa aspiração se baseou e se baseia na unidade regional que nós, do sul, conseguimos obter e manter, mercê de uma unidade fisiográfica, econômica, social e da origem comum da colonização.

Fundamentou-se na igualdade de propósitos dos sulistas, na conscientização de objetivos semelhantes, no sentimento de Integrarmos uma região geo-física-ecumênica homogênea, com os mesmos problemas, as mesmas aspirações de progresso, detentora de recursos para resolvê-los e de interesse para concretizá-las. Derivou, ainda, da convicção de que manter indefinidamente a unidade de Mato Grosso não é mais do que um sonho utópico, divorciado da realidade, inaceitável por todos que conhecem as implicações dos problemas geo-econômicos e políticos na divisão territorial das unidades geográficas.

Um Estado, como o nosso, de dimensões continentais, situado na zona mais vulnerável das fronteiras, não pode subsistir dentro de um País onde há unidades políticas sessenta vezes menores com

direitos iguais. É algo ilógico, distorcido, que em todas as nações foi objeto de modificação, sempre que a grande unidade saiu da etapa de sub-desenvolvimento. Assim, não é difícil concluir que manter o status-quo é algo impossível para o desenvolvimento harmônico do País. Se, por um determinismo sócio-econômico-político, mais cedo ou mais tarde tenhamos que nos separar, não é justo nem lógico adiar a providência.

Agora o Sul, além da homogeneidade que lhe dá condições ideias para constituir-se em uma unidade política muito sólida, dispõe dos recursos de uma arrecadação à altura do poder atender suas necessidades mais fortes e urgentes de desenvolvimento.

Com uma superfície superior a trezentos mil quilômetros quadrados, apenas um pouco mais que as áreas dos estados padrões (São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná), nossa futura unidade terá a forma compacta, ideal para o desenvolvimento. Nossa população, já maior de 1.500.000 habitantes, representa cerca de dois terços da atual ecumênia de Mato Grosso. A população relativa da unidade futura será de 5 habitantes para quilômetro quadrado, contra os 1,3 habitantes do atual Estado.

Em termos de produção, nossa posição tem um relevo singular, tanto na agricultura, 75 % da produção agrícola saem desta área, como também na pecuária, onde se encontra a mesma proporção de desnível. A divisão não afetará nossa posição de maior produtor brasileiro de arroz e detentor do segundo maior rebanho do País (cerca de 13 milhões de cabeças povoam a zona sul). E isso se traduz por uma arrecadação volumosa, que corresponde, em média, a setenta e cinco por cento (75%) da receita estadual.

Todas essas vantagens, que são devidas a condições naturais favoráveis e a uma estrutura mais desenvolvida, dão-nos é lógico, o direito de emancipação.

Está mais do que provada a necessidade de um apoio maciço da União Federal para o Norte desenvolver-se. Nossa ajuda atual— um terrível sacrifício para o Sul— representa muito pouco para a solução do problema e tira o indispensável de nós próprios.

O Norte de Mato Grosso, equatorial, amazônico, fisiograficamente é região peculiar, inegavelmente diferente do Sul. Tem o determinismo notável de ser a soldadura, o portal da Amazônia, a área mais própria para a penetração naquela região em processo de povoamento e integração, enquanto o Sul, tropical, platino liga-se muito mais as regiões sudeste e Sul do País.

Alcançar a Amazônia para o Brasil, o objetivo fascinante da nacionalidade que compete à região Norte, implica em enormes dificuldades e vultosos ônus, que somente a Nação está em condições de arcar. Nossa separação, eliminando um sacrifício injusto que nos tolhe em nossa marcha para o próprio progresso, não acarretará àquela região setentrional dificuldades maiores, uma vez que o Governo da União está plenamente consciente de sua tarefa em dota-la da infra-estrutura de sustentação e impulso de que carece para cumprir a tarefa imposta por seu determinismo histórico-geográfico.

O presidente Ernesto Geisel, ao nos dar o direito de aplicação do nosso trabalho na própria região, não pensou nunca, em abandonar o Norte à sua própria sorte. Conhecendo os problemas nacionais em profundidade, ele sabe que a separação acarretará de início um certo esvaziamento para o Norte e provocará a eclosão de alguns problemas. É lógico, portanto, que ele se dispõe a resolver esses problemas, sem exigir novos sacrifícios de nossa região.

Em um momento histórico como este, não é intenção nossa acirrar os ânimos na parcela dos inconformados, que ainda não compreenderam o problema. Por isso não salientaremos aqui, a tremenda distorção entre produção, arrecadação, aplicação e desenvolvimento das duas regiões. Deixaremos de parte, também, pela inoportunidade de tratar do assunto, as dificuldades tremendas que a distância da capital e a deficiência de transporte têm acarretado para o Sul, bem como a clássica preterição que toda nossa região tem sofrido no decorrer desses anos, de administração estadual. São contingências humanas atender melhor a quem está mais perto e a quem pode mais reclamar; são explicáveis e até certo ponto justificáveis a prevalência dos próprios interesses e a consideração mais e melhor os interesses dos vizinhos.

Não ignoramos a História. Apenas a interpretamos no tempo e no espaço e tiramos dela exemplos e ensinamentos. A cada ano que passa, o Sul se desenvolve a um ponto tão mais elevado, dentro do todo, que o percentual do nosso sacrifício é cada vez maior, ao

mesmo tempo que nossas necessidades não atendidas crescem a níveis insustentáveis. Chegamos a um ponto em que a divisão se apresentou como o próprio imperativo de continuar progredindo.

O fato, claro, insofismável, é que Mato Grosso do Sul, será, desde o início, uma unidade forte, progressista, capaz de tornar-se, em tempo relativamente curto, uma das grandes unidades da Federação. E terá condições de desenvolver suas fontes produção de uma forma extraordinária, desde que possa dispor dos seus próprios recursos e aplicar devidamente, em seu território, os recursos postos à disposição.

Essas são, basicamente, as razões de nossa luta e, agora, as de nossa euforia em ver essa luta compreendida e seus argumentos esposados pelo Presidente da República e pelos altos escalões do Governo Central.

Chegamos, enfim, em um ponto em que não é mais lícito duvidar da solução do nosso problema. Agora é o próprio Presidente Geisel e seus Ministros que anunciam a próxima divisão.

O Sul de Mato Grosso, como um só homem, sente chegada a hora de sua grandeza. O Presidente Geisel passará à História como o criador de uma das mais progressistas unidades federativas do País, em um futuro próximo. Graças a sua decisão histórica, logo se acionarão os instrumentos para a evolução de uma das mais promissoras regiões agro-pecuárias do País e o Brasil poderá mais facilmente acelerar sua prosperidade e atingir níveis maiores de produção.

Entretanto, nunca houve tanta necessidade de união, de compreensão, de auto-afirmação, de desinteresse pessoal e de grupos, como agora. Precisamos nascer grandes, unidos de cabeça fria para não incorrerem em erros históricos prejudiciais. Cada sulista, independentemente de sua posição social, da localização geográfica, de sua atividade privada, deverá ser o soldado de uma grande campanha cívica, o paladino de uma causa nobre, o vigilante de um posto, sempre alerta para que o sonho não desiluda e a fé de nosso Presidente nunca esmoreça.

Juramos a nós próprios fidelidade permanente a esses ideais que nos conduziram por mais de setenta anos, em uma luta agora chegando ao fim. E prometemos a nós mesmos fazer da LIGA SUL MATOGROSSENSE uma trincheira permanente e vigil desses ideais.

LIGA SUL MATOGROSSENSE

Liga sul matogrossense lança manifesto... em tom ameno – novamente o cuidado necessário com o *dizer*, diferente do *Manifesto* da Mocidade de 1934 – a *Liga* retoma, no primeiro parágrafo, as razões que movem o ideal divisionista, com a intenção de informar ao enunciatário que desconhece a causa e fazer recordar àquele que partilhou dela em outro momento. Fala da história da *Liga* e de sua luta por um ideal, que é o ideal de um *povo* “consciente de seus deveres”, um *povo* destituído de *vaidades* ou de “*posição de mando*”; que é um *povo* que colhe, nesse momento, “os seus direitos legítimos”, fruto de anos e anos de trabalho e “sacrifícios” em prol do Norte e em detrimento do Sul e que, sabiamente, o Presidente sancionou ao dar ‘sinal verde’, em 1974, para que seus ministros estudassem a questão.

As *figuras vaidade* e *mando* são apresentadas ao enunciatário como não pertencentes ao sujeito e ‘sugerindo’ que são características do antissujeito; a *figura trabalhador*, por sua vez, é relacionada ao sujeito, enquanto o antissujeito é apresentado como usurpador desse trabalho – “[...] não salientaremos aqui, a tremenda distorção entre produção, arrecadação, aplicação e desenvolvimento das duas regiões.”; “[...] E isso se traduz por uma arrecadação volumosa, que corresponde, em média, a setenta e cinco por cento (75%) da receita estadual.”.

No quarto parágrafo, a *Liga* manipula o enunciatário, fazendo-o crer que a aspiração divisionista “não é e nunca foi uma aspiração modelada pelo ressentimento, ou alvo de ódio ou de mesquinhas incompreensões. Muito menos o ingrato desconhecimento do importante papel histórico de Cuiabá...” e que tal aspiração se baseava tão somente na “unidade fisiográfica, econômica, social e da origem comum da colonização”. O enunciador pretende com esse *dizer* abrandar registros anteriores, provavelmente com a finalidade de amainar ânimos exaltados e, assim, cumprir seu papel de “não estimular confrontos” (01-04-1977) ou que “sulistas mais entusiasmados... criando atritos com o Norte” (31-03-1977) e, com isso, o sulista apresenta-se *pacifista*.

Outros motivos apresentados pelo sujeito são a “igualdade de propósitos”, “objetivos semelhantes”, “o sentimento de integrarmos uma região geo-física-ecumênica homogênea”, “mesmos problemas”, “mesmas aspirações de progresso” e que ele, sujeito – representante de ‘todo um povo’ –, *sabe ser* auto-suficiente para resolver seus problemas e alcançar, unido, suas aspirações. O sujeito mostra ao enunciatário a vastidão do Estado, que,

com suas “dimensões continentais, situado na zona mais vulnerável das fronteiras”, torna-se um empecilho para o desenvolvimento da Nação e se o Sul tem condições de manter-se, visto que “dispõe de recursos de uma arrecadação à altura de poder atender suas necessidades mais fortes e urgentes de desenvolvimento”, não há motivos para se adiar a divisão. É preciso que o Sul ‘siga o seu caminho’, para, inclusive, auxiliar o desenvolvimento da Nação; quanto ao Norte, terá o “apoio maciço da União Federal para desenvolver-se.”.

O sujeito lembra ao enunciatário que o Sul arrecada 75% da receita estadual, o que lhe dá “direito de emancipação” e explica que essa arrecadação é possível porque o Sul possui clima e relevo favorável, o que o levou a ser o “maior produtor de arroz e detentor do segundo maior rebanho do País”, enquanto o Norte, por seu clima equatorial, amazônico e por sua posição geográfica, tem o importante papel de ser a porta de entrada para a ocupação do espaço nacional amazônico. A porção brasileira da região amazônica deve ser ocupada e a União, ciente da importância dessa ocupação e dos gastos que ela acarretará aos cofres públicos, previu no II Plano Nacional de Desenvolvimento ações nesse sentido. O simulacro *trabalhador x explorador* é retomado ao se abordar a questão arrecadação; o enunciador faz saber ao enunciatário que o Sul trabalha, produzindo alimentos essenciais, como arroz e carne, e o Norte apropria-se desse trabalho. As *figuras trabalhador e desenvolvimentista*, para se referir ao meridional, contrapõem-se às figuras de *não trabalhador, perdulário e ocioso* para o antissujeito.

O enunciador é insistente e *diz* o que *diz não dizer*, isto é, fala ao enunciatário que “não salientaremos aqui, a tremenda distorção entre produção, arrecadação, aplicação e desenvolvimento das duas regiões.”; que “... as dificuldades tremendas que a distância da capital e a deficiência de transporte têm acarretado para o Sul, bem como a clássica preterição que toda nossa região tem sofrido no decorrer desses anos, de administração estadual.”; que “...o percentual de nosso sacrifício é cada vez maior, ao mesmo tempo em que nossas necessidades não atendidas crescem a níveis insustentáveis.”; e, assim, pelo *não dizer* traz à memória do enunciatário fatos públicos: que o Sul trabalha e produz, mas continua espoliado de seu *valor*, pouco recebendo e que, a permanecer tal situação, o Sul, não mais progredirá.

O sujeito sanciona positivamente o Presidente e os ministros, detentores do *poder-fazer* e concededores do *querer* do sujeito, que “...anunciam a próxima divisão.” e que “...logo se acionarão os instrumentos para a evolução de uma das mais promissoras regiões... e o Brasil poderá prosperar mais facilmente e atingir níveis maiores de produção.”. É a Pátria em primeiro lugar e, conseqüentemente, todos os brasileiros.

O sujeito reafirma “a necessidade de união, de compreensão, de auto-afirmação, de desinteresse pessoal e de grupos,... de cabeça fria... Cada sulista,... deverá ser o soldado de uma grande campanha cívica, o paladino de uma causa nobre...” e, assim, o *Manifesto* conclama a todos os sulistas para continuarem fiéis aos ideais divisionistas. As *figuras soldado* e *paladino* reconstroem a imagem do sulista como um bravo lutador, que defende ardorosamente a causa divisionista. Outra *figura* presente é a lealdade e/ou fidelidade, que é incorporada à identidade do sujeito.

O sujeito do *querer*, ainda disjunto do objeto-valor desejado, é um sujeito modalizado, que busca o objeto-valor; seus sentidos voltam-se ao objeto desejado, ao mesmo tempo em que transfere para a coisa desejada seu estado de alma. A *paixão divisão* é sentida e significada em todo o discurso, porque é nela, *divisão*, que o sujeito investe valores, porque a *divisão* representa para ele *justiça* e *liberdade*, o fim da opressão política.

Em vinte e três e vinte e quatro de abril, a veiculação da reportagem “*A Liga sul matogrossense e o governador Garcia Neto discutem em conjunto problemas da divisão*” permite que se perceba o “acirramento dos ânimos”, reflexo do estado de alma dos sujeitos envolvidos no processo.

A LIGA SUL MATOGROSSENSE E O GOVERNADOR GARCIA NETO DISCUTEM EM CONJUNTO PROBLEMAS DA DIVISÃO

Coordenada pelo deputado Rubem Figueiró e contando com o apoio dos srs. Tiago Franco Cançado e Mário Sérgio de Azevedo, gerente e superintendente industrial do Frigorífico Bordon, ocorreu, naquele frigorífico, domingo passado, 17 de abril de 1977, uma reunião do Governador Garcia Neto, do Vice Governador Cássio Leite de Barros, dos ex-governadores José Frangelli e Fernando Corrêa da Costa, do Secretário da Indústria e Comércio David Balaniuo, do Presidente da Arena em Campo Grande Conselheiro Waldir dos Santos Pereira, do Senador Itálvio Coelho, do Vice-presidente da Arena Estadual Lúdio Coelho, do líder pecuarista José Pereira Martins e do prefeito Ramez Tebet, de Três lagoas, além do referido coordenador, deputado Rubem Figueiró de Oliveira, líder do Governo na Assembléia Legislativa, com a Liga Sul Matogrossense, ali representada por seu coordenador, o dr. Paulo Coelho Machado e pelos chefes de comissões dr. Eduardo Contar, presidente da Câmara de Vereadores, dr. Eloi Pereira, professor Antonio Lopes Lins, dr. Anísio de Barros, e dr. Abílio Leite de Barros. Como observadores de Corumbá e Aquidauana estiveram presentes o jornalista Feliciano Batista Neto, os drs. Rudel Trindade, Fernando Alves Ribeiro e Tonico Pace. Rodrigo Paco.

O encontro teve início às 11 horas e foi marcado por um ambiente de extrema cordialidade, mas não destituído de grande calor. Falou primeiramente o deputado-coordenador. Por solicitação do Governador coordenara aquela reunião para que S.Excia. pudesse entrar em contato com as lideranças locais, expor o que houve na audiência com o Presidente quanto à divisão, bem como as providências que estão sendo tomadas pelo Governo, com a finalidade de levar subsídios ao Presidente sobre o problema. O deputado salientou a boa vontade do Governador de discutir o assunto com o setor divisionista e sua atitude desapassionada, tanto assim que o conservara na liderança do Governo, a despeito de sua condição, expressa, de divisionista. A seguir passou a palavra ao Governador. O dr. Garcia Neto fez uma longa exposição a propósito dos antecedentes do problema divisão, na fase de seu governo. Desde sua posse o assunto estava agitando o Estado, mercê das informações partidas de fontes do Governo Central. Estudos estavam sendo feitos na Superintendência do Centro Oeste (SUDECO) e no Ministério do Interior.

--Considerando a necessidade de atender as inúmeras solicitações de informes, dirigi-me — relata o Governador — ao Presidente, na audiência que S.Excia. me concedeu antes de assumir o cargo e indaguei-lhe sobre o que de fato existia a respeito. Respondeu-me que a matéria realmente estava sendo estudada e que, ao desenvolvimento desses estudos, eu seria ouvido. Indaguei, então, se devia fazer um planejamento global para Mato Grosso, havendo S. Excia. me afirmado categoricamente que sim. A seguir o depoente afirma que o governou Mato Grosso como uma unidade, sem divisas e sem preocupações regionais, embora continuassem os rumores de uma divisão iminente, emanados de Brasília.

-- Procurei os ministros Rangel Reis e Reis Veloso, procurando, deles, uma definição a respeito e eles me confirmaram que havia apenas estudos e que na ocasião oportuna eu seria ouvido.

E assim passaram, relata o Governador, os dois anos da atual administração. Sem uma informação concludente do Governo Central, mas sempre de alguma forma agitados por boatos de divisão próxima. Disse mais que, nos últimos três meses, o problema se tornou agudo. E julgou-se no dever de ouvir o Presidente, para o que obteve uma audiência, durante a qual esperava a definição última do caso.

Recebido pelo Presidente — declarou o Governador Garcia Neto — logo S.Excia. tratou do assunto para indagar-me se eu era contra a divisão. Parecia ignorar minha posição então lhe disse que pessoalmente era contrário, porque nenhum dos argumentos divisionistas me haviam convencido. E eu via problemas que, a meu ver, desaconselhavam a divisão, ou mostravam sua inoportunidade. Entretanto, como Governador, caso a medida fosse tomada, somente me cumpria aceitá-la e procurar torná-la efetiva usando os meios de que dispusesse e os instrumentos que me fossem postos à disposição. Em seguida, prosseguindo o seu relato, disse o Governador que indagado dos motivos que tinha para ser contra a divisão, declarou que gostaria de expo-los num relatório especial, no qual pretendia provar que não apenas o Governo Estadual estava dando ao Sul todos os meios possíveis para o seu desenvolvimento, como imaginava que o processo divisionista apresentaria os inconvenientes de criar duas despesas administrativas nos três poderes, tanto para os Estados quanto para a União. A seguir, o depoente declarou textualmente:

--Sua Excelência, então, me disse que voltasse a meu Estado e formulasse aqueles argumentos e outros que julga-se conveniente e ilustrativos. Seriam subsídios para o estudo global que estava sendo concluído. E dentro de 15 a 20 dias eu seria convocado para apresentá-los.

O dr. Garcia Neto, enfatizando seu desejo de manter Mato Grosso unido mas não sem dar, aos emancipacionistas, uma oportunidade de expor seus pontos de vista, até mesmo para procurar convencer-se, solicitou a opinião dos presentes, informando que uma súmula dessas informações poderia constar, também, da matéria a ser entregue ao Presidente. Antes de terminar sua exposição, porém, o Governador diante da geral expectativa dos presentes, declarou textualmente que não seria leal ou honesto se não manifestasse sua opinião de que, por sua atitude, pela maneira de perguntar e de dirigir o assunto, o Presidente é simpático, mesmo favorável à divisão. Entretanto, logo regressara ao Estado, determinara um estudo completo sobre as partes mais importantes, a seu ver, do problema em pauta e chegara a conclusões que corroboravam sua impressão inicial de inviabilidade, ou melhor, da inoportunidade da medida. Esses resultados, que fazem parte dos subsídios a serem apresentados ao Presidente, se resumem em determinados pontos, a saber:

1º) As despesas administrativas propriamente ditas, isto é, apenas aquelas que demandam o Governo, as Secretarias do Estado, as autarquias e sociedades de economia mista (como o BEMAT), para a tarefa básica de controlar a máquina da administração pública, nos respectivos setores, despenderam em 1976, mais de 400 milhões e esse valor, se houver divisão, aplicado no novo Estado, corresponderá a despesas improdutivas. E despesas para as quais não há receita correspondente, isto é, não recursos disponíveis, na arrecadação pública, para custeá-los. Assim, para dividir o Estado, seria necessário uma subvenção federal, nesse total, aos dois Estados e ainda mais que o mesmo ocorra as despesas, vultosas, da instalação de uma nova Capital.

2º) Que não procederá a despesas do Sul quanto à arrecadação e aplicação orçamentárias. Os sulistas imaginam, normalmente, que estão contribuindo para o Norte, com sua maior arrecadação. Os levantamentos minuciosos que determinei provam que a arrecadação da região Sul é de mais ou menos 70 % do total, cabendo 30 % ao Norte, mas as aplicações no Sul e no Norte correspondem também a mesma proporção de 70 e 30 %. “Assim, nenhuma queixa cabe ao Sul de estar sustentando o Norte”—concluiu S.Excia. E salientou, que somente a Universidade Estadual, sediada em Campo Grande, consome, anualmente, 60 milhões (bilhões velhos).

Arrematando sua exposição, o Governador declarou que, esclarecidos esses pontos vitais, acreditava que estavam respondidos os principais argumentos dos divisionistas, como atendidas as reivindicações do Sul. Rematou:

--Não é fácil investir em obras com os recursos orçamentários. Verificamos mesmo que, findo o último período anual, a receita se diluiu com as despesas de administração e manutenção dos serviços, sobrando somente cento e tantos milhões para investimentos, o que nada significa para as necessidades do Estado. Ouço agora o que têm a dizer-me.

Falou, em seguida, pela ordem, o Senador Itálvio Coelho. Esse parlamentar iniciou sua exposição dizendo que era divisionista convicto e como tal, desde o início de seu mandato, vinha procurando fazer com que o Governo Central, atendendo os reclamos do Sul, que pleiteava a divisão como um desdobramento do seu processo de desenvolvimento, concedesse a nossa emancipação, já devidamente prevista no 2º P.N.D.E.

-- Estive, para isso, diversas vezes com o Ministro Rangel Reis e fiz o que pude para ativar o processo divisionista. Sabia que o Presidente havia, já, estudado o problema, muitos anos atrás e expendera conclusão favorável.

Felizmente há dois meses tive conhecimento que “luz verde” havia sido dada pelo primeiro mandatário e a divisão estava determinada. Creio que está o processo definitivamente resolvido e espero apenas o envio da Mensagem ao Congresso.

-- Apraz-me constatar, através do que vejo nesta reunião, a compreensão, o espírito democrático de V.Excia., senhor Governador. E no que tange às dificuldades apresentadas, quero afirmar aqui que não as julgo relevantes. Uma empresa que não tem capacidade para custear suas despesas administrativas, não têm capacidade de existir. Entretanto, a meu ver, 400 milhões nada representam para Mato Grosso do

Sul investir num processo, como o da divisão, que tem possibilidades de gerar riquezas muitas vezes maiores. Estou absolutamente convencido que esta região suporta muito bem essa despesa sem ajuda federal, como estou certo de que o Norte terá recursos suficientes para sobreviver e continuar promovendo o seu progresso.

Terminou apelando para o Governador no sentido de que atinasse bem para esse ponto e o consignasse em seus subsídios. Pediu a palavra o empresário Nerone Maiolino. Reafirmava sua fé na divisão como fator de progresso das duas regiões e narrou a decisão do I.R.C. de promover o plantio de 10 milhões de cafeeiros na Região Norte, a qual, segundo o Instituto, será, de futuro, um dos grandes pólos cafeeiros do País, a salvo de geadas. Isso e mais as grandes lavouras de arroz que empresários do sul do país estão fundando no Norte logo provocariam extraordinário desenvolvimento da região e tirava dos nortistas seu principal argumento em contrário à divisão.

Eduardo Contar, presidente da Câmara Municipal, em exposição sucinta, fez sentir como via os problemas da divisão. Segundo ele, a maior parte das despesas administrativas referidas pelo Governador eram simples investimentos, especialmente nos casos concretos das autarquias e do Bemat.

-- As administrações dessas entidades geram receitas de serviço que se pagam e dão lucro—acrescentou. E disse que o Sul tinha plenas condições para sustentar sua própria administração e absorver uma parte, naturalmente escolhida, que sobrasse da administração do Norte, tudo sem colocar em desequilíbrio sua balança de pagamentos e sem prejudicar a realização de um programa de obras. Ainda acrescentou que esta região teria condições de aceitar parte da dívida, proporcional à arrecadação e que os demais problemas seriam discutidos entre comissões especiais das duas regiões e o processo divisionista sem comoções e sem maiores agitações. Ramez Tebet, prefeito de Três Lagoas, em aparte, declarou que, como componente de um Congresso de Prefeitos, ouvira recomendações expressas do Presidente no sentido de manter-se um ambiente de ordem e compreensão, mas, infelizmente aduziu, isso não está acontecendo. A agitação e a paixão tomavam conta da discussão, talvez em prejuízo da causa. Vários apartes se cruzaram, então. Entre eles o do Vice-Presidente da ARENA estadual, o empresário Lúdio Coelho.

--A divisão vem como um processo de cima para baixo, de iniciativa do mais alto escalão da República. De nada adiantam explosões sentimentalistas e discussões apaixonadas. Sejamos realistas e tenhamos nossa cabeça fria.

Concluindo sua fala, Contar pediu ao Governador que encaminhasse, com seus subsídios, uma exposição de motivos dos divisionistas, contendo as razões de sua campanha. Eloi Pereira, com a palavra, endossou o apelo ao Governador. E o estendeu no sentido de S.Excia. apoiar os anseios da maioria e se pôr ao lado do movimento, já vitorioso e irreversível, da emancipação de nossa região, enfatizando:

--O senhor representa também o Sul, dr. Garcia! E o Sul é dois terços da população do Estado. Isso o liga a um compromisso, Excelência. E nos esperamos que o cumpra.

Falou, a seguir, o dr. Paulo Coelho Machado, coordenador da Liga Sul Matogrossense. Expôs em resumo, a história do revisionismo separatista desde setenta anos atrás, dizendo que no momento em que o movimento vinha de cima para baixo, quando tudo se encaminhava normalmente para a solução justa—uma solução que dava ao Sul o direito e a oportunidade de encaminhar o seu progresso e o seu destino...houve uma verdadeira explosão de inconformismo em Cuiabá, saindo daí e dali uma campanha que pretendia, sem mais nem menos, provar que Mato Grosso inteiro repudia a divisão, ou que apenas um pequeno grupo em Campo Grande agitava o problema, com finalidade de beneficiar-se.

Essa campanha extravasava até os limites da ética, com centenas de pessoas passando telegramas ao Presidente contra a divisão, até de Campo Grande, para onde vinham grupos de lá apenas com esse objetivo. Cuiabá pusera nisso sua alma e logo surgiram grupos de vigilância falando na televisão-diariamente, a Maçonaria regional se movimentando em protesto. Histórias-absurdas se inventaram, os fatos foram para a Assembléia Legislativa, onde se chegou a ultrapassar a ordem e até insultar as autoridades superiores do país. Nesses fatos estavam manifestações de um Secretário de Estado, que podiam até comprometer o Governo e davam margem a uma reação aqui no Sul, que dificilmente podíamos conter. Assim, valendo-nos da oportunidade, gostaríamos de V.ª Excia., não permitisse manifestações dessa natureza.

- Como poderia o Sul ficar de braços cruzados? — indagou o Coordenador da Liga.

E informou que por esses fatos reativara-se uma Liga fundada quarenta e cinco anos antes, que tivera vários períodos de atividade e através-da mesma convocou-se o povo a tomar conhecimento do que havia.

- Até hoje — informou — apenas esclarecemos. Até hoje apenas solicitamos, a quem desejasse, fazer uma manifestação pessoal, de regosijo e agradecimento, ao Presidente, pelo fato da divisão, por nós aceito como fato consumado, cousa absolutamente acertada.

Lamentou as protelações que vinham ocorrendo e disse de sua confiança na enorme potencialidade da região e capacidade de seus habitantes para fazer-la marchar sozinha para um grande futuro. E acrescentou:

- Encaramos sem qualquer receio as despesas administrativas e estamos certos de que da arrecadação do nosso Estado sobrarão não centenas de milhões, mas muitos bilhões para realizar obras. Para Mato Grosso do Sul pleitearemos para a estrutura material do novo Estado. Salientou, ainda, o orador, que não apoiaria agitações, polemicas ou qualquer manifestação de menosprezo e muito menos insulto às autoridades. E chamou a atenção para a diferença das campanhas:

- Em Cuiabá insulta-se ou admoesta-se a autoridade central que está simpática à divisão. Aqui nós respeitamos a autoridade estadual, que se manifesta contra a divisão.

Finalizou dizendo que, como representa dois terços da população também, o Governador deve levar ao Presidente o anseio do Sul pela divisão.

O dr. Abílio Leite de Barros, fazendeiro em Corumbá e membro proeminente da Liga, indaga do Governador se o Sul não poderia, para audiência com o Presidente, mandar um emissário. E, citou especialmente o ex-governador José Fragelli.

O Governador disse que isso não seria possível, em virtude da audiência ser pessoal, lembrando, então, o aparteante que o povo do Sul tinha o direito e o dever de confiar em S.Excia. para expor, como magistrado, as razões das duas partes. Com a palavra, o Professor Lopes Lins apresentou as seguintes objeções aos argumentos expostos pelo primeiro mandatário do Estado:

1º) As despesas administrativas do Sul, menos sujeitas às pressões de emprego de uma zona mais pobre, seriam muito inferiores às atuais despesas do Estado inteiro.

2º) As despesas do Norte, pelo menos inicialmente, se reduziriam muito pelo fato de passar a atender apenas aos reclamos de um terço da população. Seria natural a extinção de alguns serviços e secretarias.

Nesse ponto, o Governador interrompeu o orador para perguntar se não achava que isso poderia acarretar uma situação de clamor social, com profundas repercussões. Houve interrupções, com a manifestação de vários dos presentes, uns para dizer que o problema não teria tal profundidade e outros para salientar que, da parte do Norte, fizessem como achassem conveniente, inclusive apelas para o Governo Central ajudar no pagamento do funcionalismo, “mas, quanto ao Sul (redarguiu Contar) poderíamos dispensar essa espécie de ajuda”. O orador voltou à sua palavra para dizer que aqui no Sul havia paz e ordem, as autoridades constituídas eram respeitadas, inclusive o Governador, que detinha a estima especial de um largo círculo, entre o qual ele tinha a satisfação de se encontrar. Concluiu sua alocação por salientar que, considerando estar sendo aplicada no Sul uma parcela proporcional à arrecadação, felicitava o Governador e o maravilhoso povo do Norte por esse motivo, a prova de não haver razão para tanta celeuma a respeito da divisão.

-- Isso prova que o Norte pode marchar sozinho, Excelência, bastando contar com uma ajuda maciça do Governo Central para a infra-estrutura de sustentação, a qual, estamos absolutamente certos, virá com a emancipação do Sul.

Uma exposição longa da posição do Sul foi feita, então, pelo dr. Cândido Rondon, salientando o ambiente de ordem e respeito da Liga, o amadurecimento do Sul para tomar em suas mãos o próprio destino, a certeza de que seríamos logo um grande Estado. O Sul, com a divisão, será o amigo, o irmão do Norte, sem ressentimentos e recalques. Enumerou fatos econômicos ligados à viabilidade do Estado, e concluiu apelando para o Governador no sentido de não opor dificuldades a um desejo legítimo, que somente faria a prosperidade das duas regiões. Houve, então, uma nova interferência do Governador, que disse, não entender “dessa operação esdrúxula de dividir para somar ou multiplicar “ e acrescentou que isso não lhe fora ensinado em sua matemática.

O deputado Figueiró, avisando que haveria apenas quinze minutos mais para discussão esfriou os debates que se travavam em torno do assunto, nos quais tomaram parte o Senador Itálvio, o próprio Figueiró, o dr. Paulo Machado, o vereador Contar e o prof. Lins, o qual salientou que nenhuma parte do mundo substitui uma divisão tão anômala quanto a do Brasil de hoje e que, por isso, a seu ver, a divisão era um imperativo categórico a que não podemos fugir:

-- Virá, de qualquer maneira, à medida que o progresso tome conta da região, tornando-a desenvolvida.

O Governador discordando, disse que havia mesmo, nos Estados Unidos, um estudo para reunir os Estados de pequena população, ao que o prof. Lins declarou que isso provava ainda mais a sua assertiva, pois subdesenvolvidos são estes Estados americanos, situados na região semi-árida.

-- Mato Grosso, ao contrário, tanto o Sul como o Norte, é todo produtivo e tem condições de sustentar dezenas de milhões de habitantes.

Nessa parte, o dr. Paulo Machado interveio para declarar que, no tocante à viabilidade de Mato Grosso do Sul para constituir-se uma unidade política autônoma, podemos redigir um trabalho em que provaremos não haver nenhum óbice a se opor à emancipação:

-- Gostaríamos que V.Excia. incorporasse esse trabalho ao teu relatório ou que ele figurasse como adendo do mesmo.

A resposta do Governador foi imediata: teria prazer em receber esses subsídios e incorpora-los ao trabalho que ia apresentar ao Presidente. Houve manifestações de simpatia dos presentes. O Conselheiro Waldir dos Santos Pereira declarou que era separatista desde 1932 e nunca encontrara tanta compreensão pela causa.

Ficou, então, acertado que a Liga se encarregaria de redigir, ainda esta semana, um memorial ao Governador, contendo as razões do movimento e a exata posição em que se encontra o Sul para ser um novo Estado. Às 13,30 foi servido o almoço — um magnífico churrasco oferecido pelo Frigorífico Bordon. Chegou, então, a Comitiva de Aquidauana, composta do ex-governador Fragelli, do ex-prefeito Rudel Trindade, do ex-vice prefeito Tonico Pace e do ex-deputado federal Fernando Alves Ribeiro. A reunião, por isso, prolongou-se durante o ágape, havendo Fragelli contado ao Governador do interesse especial do Presidente Geisel por Mato Grosso e da disposição de S.Excia. dividir o Estado, não só por uma questão geo-política, como para promover o desenvolvimento das duas regiões:

-- O Presidente -- acrescentou o Governador — estava disposto a dividir e vai fazê-lo. Guia-o apenas o interesse nacional e uma acentuada simpatia por nosso Estado, em conjunto. Ele dará às duas regiões programas especiais, para resolver os problemas recorrentes e encaminhará seu progresso. Em um ambiente de cordialidade, o grupo acompanhou a comitiva do Governador até o aeroporto, onde S.Excia., sua esposa e sua equipe, da qual faziam parte os Secretários Balaniuc e Tadano, se despediram, embarcando para Três Lagoas.

No início do segundo parágrafo, o enunciatário tem conhecimento de que houve um *encontro*, marcado “por um ambiente de extrema cordialidade, mas não destituído de grande calor”. O discurso apresenta-se cheio de vozes, nominadas inclusive, e constrói uma enunciação rica em argumentos e contra-argumentos, que é conduzida até o enunciatário pelo enunciador-mídia.

A reunião, que dessa vez acontece em um espaço privado, *Frigorífico Bordon*, destina-se a um seleto grupo de políticos, do Sul e do Norte, e empresários simpatizantes da causa divisionista, convidados para um encontro com o Governador Garcia Neto. Garcia Neto iniciou sua fala, expondo os antecedentes da divisão, desde que tomara posse em 1974; dos encontros que tivera com o Presidente Geisel e com os Ministros Rangel Reis e Reis Veloso e que havia exposto ao Presidente sua posição contrária à divisão, que entendia como inoportuna e inconveniente, visto que traria despesas de grande vulto aos três poderes e que, em função, disse o Presidente “[...] me disse que voltasse a meu Estado e formulasse aqueles argumentos e outros que julgasse convenientes e ilustrativos.”, que ele, Governador, ali estava para ouvir os emancipacionistas (“...agora o que têm a dizer-me”), e que os fatos narrados constariam da “matéria a ser entregue ao Presidente”.

Assim, investido da figura *sincero* e *democrático*, o Governador apresenta-se para o enunciatário, afinal, apesar das ‘diferenças’ políticas, mantivera como líder de seu

governo um divisionista; além disso, solicitara o encontro para “entrar em contato com as lideranças locais” e ouvir delas os argumentos pró-divisão. O Governador declarou aos presentes que “... não seria leal ou honesto se não manifestasse sua opinião de que, por sua atitude, pela maneira de perguntar e de dirigir o assunto, o Presidente é simpático, mesmo favorável à divisão” ou “O Presidente – acrescentou o Governador – estava disposto a dividir e vai fazê-lo. Guia-o apenas o interesse nacional e uma acentuada simpatia por nosso Estado,...”, ao fazer essas referências o Governador reforça a figura *sincero* que lhe é investida e da qual ele próprio se investe. Os parágrafos seguintes apresentam os argumentos elencados pelo Governador que, a seu ver, inviabilizam a divisão.

Após a fala do Governador, os divisionistas questionaram os argumentos apresentados e “a agitação e a paixão tomavam conta da discussão,...” de forma que foram necessários apartes, entre eles, um de forte impacto e que encerra uma verdade: “A divisão vem como um processo de cima para baixo, de iniciativa do mais alto escalão da República. De nada adiantam explosões sentimentalistas e discussões apaixonadas. Sejam realistas e tenhamos nossa cabeça fria”, ou seja, mais do que o desejo do meridional, que há décadas lutava por sua liberdade político-administrativa, havia um imperativo de ordem federal, de interesse da Nação, que dizia respeito à segurança nacional, portanto a divisão continha ‘algo maior’ que o simples querer de parte da população de uma região. Tal ‘aparte’ esfriou um pouco os ânimos.

Um dos enunciadores lembrou “– O senhor representa também o Sul, dr. Garcia! E o Sul é dois terços da população do Estado. Isso o liga a um compromisso, Excelência. E nos esperamos que o cumpra.”, essa fala denota o grau de insatisfação dos meridionais que, embora sendo a maioria, não são ‘ouvidos’ pelo Poder Estadual e que o desejo de emancipação é um desejo da maioria. Percebe-se, também, o tom agressivo do discurso, o que remete ao estado passional do sujeito.

A *Liga* – manifestada na voz de seu coordenador, Paulo Coelho Machado – faz um resumo dos 45 anos do movimento pró-divisão e demonstra preocupação com o ‘inconformismo de Cuiabá’ que, numa campanha que “extravasava até os limites da ética, com centenas de pessoas passando telegramas ao Presidente contra a divisão... onde se chegou a ultrapassar a ordem e até insultar as autoridades superiores do país.”, dá ao enunciatório o simulacro de que o antissujeito é *antiético*, *desrespeitador* e que *desdenha* do *querer* do sujeito; enquanto a *Liga* “não apoiaria agitações, polêmicas ou qualquer

manifestação de menosprezo e muito menos insulto às autoridades.”, isto é, o enunciador faz *crer* que é *pacífico* e *respeitador*, ratificando, assim, o simulacro de ‘homem pacífico’, ‘social’, coisa que o *outro* não é.

Um dos últimos enunciadores, o Professor Lopes Lins, questionou os argumentos apresentados pelo Governador e salientou que

... aqui no Sul havia paz e ordem, as autoridades constituídas eram respeitadas, inclusive o Governador, que detinha a estima especial de um largo círculo, entre o qual ele tinha a satisfação de se encontrar. [...] E considerando estar sendo aplicada no Sul uma parcela proporcional à arrecadação, felicitava o Governador e o maravilhoso povo do Norte por esse motivo, a prova de não haver razão para tanta celeuma a respeito da divisão. Isso prova que o Norte pode marchar sozinho.

Essa fala “irritou” o Governador, que interrompeu o enunciador, questionando a sugestão apresentada de “extinção de alguns serviços e secretarias” como uma alternativa para combater os gastos públicos. Mais uma vez, as *figuras* apresentadas compõem o simulacro de que o meridional é *pacifista*, *ordeiro* e *respeitador*, fazendo *crer* ao enunciatário que o *outro* não possui essas qualidades.

Cândido Rondon apelou ao Governador para “...não opor dificuldades a um desejo legítimo, que somente faria a prosperidade das duas regiões.”, ao que o Governador reagiu dizendo não entender “... a operação esdrúxula de dividir para somar ou multiplicar”, açulando a discussão entre os presentes, fato que foi contornado, mais uma vez, pelo organizador do encontro. Apesar dos argumentos apresentados pelos enunciadores e sujeitos do *querer*, o antissujeito insiste em se opor. A *Liga* compromete-se a encaminhar um documento com as “razões do movimento e a exata posição em que se encontra o Sul para ser um novo Estado” e o Governador, por sua vez, compromete-se “... em receber esses subsídios e incorporá-los ao trabalho que ia apresentar ao Presidente.” A cordialidade, por fim se instala.

Das muitas discussões ocorridas no encontro, ficou a certeza do estado patêmico dos sujeitos envolvidos, cada um ocupando uma extremidade na escala valorativa *divisão x não divisão*, sujeitos no limite da *paixão*. O sujeito do *querer* continuou a mover-se em busca do objeto-valor desejado, traçando estratégias para conquistá-lo; enquanto o *outro* agarrava o que possuía, porque *dividir* significava para ele *perder poder*. Foi um

momento de ações cuidadosas, pois uma jogada mal conduzida poderia comprometer o processo. Foi um momento de muita cautela, de muita paciência. Um momento de *saber esperar*.

3.2 Garcia Neto: a voz do outro

Se a *Liga* foi a voz dos meridionais, Garcia Neto – Governador de Mato Grosso naquele período – foi a voz de oposição, dificultando as ações em prol da divisão. Nos textos analisados a seguir, ele é a figura de *resistência*, que representa a voz mato-grossense que não compartilhava do *querer* dos meridionais e que, embora devesse representar todos os habitantes de Mato Grosso, defende a manutenção do *status quo*, ainda que uma parte sofra com esse estado de coisas.

Das reportagens veiculadas pelo jornal *Correio do Estado* que abordaram a divisão sob a óptica do Governador, optou-se por aquelas que trazem a fala direta de Garcia Neto. Na análise, indicam-se *paixões* e *figuras* que constroem a identidade do sul-mato-grossense com base nos dados do seu *alter*, o mato-grossense.

Jornal *Correio do Estado* – Ano XXIV – Edição nº 7213 – Campo Grande, 24/03/1977. p.3.

GARCIA: DIVIDIR UM ESTADO NÃO É TÃO FÁCIL COMO SE PENSA

Cuiabá — “Dividir um Estado não é tão fácil quanto se pensa, principalmente quando se trata de Mato Grosso” disse ontem o Governador Garcia Neto durante um encontro que manteve com Deputados estaduais, na Assembléia Legislativa, retribuindo a visita de cortesia, que recebeu dos parlamentares logo após o início dos trabalhos naquela casa. O chefe do Executivo estadual, continuando em seu ponto de vista, lembrou que Mato Grosso tem uma grande extensão territorial e uma população pequena — pouco mais de dois milhões de habitantes — e que “a divisão, em si, acarretaria a fixação de novos limites, e existência de um poder superior para coordenar a distribuição patrimonial” e que as implicações são as mais diversas. “A divisão é a mais difícil e complicada operação aritmética”, frisou o governador, acentuando que até agora não encontrou nenhuma justificativa e a tese dos divisionistas. “Mas se o Governo Federal tomar alguma medida a respeito será para encontrar a melhor solução para Mato Grosso”, frisou, indicando que há dois anos o

presidente Geisel prometeu-lhe que ele seria o primeiro a ser cientificado de uma eventual divisão, caso ela realmente fosse ocorrer e que “até agora não tive qualquer comunicação nesse sentido”. As declarações do governador, na Assembléia, foram feitas perante deputados do Norte e do Sul, que não opinaram a respeito, apenas ouvindo a opinião do governador: aliás, existe um acordo tácito entre os parlamentares de um respeitar a opinião do outro em relação ao tema divisão a fim de que não sejam feridas susceptibilidades e por isso não houve qualquer tipo de debate. Hoje o governador Garcia Neto viajará para Campo Grande, devendo chegar àquela cidade do Sul matogrossense às 12,15 horas, em companhia do deputado Paulo Saldanha e de outros assessores. Na sexta feira estará em Ponta Porã, para a abertura da Exposição Agropecuária e, no sábado, viajará para Aquidauana, para acompanhar a programação a ser desenvolvida pelo Ministro Rangel Reis, do Interior, e pelo presidente da FUNAI, Ismarth de Oliveira.

Fato Histórico:

Ainda durante o encontro com os deputados, Garcia Neto lembrou que a criação de uma nova estrutura administrativa no novo Estado causaria “sério ônus” para a União. O governador chegou a brincar com os parlamentares dizendo que seria candidato a senador nas próximas eleições por “Mato Grosso do Sul”, e assinalou “se não fizer nada em meu governo, poderei pelo menos me orgulhar de ter sido o último homem a governar o Mato Grosso com o seu território integral. Isso é história, pois eu também fui o primeiro prefeito de Cuiabá eleito pelo voto direto”.

Em Brasília:

O governador Garcia Neto regressará a Campo Grande na próxima segunda-feira, dia 28, e no dia seguinte segue para Brasília para contatos na área ministerial e para uma audiência com o presidente Ernesto Geisel, no dia 5 de abril. A notícia foi dada oficialmente ontem à tarde, assinalando que o chefe do Executivo matogrossense não mais passará um período de descanso no Rio de Janeiro, anteriormente previsto entre 9 e 27 de abril. Pois eu também fui o

primeiro prefeito de Cuiabá eleito pelo voto direto”. O governador Garcia Neto, na segunda-feira, participará de reunião, em Campo Grande, com empresários e contabilistas, com as presenças do superintendente do SUDAM, Hugo de Almeida e do presidente do banco da Amazônia, além de outras autoridades. Na terça-feira segue diretamente para a Capital federal e vai tratar de assuntos de interesse de Mato Grosso com os ministros, Reis Veloso, do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, da Fazenda; Shigeaki Ueki, das Minas e Energia; Almeida Machado, da Saúde, entre outros. No dia 5 de abril, o chefe do Executivo estadual será recebido em audiência especial, às 10 horas da manhã, pelo presidente Ernesto Geisel, que no dia 28 virá a Mato Grosso, visitar o município de Aquidauana e as colônias indígenas de Taunay e Ipegue. Com o chefe da nação, além de assuntos administrativos e de interesse de Mato Grosso, o governador vai ouvir a versão oficial sobre os planos da divisão territorial do Estado em duas unidades. No dia 6 de abril Garcia Neto regressa a Cuiabá.

No texto *Garcia: dividir um Estado não é tão fácil como se pensa*, publicado em vinte e quatro de março de 1977, o enunciador-mídia dá voz ao Governador para defender a *não divisão*. A reportagem informa que o Governador foi ao encontro dos deputados do Norte e do Sul e falou das dificuldades em dividir um Estado. O espaço escolhido para o *dizer* do Governador foi um espaço público: a Assembléia Legislativa, o que dá à fala um caráter oficial, porque, ainda que expressasse “[...] seu ponto de vista, [...]”, ele é o “chefe do executivo estadual” e sua opinião é representativa.

Entre os argumentos apresentados por Garcia Neto para *não dividir* o Estado de Mato Grosso, estão: a grande extensão territorial e a baixa ocupação humana; e, claro, as despesas que o processo traria para a União. Não havia novidade no discurso de Garcia Neto, tampouco os ouvintes se manifestaram, pois, entre os membros da Assembléia, acordara-se em não discutir o tema, num sinal de respeito, não houve, portanto, manifestação alguma. No fragmento, “O Governador chegou a brincar com os parlamentares [...]”, criando o simulacro de que havia tolerância entre as partes, querendo, com isso, *fazer crer* ao enunciatário que o processo transcorria em harmonia.

A seguir, o enunciador-mídia traz informações sobre a agenda do Governador e finaliza o discurso, criando o simulacro que a *divisão* é fato consumado, pois o “[...] chefe do executivo estadual será recebido em audiência especial, [...] com o chefe da nação, além de

assuntos administrativos e de interesse de Mato Grosso, **o governador vai ouvir** a versão oficial sobre os planos da **divisão territorial do Estado em duas unidades**”, isto é, o Governador tomaria conhecimento de que o estudo solicitado pelo Presidente aos Ministros Rangel Reis e Reis Veloso sinalizavam de forma positiva à divisão do Estado de Mato Grosso.

O enunciador-mídia, no dia seguinte, cede, mais uma vez, espaço ao *outro*, publicando *Garcia e a divisão: sou contra até que me provem que ela será benéfica*, discurso que traz duas vozes: a voz oficial e a voz pessoal de Garcia Neto. A primeira apresenta-se sob a *figura Governador*, revestida da autoridade político-administrativa e representante de um povo; a segunda, o *eu* Garcia Neto, cidadão comum, matogrossense. Não há discordância entre as vozes.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7215 - Campo Grande, 25/03/1977. p.9.

GARCIA E A DIVISÃO: Sou contra até que me provem que ele será benéfica

“**Sou contra** a divisão de Mato Grosso até que me provem que ela será benéfica continuarei contra e garanto que até agora nenhum argumento utilizado me convenceu desses eventuais benefícios. E enquanto não acreditar que a divisão será benéfica, continuarei lutando pela manutenção da integridade do estado de Mato Grosso. É uma opinião pessoal. No dia 5 terei uma audiência com o presidente Geisel e só então tomarei conhecimento dos motivos que levam o governo federal a propor a divisão e depois, talvez, eu também seja favorável. Por enquanto, **sou contra.**” Sorrindo muito, atendendo os jornalistas com muita cordialidade, o governador Garcia Neto desembarcou às 14 horas de ontem no Aeroporto Internacional de Campo Grande e depois seguiu para Ponta Porá onde, hoje, vai presidir a solenidade de abertura da Exposição Agropecuária.

O governador matogrossense, logo após sua chegada, foi assediado pela imprensa, e, como de outras vezes, foi objetivo ao indicar ser frontalmente **contra a divisão** territorial de Mato Grosso. Na sua opinião — pessoal, ressalta Garcia — não existem interesses, nem nacionais nem estaduais, que recomendem a divisão territorial e explicou que essa cisão acarretaria grandes despesas e que nenhum dos dois estados teria condições de sobreviver sem injeções maciças de recursos federais, o que é desaconselhável para o governo da Nação.

Garcia lembrou que o Sul colabora com 70% da arrecadação estadual e não com 86% e que nos últimos anos a participação da Região Norte tem aumentado consideravelmente, prevendo-se para breve um equilíbrio em termos de arrecadação. O governador também não acha que a divisão daria origem a um Mato Grosso do Sul forte e

muito menos que os Sulistas tenham razões para reclamar de contribuir com a maior parcela “porque, antes, era o Norte quem arrecadava mais e sustentava todo o estado”.

O governador, entretanto, admitiu que vai haver a divisão, “pelo que tenho lido nos jornais”, mas ressaltou que acredita que a imprensa esteja exagerando um pouco nas afirmações do ministro Rangel Reis. Antes, um entrevistador lhe perguntara, quando Garcia afirmou que não acreditava que o estado estivesse prestes a ser dividido, se ele achava que o ministro era mentiroso, ao que ele respondeu: “acho que a imprensa está exagerando um pouco. E tenho meus motivos para acreditar nisso”.

O governador também lembrou que sua posição **contra a divisão** era mais do que definida: “Sou um homem de posições definidas. Sempre fui **contra a divisão** e não é por vaidade, porque sei que ela, se ocorrer, não acontecerá no meu governo. Vou governar Mato Grosso inteiro até o fim do meu mandato e mesmo assim sou **contra a divisão**, até que me provem ao contrário”. – Da mesma forma que vocês jornalistas são a favor, eu sou contra. Se me convencerem que a divisão será boa, passarei a defendê-la. Como acredito que vocês defenderiam a não divisão se fossem convencidos de que ela não seria realmente boa. É uma questão de bom senso — afirmou Garcia Neto.

O chefe do Executivo, que foi recebido por um grande número de políticos, dentre eles o prefeito Marcelo Miranda, assinalou, ao final de sua entrevista, que já pediu uma audiência ao presidente Geisel e “conforme ele me prometeu, se a divisão for realmente acontecer, serei o primeiro a saber disso oficialmente, e em todos os detalhes”. E terminou: “e depois eu conto o que realmente vai ser feito”. (**grifos nossos**)

O indivíduo Garcia Neto é identificado como um homem “sorridente”, “de posições definidas”; enquanto o homem público é “cordial”, “objetivo”, “sem vaidade”, de “bom senso”, uma pessoa acessível. Entretanto, o simulacro dessa identidade de homem *modesto* ou *desprovido de vaidades*, com a qual o Governador quer ser identificado, é desconstruído, quando afirma que a divisão “[...] se ocorrer, não acontecerá no meu governo. Vou governar Mato Grosso inteiro até o fim do meu mandato [...]”, “[...] serei o primeiro a saber disso oficialmente e em todos os detalhes” e “e depois eu conto [...]” deixam transparecer o homem *vaidoso*. A *vaidade* é reforçada quando, dentro de uma determinada hierarquia de valores, Garcia Neto coloca-se em primeiro lugar (“serei primeiro a saber”), pretendendo criar um efeito de superioridade. Os verbos no modo indicativo afirmativo/negativo (“não acontecerá”, “vou governar” e “eu conto”) demonstram que o Governador crê *poder* ou deseja *fazer crer* ao enunciário – seja um sulista, nortista ou qualquer outro brasileiro – que tem *poder* para interferir no estado de coisas.

A *paixão* pela *não divisão* apresenta-se já no início do texto “Sou contra [...]” e mantém-se na redundância da expressão “Sou contra” que, *dita* seis vezes, reforça o *querer* do antissujeito no texto; *querer* esse oposto ao *querer* do meridional.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7227 – Campo Grande, 08/04/1977. p.3.

GARCIA DIZ QUE A DIVISÃO AINDA NÃO É FATO CONSUMADO

Cuiabá — O governador Garcia Neto retornou ontem a Cuiabá afirmando que a divisão de Mato Grosso ainda não é fato consumado, “pois ninguém discute sobre as coisas já definidas e o presidente Geisel deverá me convocar para discutir o assunto”.

A divisão de Mato Grosso foi o assunto mais comentado entre o governador matogrossense e as duas longas filas de assessores que se formaram entre o portão de desembarque e o saguão do aeroporto para as “boas vindas” a Garcia Neto, que se viu na contingência de ceder ligeira audiência ao “capitão” xavante Mário Juruna. Munido de seu inseparável gravador, Mário Juruna abordou o governador Garcia Neto para “tratar de alguns problemas de chefe para chefe”. Sorridente o governador disse: “Quero saber se você é a favor ou contra a divisão? Estão querendo dividir nosso Estado e as tribos também vão se dividir: Terena, Guarani e outras vão ser do Sul e como é que fica?”. Mário Juruna não respondeu a pergunta. Disse apenas: “Ó governador, vou lhe procurar segunda-feira às 8 horas”. Garcia respondeu que somente no período da tarde. “Então às 4 horas sem falta, vou falar com o senhor”. Garcia Neto concordou e disse: “Ai de mim se não atendê-lo”.

Ao contrário do que sempre ocorre, Garcia Neto permaneceu por mais de 30 minutos no saguão do aeroporto após o desembarque, conversando com os diversos assessores

sobre a divisão de Mato Grosso, que para ele ainda não está definida.

Esta também é a opinião do secretário Bento Porto, do Planejamento, que acompanhou o governador em diversos contatos que manteve em Brasília. “Ainda não acredito nessa divisão, mesmo porque não vejo qual a razão de se criar dois Estados inviáveis economicamente”, disse Bento Porto, acrescentando: “É difícil se prever que num momento difícil como este, o governo federal esteja interessado em investir 800 milhões de cruzeiros na criação da infra-estrutura administrativa de dois novos Estados”.

Bento Porto disse que até agora o presidente Ernesto Geisel só ouviu argumentos favoráveis a divisão, “mas ainda não ouviu os argumentos daqueles que acham inviável essa idéia”. Bento Porto disse que mesmo os documentos preparados pelos estagiários da ADESG – a delegação de Campo Grande concluiu pela divisão e a delegação do Norte da mesma associação a manutenção da integridade territorial – e enviados ao presidente da República “são superficiais e foram feitos com paixão”.

O secretário admitiu a possibilidade de se criar nos próximos dias um grupo de trabalho para o levantamento de todos os dados que o governador Garcia Neto deverá apresentar ao presidente Geisel dentro dos próximos 15 dias, quando for convocado para tratar especialmente da divisão de Mato Grosso.

Em *Garcia diz que a divisão ainda não é fato consumado*, o enunciador-mídia, valendo-se da fala do Governador “[...] a divisão de Mato Grosso ainda não é fato consumado, [...]”, leva o enunciatório a *saber*, pelo uso do conector *ainda*, que a divisão acontecerá *em breve, logo*. Além disso, *faz saber* que a *divisão* “foi o assunto mais comentado entre o governador e as duas longas filas de assessores” e que, diferentemente de outros momentos, o Governador “permaneceu por mais de 30 minutos... conversando com os diversos assessores sobre a divisão...”, deixando transparecer, com isso, a dimensão e importância do tema.

No penúltimo parágrafo, o enunciador-mídia, pela voz de Bento Porto²¹, mostra que a *paixão*, fosse pela *divisão* ou pela *não divisão*, chegara a ponto de levar uma mesma associação do Estado, com representação no Sul e no Norte, a emitir diferentes pareceres sobre o tema – a representação do Sul posicionou-se favorável à divisão; a *outra*, do Norte, contrária –, pareceres “[...] feitos com *paixão*”, explicitando a tensividade do momento. O discurso não traz informações novas ao enunciatório, apenas reforça o simulacro de ser Garcia Neto, o Governador, um homem acessível, ‘sorridente’ e contrário a divisão.

A esperada notícia chega com a edição de 18 de abril e é trazida ao enunciatório pela voz do *outro*, o Governador Garcia Neto: “Mato Grosso está dividido”.

²¹ Secretário Estadual de Planejamento de Mato Grosso durante o governo de Garcia Neto.

MATO GROSSO ESTÁ DIVIDIDO, DIZ O GOVERNADOR

Garcia reúne divisionistas para falar da divisão

Uma reunião à porta fechadas, bastante restrita, foi realizada ontem à tarde, pelo governador Garcia Neto, com divisionistas radicados em Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Corumbá. Durante o encontro reservado aos convidados e realizado no Frigorífico Bordon, o governador afirmou que, antes de ir para Brasília, ainda vai ouvir as lideranças de outros municípios, a exemplo de Dourados, Ponta Porã, etc.

A reunião, que não foi divulgada justamente pelo cunho de “secreta”, teve a participação além do governador Garcia Neto, que a presidiu, dos seguintes divisionistas: ex governadores José Fragelli e Fernando Corrêa da Costa; vice-governador Cássio Leite de Barros; secretário David Balaniuc, da Indústria e Comércio; senador Itálvio Coelho; deputado Ruben Figueiró de Oliveira; Reinaldo J. Pereira Rego, superintendente da Receita Federal para a região Centro-Oeste; Nerone Maiolino, Paulo Coelho Machado, coordenador da Liga Sul Matogrossense; Abílio Leite de Barros, Eloy Pereira, Demonsthenes Martins; prefeito Ramez Tebet, de Três Lagoas; José Feliciano Batista (o único jornalista que teve acesso ao encontro), Anísio de Barros, Lúdio Martins Coelho, banqueiro, pecuarista e futuro presidente do Diretório Regional da Arena; Cândido Rondon, José Pereira Martins; Waldir dos Santos Pereira, vereador Eduardo Contar Filho, e, Antônio Lopes Lins

A reunião foi iniciada a 11,30 horas e teve a duração de duas horas e meia e o único assunto tratado foi a divisão de Mato Grosso. O governador Garcia Neto, durante o encontro, foi claro e objetivo ao declarar, mais uma vez, que era contra a divisão, porque nenhum dos argumentos apresentados pelos divisionistas ou pelos que desejam a divisão, foram suficientes para mudar a sua opinião. Reafirmou que Mato Grosso precisa ser mantido integralmente, na conformação geográfica atual, e receber mais recursos federais para que possa alcançar o desenvolvimento que se almeja, sem dividir, mas somando esforços. Pela sua sinceridade, o governador foi até mesmo aplaudido pelos presentes.

O deputado Ruben Figueiró, líder do governo na Assembléia e ardoroso divisionista, fez varias ponderações e analisou os aspectos sócio-econômicos, defendendo a divisão. Paulo Coelho Machado e Lúdio Martins Coelho também defenderam a divisão, o mesmo ocorrendo com a maior parte das autoridades e convidados presentes.

O ponto mais importante do encontro de ontem foi quando o governador Garcia Neto reconheceu que

“Mato Grosso está dividido” e que “essa é a intenção do Presidente Geisel e da Revolução”. Muitos aplausos pela sinceridade do governador: enquanto isso, o vice-governador Cássio Leite de Barros dava sua opinião francamente favorável à divisão, assinalando que “Corumbá é a favor da divisão e apóia o movimento de Campo Grande”, o que foi surpresa para muitos dos presentes mas que serviu para mostrar que Garcia Neto tem deixado colaboradores de governo à vontade para emitir opiniões pessoais, sem quaisquer compromissos.

O ex-secretário de Agricultura, Paulo Coelho Machado, após ouvir as palavras de Garcia Neto, sugeriu que fossem deixadas de lado as manifestações de hostilidade, lembrando que o secretário Reis Costa, do Interior, foi “muito contencioso” e que não existe mais motivos para agressão. Essa foi a mesma opinião de Abílio Leite de Barros, pedindo o fim dos discursos “inócuos” que estão sendo feitos pelos representantes cuiabanos. O industrial Nerone Maiolino, por seu turno, frisou que o que o Sul está querendo “não é empobrecer o Norte” e manifestou-se satisfeito pelo fato de o IBC estar se preparando para financiar 10 milhões de cafeeiros – tipo robusta – para a Região Norte, o que vai colaborar ainda mais para o crescimento daquela área.

O deputado Ruben Figueiró, em sua fala, foi francamente favorável à divisão e também concitou todos a não se agredirem, já que o momento não é propício para isto, tendo em vista que a decisão de dividir parte do poder máximo da Nação que não será uma manifestação violenta que vai impedir a divisão.

De um modo geral, oito dos participantes do encontro, após a reunião, comentaram que uma reação excessivamente negativista poderá até mesmo causar problemas mais sérios: já que o governo federal esta francamente disposto a dividir, as reações negativas tão somente poderão apressar o processo mais do que necessário e esperado -1979 - e gerar uma interventoria fora dos planos atuais.

O anúncio, feito durante “Uma reunião à portas fechadas [...]”, em local privado e para um seleto grupo que incluía políticos, empresários e divisionistas, arrancou aplausos ao Governador, por sua “sinceridade” e por ter autorizado, ao tomar uma posição pessoal, colocando-se nitidamente a favor de uma das regiões, seus “colaboradores” a exercer o mesmo direito, fazendo *crer* ao enunciatório que o simulacro de *homem público democrático e justo* é verdadeiro.

As marcas da *paixão divisão* ou *não divisão* são visíveis no discurso. Em “*ardoroso divisionista*”, “*defendendo a divisão*”, “*francamente favorável*”, tem-se a reiteração do sujeito passional que, desde o início do século XX, busca o objeto-valor desejado; enquanto o antissujeito, apesar de *não mais poder não fazer a divisão*, permanece passionalmente “*contra a divisão*”.

Mas, esse estado patêmico dos sujeitos envolvidos – o meridional em estado eufórico, conjunto com o objeto valor desejado e ali representado pela *Liga*, e o *outro*, representado pelo *Governador Garcia Neto* – acordam que é necessário “*todos não se agredirem*”, é preciso conter os ânimos mais exaltados, evitando “*problemas mais sérios*” com o Governo Federal.

A busca do sujeito pelo objeto-valor *parece* ter chegado ao fim. Entretanto, serão necessários alguns meses para que o Congresso aprove e o Presidente sancione a *divisão* e mais alguns anos para que passe a *ser* sul-mato-grossense de direito e, conseqüentemente, passe a ter o *poder fazer* sobre seu destino.

3.3 Mensagem a Garcia: simulacros identitários

A série de textos *Mensagem a Garcia [sobre a divisão]*, assinada por Modesto Barbosa Leal, constrói um simulacro a respeito do mato-grossense figurativizado na pessoa do Governador Garcia Neto e permite, simultaneamente, que se visualizem nuances da identidade do sul-mato-grossense.

O período em que as *mensagens* circularam foi um dos momentos de maior tensão: abril de 1977.

O sujeito da enunciação, Modesto Barbosa Leal, é um divisionista e dirige sua fala diretamente ao *Governador*, tomado como antissujeito, porque, no transcorrer do processo divisionista, sempre se posicionou *contra a divisão*, contra o *querer* do mato-grossense do Sul. O discurso de Modesto Barbosa Leal é incisivo, agressivo até, e o fato de usar a primeira pessoa do plural (*nós*) para construir o discurso *faz crer* ao enunciatário que *todos os meridionais* ratificam o seu dizer.

O termo que dá título à série, *mensagem*, remete o enunciatário a um saber comum, partilhado, a Sagrada Escritura – o Evangelho é a *mensagem* de Cristo aos homens. A história registra que o *mensageiro*, em geral, não media esforços para levar a mensagem. Percorria longos caminhos, quase sempre a pé, mas cumpria sua missão: levar a mensagem até o destinatário. *Mensagem*, portanto, caracteriza-se como uma comunicação importante, transmitida por alguém considerado portador de uma “revelação” e, na série de textos, *parece ser* exatamente essa a intenção do enunciador: revelar ao enunciatário aquilo que ele, enunciador, já sabe: que o Sul do Mato Grosso se constituirá em um novo Estado da Federação e os meridionais ficarão ‘livres’ da opressão do mato-grossense do Centro-Norte.

A palavra *Governador* – aquele a quem se confia o governo de alguma colônia ou região – é retomada diversas vezes no discurso, como que a ‘apontar o dedo’ para o enunciatário e dizer-lhe: é com você que estou falando; é para você que estou falando. Trazendo-o ao discurso o tempo todo, lembrando-o que ele, Governador, é a autoridade constituída e o responsável pelos atos de seus representados.

A série, composta por cinco textos, apresenta, ainda, *figuras* que auxiliam na construção da identidade do sul-mato-grossense. Quanto à *paixão divisão*, ela está claramente presente nos adjetivos investidos ao sujeito e ao antissujeito.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7232 – Campo Grande, 15/04/1977. p. 7.

MENSAGEM A GARCIA [SOBRE A DIVISÃO]

1º) Subsídios para o Presidente

Modesto Barbosa Leal

Governador:

Entendemos e compreendemos sua resistência à divisão. O senhor é um homem do Norte, cuja principal atuação se fez em Cuiabá; sua esposa, uma criatura respeitável, inteligente e empreendedora, descende de tradicional família cuiabana e não admite, sequer, falar da divisão; seu genro, prefeito de Cuiabá, fazendo, com sua ajuda, uma excelente administração, tem notórias aspirações políticas.

É necessário, portanto, agradar o povo dessa cidade, mantê-lo na doce ilusão de que a divisão pode ser evitada ou, mais tarde, que ela se fez a despeito da sua resistência. Nada temos, por isso, a argüir a propósito de sua atitude, no caso.

Mas não podemos deixar sem resposta as declarações inteiramente sem fundamento, destituídas de senso comum, certos engodos dialéticos, para uso interno, que estão sendo feitos, aí, na campanha de resistência à divisão, especialmente pelo seu secretário de Planejamento. “Os Dois Estados são inviáveis”, “É um absurdo dividir miséria”, “Quem vai pagar as dívidas?”- são algumas de suas declarações a imprensa, tão tolas que alguém já comentou tratar-se de um macaco em loja de louça, a esnobar cultura e suficiência”.

O senhor se manteve discreto, embora tenha dado motivo a gozações quando reiterava não acreditar na divisão apenas porque “ainda não fora consultado” e informava que o Presidente prometera ouvi-lo, no momento oportuno.

Todos nós sabíamos, Governador, que um assunto tão sério não podia ser discutido a base de trocas de consultas, dando ensejo a debates apaixonados em torno de matérias tão subjetivas como tradição e romantismo. Agora o Presidente lhe prestou explicações sobre a divisão. E atendendo seu pedido, condescendeu em dar-lhe um prazo, solicitado, de quinze dias, para receber os subsídios que o senhor ofereceu trazer-lhe para provar a desnecessidade ou inoportunidade da divisão.

E nós, sabemos que todo o seu governo está mobilizado na coleta e na escolha desses subsídios. Não ignoramos, também, quais as provas se dispõe a levar ao Presidente. Por elas pretende fazer sentir que parte substancial da arrecadação é aplicada no próprio Sul e até explicar que uma parcela da arrecadação de nossa região deriva do Norte. E levará também- a mais importante- a lista das reivindicações

do Norte, em matéria de infra-estrutura, que essa região pretende como compensação. Não consinta que o seu pessoal distorça os dados que vai levar ao Presidente, Governador. Nem mesmo que saliente exceções para provar o improvável.

Essa história de gado ou arroz de Rondonópolis pagar imposto em Campo Grande ou em posto de fronteira como sulista, ninguém vai topor. E tome cuidado também com a demonstração de despesas em Campo Grande. O Presidente já foi Secretário da Fazenda e ate da Agricultura em administrações estaduais e não vai aceitar “nabos em sacos”. Disseram-nos que se desejava demonstrar que o dispêndio do Estado em Campo Grande é tão grande como em Cuiaba, obviamente não computando como despendidos na capital os gastos inerentes à administração e somando aos desta cidade a manutenção da Universidade Estadual, talvez até com o departamento de Dourados, Três Lagoas, Aquidauana e Corumbá.

Nessa demonstração, é lógico, não há porque mencionar o fato de Cuiabá ter uma Universidade Federal, mais dispendiosa do que a Estadual, que não custa nada ao Estado, nem também que a Universidade sediada em Campo Grande serve a todo o Estado- inclusive ao Norte e a Cuiabá, em seus cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, não existentes na Universidade Federal. Se dados assim fossem entregues ao Presidente, nada mais fácil será provar que os valores do Sul arrecadados no Norte (onde está sediada a secretaria) podem ser muito superiores aos do Norte cobrados aqui.

E poderíamos argüir, ainda, que Campo Grande gostaria, e muito, de ter feito essa economia para o Estado, sediando a Universidade Federal e para isso apresentava muito mais condições, que poderiam ser traduzidas em direitos (cidade muito maior, com quase o dobro de estudantes, cabeça de uma região duas vezes mais populosa, além das melhores condições que apresenta, de clima e situação geográfica para atrair bons professores, etc.), mas Cuiabá obteve a Universidade somente apresentando o argumento de ser a Capital. Em outras partes desta Mensagem, Governador, abordaremos novos pontos do problema.

O primeiro texto da série, 1º) *Subsídios para o Presidente*, veiculado em 15 de abril, informa (excluídas aqui as questões ‘políticas’) que o Governador é “*homem do Norte*” e casado com uma descendente de família tradicional em Cuiabá que luta para manter as tradições do Centro-Norte; e que é um homem *discreto*, mas deixa transparecer *orgulho e presunção*, ao crer que sua posição contrária ao desmembramento de Mato Grosso – tido por ele como desnecessário – teria ‘peso’ nas decisões do Governo Federal. O antissujeito propõe, com isso, o falso simulacro de *poder não fazer*, pois sabe que não possui esse *poder*, que não tem *competência para não fazer a divisão*.

O enunciador faz um discurso focado nas questões pessoais que fomentam a posição *contra* do Governador e alerta-o para que não use de má-fé, ao apresentar os dados acerca da arrecadação e da aplicação de recursos do Sul; tampouco que manipule a “lista das reivindicações do Norte, em matéria de infra-estrutura” e apresente ali distorções – fato que comprometeria sua boa reputação junto ao Poder Central –, reivindicando além do justo. Ou seja: o enunciador alerta o enunciatário que pretender manipular a União com informações falsas e, mais ainda, que fazer *parecer verdadeiras* tais informações seria um risco à credibilidade do mato-grossense.

As figuras com as quais o enunciador tece os efeitos de identificação do mato-grossense do Centro-Norte permitem que, numa relação de pressuposição recíproca, se estabeleça, também, efeitos de identificação (GREIMAS & FONTANILLE, 1993) opostos para o sul-mato-grossense, de forma que, se o

mato-grossense		sul-mato-grossense
resiste à divisão	↔	apoia a divisão
homem do Norte	↔	homem do sul
tradicional	↔	inovador
discreto	↔	não discreto
orgulhoso, presunçoso	↔	humilde
ridículo	↔	não ridículo

Quanto à *paixão divisão e não divisão* é marcada pelos enunciados: “agradar ao povo dessa cidade (Cuiabá)”; “campanha de resistência à divisão”; “debates apaixonados em torno de matérias tão subjetivas como tradição e romantismo”; “distorça os dados...”; “saliente exceções para provar o improvável”; “E tome cuidado”, que traduzem o momento de tensão existente entre os sujeitos.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7235 – Campo Grande, 16/04/1977. p. 6.

MENSAGEM A GARCIA [sobre a divisão]

2) A geo-política e seu problemas ditaram a divisão

Modesto Leal Barbosa

Governador,

Embora seja inútil argumentar com arrecadações e aplicações, queremos apenas salientar que Campo Grande, em um único mês (o mês de março p. passado) arrecadou somente para os cofres estaduais mais de 19 milhões (bilhões velhos). Basta isso para destruir uma alegação absolutamente falsa e seu sentido de que o problema divisionista estaria gerando uma situação de tensões e reações que culminaria em uma obstrução de pagamento de impostos. Nunca se arrecadou tanto como agora. Dourados proporcionou aos cofres públicos (do Estado) quase o mesmo valor e toda a região Sul acompanha esta explosão.

E quanto a aplicação, é lógico que não condenamos os investimentos feitos no Norte; seria absurdo abandonar uma região, especialmente quando ela promete tanto. Julgamos, ao contrário, que ela deve ser muito mais assistida e incentivada, para sair do sub-desenvolvimento. Discordamos apenas em um ponto: a origem dos recursos a aplicar ali.

Se nossa própria região precisa de tudo, se lhe falta todo apoio oficial para progredir ou cimentar o desenvolvimento, como poderemos continuar canalizando nossos recursos para outras regiões? É óbvio que compete a União essa tarefa – e numa amplitude que nem sequer poderíamos pensar em poder fazer. Porque, nesse caso, quem vai dar água tratada a Aquidauana, por exemplo – como a mais cinquentena e quatro municípios do Sul? Quem resolverá o problema de esgotos que ocorrem desde Campo Grande a Eldorado? Quem resolverá os problemas de energia elétrica para Jardim, que padece desse melhoramento indispensável, desde que se fundou? A Cemat, assoberbada com os seus problemas insolúveis? A Sanemat, que ainda não resolveu senão uma mínima parte dos problemas das grandes cidades? Que ainda não pode dar esgotos nem ao menos à Capital Eterna? Quem vai fazer dezenas de estradas que nossa produção exige, ou conservar as que existem? O Dermat? E por que não o faz?

Não negamos que esses departamentos são atuantes e se esforçam para dar boa conta dos seus encargos. Apenas faltam-lhes recursos para um programa mais amplo, que atendesse, uma área de 1,2 milhão de quilômetros, uma área maior do que qualquer país da América do Sul, exceto a Argentina ou o Peru.

Mande alguém, Governador, a Nioaque, por exemplo. Mande ver o que há ali. Uma cidade angustiada, um povo que cansou de viver conformado com o marasmo, a miséria, o abandono. Nos últimos cem anos, creio, apenas fizeram um pequeno Colégio, pomposamente apelidado de Centro Educacional. Em Bonito não há nem sequer telégrafo, embora seja um dos municípios mais promissores de Mato Grosso.

Virá vossa excelência, senhor Governador que esse assunto de telégrafo não é de sua competência. Eu discordo. Acho que é. Se o Governo se interessasse por causas assim, as Empresas encarregadas logo sanariam a injustiça.

Acontece, Governador, que o Estado tem centenas de Nioaques, por aí a fora. É grande demais para que uma administração esteja a par e interessada, por seus problemas. E há uma região mais próxima da sede do governo a reclamar as atenções do Governador.

Não, Governador! Mato Grosso do Sul precisa separar-se, cuidar de seus próprios problemas. Já está crescendo para continuar agarrado às saias de uma mamãe tão pobre e tão assoberbada de pedidos e reclamações. Permita-nos que apliquemos em nossa região o produto do esforço dela. Se o Estado está aplicando essa parcela, então não haverá, sacrifício para o Norte e não vemos porque será essa gritaria do Norte, especialmente dessa Capital. Se a separação é prejudicial, ao Norte, porque lhe tira recursos, apele para o Governo Central, a quem cumpre promover o desenvolvimento do País.

Mas já falamos muito sobre aplicações e arrecadações e nenhum desses assuntos, a rigor um só, tem algo com a separação de Mato Grosso. Por isso, acrescentamos, excelência, que mandar subsídios a respeito é mais sem substância do que deblaterar na Assembléia contra o Presidente Geisel e a divisão, em histerismos inócuos e inoportunos, como fez seu Secretário Reis Costa. A esse, se nos fosse dado aconselhar, diríamos apenas:

- Cala a boca, bobão! Cada pronunciamento como o que fizeste é mais uma pá de terra na cova, já prontinha, de uma causa perdida.

Porque, Governador, a divisão é algo absolutamente certo. E não é por motivos triviais ou alegações queijandas que ela vai ser feita. Não serão explosões sentimentais, pruridos saudosistas, revolta ou inconformação dos que deixaram de ser beneficiados pelo progresso do Sul que abalarão o Governo e o farão recuar. Ela se baseia em motivos muito mais sérios e elevados, que vão desde o problema básico, de geo-política, que desaconselha a existência de super-Estados, nas fronteiras e, portanto, interessa à própria segurança nacional, até a necessidade de provocar o pleno desenvolvimento de duas regiões promissoras.

Não haverá, sequer, a necessidade de contraditar seus subsídios, Governador, porque o Presidente sabe de nossa situação, tem perfeito conhecimento do progresso explosivo, em produção agro-pecuária no Sul (e também, já agora, no Norte), conhece de nossa viabilidade econômica, social e política, como unidade federativa e nunca ignorou os óbices com que essa região se vem defrontando, nascidos da grandeza territorial e da limitação das distâncias.

Entre parêntesis, quer ver uma cousa: uma interpretação errônea do repórter levou muito gente a pensar que o paralelo 16 seria a fronteira dos dois Estados. E logo o ilustre prefeito de Poconé explodiu e, pela televisão, deu o grito:

- Absurdo! Eu teria de andar 800 quilômetros para ir até Campo Grande!

Pimenta nos olhos dos outros é refresco! E o senhor não pensa, governador, que o prefeito de Amambai terá que andar 1.100 quilômetros? Que o de Bela Vista grama 1.000 para chegar até Cuiabá, as vezes apenas para saber que precisa reconhecer a sua assinatura em um documento?

Voltamos à vaca fria: todos os nossos problemas (do Sul e do Norte) já foram pesados e medidos pelo Governo Central, excelência. E sua interpretação final foi o que levou o Presidente a dividir o Estado. O desdobramento desses problemas, a longo prazo, foi o motivo principal de separação. Causas que não estão à altura do entendimento do homem comum.

Muito mais para seu Secretário Reis Costa e para o tal “Comitê de Vigília” do que para o senhor, Governador, vamos contar-lhe uma história.

Há mais de quinze anos, um ilustre coronel de nosso Exército, membro, preeminente do mais alto

Centro de Estados de nossas Forças Armadas, integrou ou chefiou uma comissão encarregada oficialmente de estudar os problemas da divisão de Mato Grosso. Veio, desencumbiu-se, brilhantemente a sua tarefa, entregou relatório. Favorável à divisão. Um dos companheiros desse Coronel, oficial da mesma patente, era o atual Ministro Golbery do Couto e Silva.

Damos um doce a quem adivinhar o nome daquele Coronel.

Assim, Governador, seus subsídios, não conduzirão a coisa nenhuma, porque eles não podem mudar a raiz do problema. E ganhar tempo, para ver se alguma coisa providencial surge para modificar o curso da História, é algo tão romântico como querer ressuscitar D. Sebastião e tão tolo como proferir ameaças à imprensa, como fez seu Secretário do Interior e Justiça.

Voltaremos, em uma terceira Mensagem, a debater sobre muitos outros problemas.

No segundo texto, 2) *A geo-política e seus problemas ditaram a divisão*, Modesto Leal Barbosa continua “falando ao Governador”, focando seu discurso na questão geopolítica como carro-chefe do *querer* do meridional. O enunciador contesta os boatos que circulam a respeito das tensões e reações fomentadas pela ideia da divisão e sobre a possibilidade de ter-se reduzida a arrecadação de impostos em Campo Grande e outras cidades, pois, segundo o enunciador, “Nunca se arrecadou tanto como agora.” E, quando diz da aplicação dos recursos “...é lógico que não condenamos os investimentos feitos no Norte;...”, expõe de modo claro o que questiona: a desproporção entre arrecadação e aplicação dos recursos.

De acordo com o enunciador, o Sul tem problemas (“Se nossa própria região precisa de tudo, se lhe falta todo apoio oficial para progredir ou cimentar o desenvolvimento...”) que parecem insolúveis ao Governo Estadual, já que a região não conta com a atenção dele, (ou talvez se encontre distante demais para ser ‘vista’ e ‘ouvida’?), portanto, precisa de independência administrativa e financeira e, principalmente, precisa de independência moral.

O enunciador mostra que o Sul encontra-se estagnado e que os sulistas sofrem com esse estado de “abandono e miséria” em que se encontram, citando, como exemplo, Nioaque, cidade à qual “Nos últimos cem anos, creio, apenas fizeram um pequeno Colégio, pomposamente apelidado de Centro Educacional”. Mais uma vez, o enunciador reforça a necessidade de o Sul desgarrar-se da ‘mãe’ e emancipar-se, isto é, libertar-se do poder paternal/maternal; libertar-se da opressão e da submissão que lhe impõe o Governo do Centro-Norte. O enunciador vale-se, também, de falas do próprio *mato-grossense*, dizendo que, se o Sul

tem recebido investimentos proporcionais ao que arrecada, então, pouco será sentida a falta do Sul, porque poucos são os investimentos, logo não haveria prejuízo para os *contrários à divisão*, sendo desnecessários tumultos, agitações e discórdias.

Mas, o enunciador sabe que a divisão é, também, um desejo do Governo Federal, por isso, tem como fato certo, verdadeiro e exato que a divisão acontecerá independentemente dos caprichos intempestivos e despropositados dos que se colocam contra ela.

Na tessitura da enunciação, o destinatário é constantemente lembrado de que o ponto de partida para a divisão não tem base na mediocridade, em querelas sentimentalistas e/ou em contendas históricas, mas sim em razões superiores, que envolvem a segurança nacional e o próprio progresso de ambas as regiões – Norte e Sul. O enunciador lembra, também, que o “Presidente sabe de nossa situação, tem perfeito conhecimento do progresso explosivo, em produção agro-pecuária no Sul (e também, já agora, no Norte),...” e que é de conhecimento público os embaraços, as dificuldades e os obstáculos suportados pela região e causados, entre outras, pela vasta extensão territorial, que dificulta o acesso ao Poder Estadual. Enfim, o Sul sempre lutou por sua emancipação, mas sabe que a divisão ocorrerá por um querer maior e acima do seu: a necessidade nacional.

O enunciador fecha a mensagem, zombando/afrontando/desrespeitando o *querer* do destinatário e fá-lo *crer* que a decisão “favorável à divisão” já foi tomada há tempos, independentemente dos argumentos que ele venha apresentar. Nada mais havendo a ser feito.

A tensividade existente entre os sujeitos, mais uma vez, compõe toda a enunciação. O sujeito é agressivo e não poupa o antissujeito (*mato-grossense*), quando diz que ele divulga falsas informações à mídia, como, por exemplo, “[...] situação de tensões e reações que culminaria em uma obstrução de pagamento de impostos”, para, com isso, ‘ganhar tempo’. Há outros fragmentos que marcam a *paixão divisão* e que dão ao destinatário subsídios para compor a identidade não só do sujeito, mas também do antissujeito. Em alguns desses fragmentos, tais como: “[...] Uma cidade angustiada, um povo que cansou de viver conformado com o marasmo, a miséria, o abandono. [...]”; “[...] Mato Grosso do Sul precisa separar-se, cuidar de seus próprios problemas. [...]”; “[...] não haverá, sacrifício para o Norte e não vemos porque será essa gritaria do Norte, especialmente dessa Capital. [...]”; “[...] deblaterar na Assembléia contra o Presidente Geisel e a divisão, em histerismos inócuos e inoportunos, [...]”; “[...] a divisão é algo

absolutamente certo. E não é por motivos triviais ou alegações queijandas que ela vai ser feita. Não serão explosões sentimentais, pruridos saudosistas, revolta ou inconformação [...]", é possível observar *figuras* que apresentam o meridional como um *povo sofrido e angustiado* e seu oponente, como *opressor, histérico e oportunista*.

Já as expressões: “[...] – Cala a boca, bobão! Cada pronunciamento como o que fizeste é mais uma pá de terra na cova, já prontinha, de uma causa perdida.” e “Pimenta nos olhos dos outros é refresco!” deixam ver o limite tensivo do sujeito, que se vale de ditos populares para expressar sua *fúria* contra o estado de coisas.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7378 – Campo Grande, 19/04/1977. p. 7.

MENSAGEM A GARCIA [sobre a divisão]

3) A oportunidade da divisão e outros ‘grilos’

Modesto Leal Barbosa

Governador,

Dizíamos, Governador, que os anti-divisionistas, especialmente aqueles que preferem colher do que semear, dirigidos pela turma da “vigilância cívica”, ao invés de procurar tirar partido da divisão para pleitear investimentos na infra-estrutura do Norte, preferem continuar esbravejando em defesa de uma causa perdida.

Está faltando senso-comum nessa atitude de resistência, que já está sendo chamada de “guerra de Secessão”, às avessas (às avessas mesmo porque, nos Estados Unidos, os separatistas desejavam a continuidade da escravidão).

Em Cuiabá o povo está sendo atijado contra o Governo Federal e até Secretários de Estado passaram a atitudes diretas de contestação. Ao invés de preparar-se a opinião pública para receber a medida – que é um imperativo do desenvolvimento e teria fatalmente que vir amanhã, senão viesse hoje – agita-se e se esbraveja, não havendo ninguém, nessa Capital, que se disponha a mostrar os motivos superiores que levam o Governo a divisão. Parece que o grupo todo tomou-se de histeria e deseja apenas ganhar tempo, a espera de uma reviravolta providencial. Faz-nos lembra a campanha de Canudos, levada a efeito contra a Abolição e a República, com enfeites acarismáticos.

Essa atitude reacionária envereda por um caminho perigoso, Governador. Um amigo que veio de Cuiabá contou-se que ouviu, aí, um boato sujo. Uma história primária e absurda, que somente pobres de espírito (justamente a quem se destinaria podem aceitar). Segundo ele, um conhecido e importante pecuarista residente em Campo Grande, de uma família tradicional e político de

relevância da Arena, que por sinal não está em nossa campanha, teria prometido uma fazenda aqui no Sul, “de porteira fechada” a um Ministro de Estado, para obter a medida (divisão) do Governo. Com isso pretende-se simplesmente deturpar o sentido da divisão, malquistar o Governo Central eivando-o da pecha da corrupção, atirar ainda mais o povo de duas grandes cidades e de duas regiões um contra o outro, aumento do clima de tensões.

Nós sabemos, sr. Governador, que Vossa Excelência não endossa nem concorda com métodos tão tortuosos e que ninguém é mais amigo da ordem do que o senhor. Entretanto essas atitudes podem prejudicá-lo.

Fala-se, também, que há um plano de pressão econômica a prefeitos e vereadores do Sul e que, inclusive, cuiabanos residentes em Campo Grande – ou mesmo simples itinerantes em regiões do Sul – estão telegrafando daqui e de outras cidades do Sul, ao Presidente, contra a divisão. Esses atos de pura burla não são dignos de cidadãos descentes e nos excluimos Vossa Excelência do rol dos suspeitos. Sabemos de seu conceito de honra e estamos convencidos de que agirá como magistrado.

Entretanto, Governador, considerando as circunstâncias – e também o clima de tensão da Capital – solicitamos de Vossa Excelência não realizar nenhuma grande reunião, para debater o problema, em Cuiabá. A falta de segurança, o ambiente de indisfarçável constrangimento impediram uma manifestação livre e espontânea. Sugerimos Rondonópolis, cidade de acesso fácil para os sulistas e situada no Norte. O senhor ficará estarecido ao verificar que cem por cento dos sulistas ou residentes no Sul, são cuiabanos, são divisionistas e anseiam pela divisão como algo semelhante a um milagre.

É lastimável, também, que se inquine a grande imprensa nacional, favorável a divisão apenas pelo que ela apresenta de útil e de desenvolvimentista e pelo que ela representa para o futuro do País, de corrupta. E mais lastimável ainda tenha sido um Secretário de Estado o intérprete dessa aleivosia incoseqüente, que até um ginasiano teria escrúpulo de expressar.

Aconselhe, Governador, seus amigos a se moderarem. A evitar atitudes apaixonadas, hostis. E lhes diga da inutilidade dessa campanha destinada apenas a procrastinar, em que, pela televisão, pelos rádios e através dos jornais, vêm insistindo nessa tecla da inoportunidade da divisão em face “da crise do petróleo”, “das dificuldades dramáticas que o País atravessa”. Tenho quase cinquenta anos, e até o dia de hoje nunca ouvi se dizer que a época era propícia para alguma coisa que exigisse despesas.

Acontece, Governador, que não apenas o problema chegou a um ponto que não é mais possível adiar, como, ainda, que a divisão é auto-financeável em termos de progresso e de aumento da arrecadação federal – a curto prazo.

Ontem, em um bar de Campo Grande, tive uma discussão com dois estudantes, por causa do senhor, Governador. Baseado nas informações que tenho a seu respeito, tomei sua defesa em acusações injustas que lhe eram assacadas. Muita gente pensa que Vossa Excelência está por trás, às vezes até mesmo no centro das pressões e manifestações. Um rapazinho exaltava-se, dizendo:

- Ele está chefiando tudo isso, pagando televisão para as manifestações diárias, insuflando seu pessoal, empurrando os Secretários!

Outro, menos violento, tentava desculpá-lo, piorando as cousas:

- Ele está na dele, pô! Qualquer sujeito de boa cuca entenderá seus grilos! Está apenas refazendo aquele prestígio velho que tinha norte! Que lhe importa a imagem desses grandões de Brasília, se garantir sua cadeira no Senado!

Entrei na discussão para dizer que Vossa Excelência, é inelegível e já se dispunha a deixar a política quando foi conduzido para o Governo do Estado. Que não lhe move qualquer interesse ilegítimo e até sua atitude contra a divisão era o produto de uma convicção legítima, embora errada.

E garanti que não haveria nenhuma distorção, nenhuma burla, nenhuma pressão em sua atitude para com troianos e gregos, sempre que estiver tratando do assunto como magistrado, para levar informações ao Presidente.

Nesse pé houve até uma pilhéria do rapazola que discutia na base da gíria:

- Contra os troianos eu sei que ele nada fará, mas com os gregos, tenho minhas dúvidas!

- E quem são os gregos, rapaz?

- Que papagaiada mais lelé, “seo!” Gregos somos nós: eu e o colega aqui. Quanto ao senhor, tô certo que deva ser “Cuiabá”, na cabeça!

Ele nunca pensaria que sou divisionista convicto e o rabiscador destas linhas. E quando lhe perguntei porque chamava os nortistas de troianos, apenas respondeu, como um mineiro:

- Uai... Esse coroa parece que é “anarfa” nesse grilo de história. Ele não sabe que os troianos acabaram se trumbicando...

A terceira *mensagem* enviada à Garcia, *A oportunidade da divisão e outros ‘grilos’*, registra o estado patêmico do antissujeito, que *parece* se encontrar no limiar da razoabilidade, pois, segundo o enunciatório, o cuiabano está “[...] sendo atijado contra o Governo Federal”; “[...] atitudes diretas de contestação”; “[...] agita-se e se esbraveja”; “[...] atitude reacionária”; “boato sujo [...]”; “[...] contra a divisão.”; “[...] o clima de tensão da Capital”; “[...] evitar atitudes apaixonadas, hostis.”; e que tal estado de alma compromete o entendimento entre *irmãos*. O enunciatório reafirma o desejo do meridional, *liberdade*, e compara a *luta* dos separatistas com a Guerra Civil Americana, mas “às avessas”, porque os sulistas de Mato Grosso, ao contrário daqueles²², desejam o fim da *opressão*.

²² A Guerra Civil Americana ocorrida nos Estados Unidos da América, nos anos 1861-1865, constituiu-se na luta entre estados federados do Sul, que defendiam a escravidão, contra o Norte, que defendia a abolição. (HARTER,

Embora, por prerrogativa do cargo, o Governador esteja investido de autoridade administrativa, ao investir-lhe *poder* pela *figura magistrado*, o enunciatório o seduz, pois o *termo* agrega valor semântico que indica pessoa com senso de justiça, o mediador, o justo. Ao finalizar a *mensagem* narrando um acontecimento que não se sabe se verdadeiro, o enunciador, também, manipula o destinador, intimidando-o de forma velada, e *faz-saber* que cabe ao *juiz mediar* para que a história não se repita.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7240 – Campo Grande, 26/04/1977. p. 4.

MENSAGEM A GARCIA [sobre a divisão]

4) Uma agitação desaconselhável e inútil

Modesto Leal Barbosa

Esse ambiente de tensão que o inconformismo de Cuiabá criou com o problema da divisão, Governador, só vem em prejuízo do Governo de B. Excelência. De Governo e, já agora, do mandato. Porque, como será possível continuar assim por mais 23 meses? Será que essa gente não cria juízo e não vai deixar de agitar?

O clima vai piorando, em vez de melhorar. Enquanto o cuiabano pensava que esse assunto de divisão era apenas aquela velha questão de sulistas inconformados com sua triste situação de colônia, o assunto era levado na base da gozação. “Chora, bugrada, que o pranto é livre”.... Depois a cousa enfeiou e passou para um plano mais alto. Presidente da Sudeco, Ministro, Presidente da República. Estudos completos e aprovados. Anúncio de prazo para a remessa da Mensagem. Aí os tradicionalistas, os duzentos e cinquenta anistas viram que o problema era serio e que haviam perdido seu tempo e sua batalha pelo fato de não acreditarem.

Cumpria ensarilhar suas armas, procurar ganhar outra luta a margem da primeira. A questão foi encarada dessa forma pelos elementos mais inteligentes, como Arquimedes Lima, Júlio Campos, os irmãos Müller e outros. Entretanto, a maioria, resolveu continuar a luta, apelando para todos os cuiabanos ilustres, com posições de relevo no País e, mais tarde, para a contestação aberta.

Cuiabanos ilustres, capazes, cultos, não podiam ignorar o problema. Sabiam e sabem que a divisão não é uma medida ditada por motivos políticos ou pelo interesse privado de grupos. Entendiam e entendem que a medida consulta os interesses do Estado e que a manutenção da unidade de uma área maior do que qualquer outro país da América Latina, com exceção apenas da Argentina e do Peru, era apenas um sonho utópico.

O grupo de resistência, porém, fincou o pé. Um ilustre sacerdote, filho de Corumbá mas radicado em Cuiabá desde a infância, membro do Instituto Histórico e Presidente da Junta de Educação, o Padre Pombo, cingiu a armadura dos cruzados e saiu pelos caminhos do Pantanal a pregar a “resistência sagrada”; um Secretário decretou a inviabilidade dos dois Estados, com base na sua sapiência planificadora e lastimou que se quisesse dividir miséria; um cidadão qualquer, de quem nunca havíamos ouvido falar, sapecou no jornal um artigo contra a “calamidade da divisão”; outros choraram “o nosso amado Mato Grosso, que os iconoclastas querem destruir”, o assunto tornou-se debate de rua, atoarda em bares, repercutiu na assembléia dos notáveis, ingressou nas cogitações da maçonaria, gerou comitê de “vigília cívica”, tornou-se objeto de palestras diárias, em que todos os argumentos obstrucionistas foram empregados.

Comissões se criaram para telegrafar ao Presidente, protestando. E chegaram a mandar gente para o Sul, onde passariam os telegramas. A medida impressionaria o Presidente. “Se o próprio Sul desaprovava a medida, como tomá-la?” – pensavam os da contestação, com todo seu primarismo, como se o Presidente estivesse dividindo Mato Grosso para contentar os sulistas e desagradar os cuiabanos, por simples pirraça.

O pior é que não se detiveram aí. O assunto foi parar na Assembléia Legislativa, onde um Secretário criticou abertamente o Presidente da República. E um deputado nortista, creio que cuiabano, declarou textualmente que o Presidente da República “estará cometendo um crime contra a Pátria assinando a Mensagem da Divisão de Mato Grosso” (vide manchete de toda página, encabeçando a edição do “Diário de Cuiabá” de 15 do corrente).

O passionalismo atingiu a cúpula política, desceu para o povo, tornou-se assunto de todas as palestras e de todas as cogitações. Cada dia imaginava-se uma maneira de fazer aumentar as pressões.

Aí, não obstante o Sul estar quieto em obediência às ordens superiores, os divisionistas foram obrigados a se unir para fazer frente à ameaça. A Liga Sul-Matogrossense, velha demais de quarenta anos, “gloriosamente atuante” ao tempo da Revolução Constitucionalista e nos anos seguintes, que hibernaria, ferida de morte, com a manifestação contrária de Jânio Quadros, justamente aquele de quem ela esperava a solução de seu grande sonho, ressurgiu, como a fênix, de suas próprias cinzas e voltou à ação. Assim como uma ação gera uma reação na mesma intensidade, uma reação volta a gerar uma ação para anulá-la.

A Liga ressurgiu apenas porque precisava mostrar ao Governo Central que o grupo de resistência era apenas a expressão de inconformismo de uma área, explodindo nos limites de sua idéia fixa. Sua função era esclarecer, mostrar que o Sul, como um único homem, exige a divisão e que qualquer manifestação em contrário, daqui, ou parte de lá ou foi fomentada por lá, sob pressões ou promessas.

Quando a reação disser, que há uma situação de intranqüilidade gerada pela idéia divisionista, nós estamos aqui (em todo Sul) para provar que tudo parte da Capital. Quando se insinuar que os sulistas estão resistindo até a pagar impostos, nós estamos aqui para provar que a arrecadação estadual explodiu no Sul, em números nunca dantes verificados e cresceu a ponto de atingir 81% do total – e que Campo Grande somente arrecadou 19 milhões em um único mês (março passado). Quando a reação agitar a campanha de telegramas, nós apenas recomendamos aos nossos amigos telegrafar ao Presidente agradecendo. Uma recomendação apenas...

Agora, Governador, avisam-nos de Cuiabá o projeto de uma passeata monstro, de mulheres, em cogitação. É a continuidade da agitação. Gostaríamos de dizer-lhe que poderemos organizar outras com pelo menos o dobro de pessoas, logo que for necessário. Porque temos duas vezes mais gente aqui no Sul e nosso entusiasmo é muito maior do que o ressentimento do povo da Capital.

Nunca esqueça que a explosão das que realizam um sonho é muito mais empolgante do que os ressaíbos daqueles que se ocupam em reprimir esse sonho. Impede-nos disso, ou pelo menos até agora nos impediu (porque, creio, ele compreenderia nossa reação se Cuiabá tomar a iniciativa) o fato de o Presidente não gostar de passeatas, de agitações populares, de inflamações coletivas geradas por insuflação de grupos de pressão, povo nas ruas discutindo problemas de Estado, que não entendem.

Acreditamos sinceramente, Governador, que chegou a hora de parar. Não é possível continuar a tolerar desordens organizadas, nem manifestações de protesto que ignoram a ordem e a autoridade do Governo Central. Não esqueça que o regime não se deixa intimidar por pressões espúrias.

Vossa Excelência vai ter a honra insigne de ter sido o último governador de Mato Grosso unido. Desejamos sinceramente que cumpra seu mandato até o último dia.

Uma agitação desaconselhável e inútil mantém a linha discursiva proposta desde o início pelo enunciador: falar diretamente com o *outro* e para o *outro*. Além de apresentar as estratégias que serão e são tomadas pelos sulistas face às *manifestações* fomentadas no e pelo Norte, o enunciador faz um recorte diferenciado dos estados de alma dos sujeitos e sobre o estado de coisas. Se, no início das *mensagens à Garcia*, o meridional encontrava-se em estado *disfórico* e o *outro*, o mato-grossense do Centro-Norte, em estado *eufórico*, agora, a situação inverte-se. O mato-grossense do Sul está prestes a tornar-se *de direito* sul-mato-grossense e, assim, *ser livre*; enquanto o *outro* perderá uma *parte* que é sua de direito, mas não mais de fato.

A *paixão divisão* permeia todo o discurso, como em: “[...] e nosso entusiasmo é muito maior [...]”; “[...] a explosão das que realizam um sonho é muito mais empolgante [...]”, para expressar que o meridional está ‘pronto para o que der e vier’, independentemente do trabalho que terá para construir o novo Estado.

O enunciador intimida, mais uma vez e de forma velada, o enunciatário já no início da *mensagem*, ao dizer que o ambiente de tensão “vem em prejuízo do Governo de V. Excelência. Do Governo e, já agora, do mandato.” Finaliza, lembrando ao *outro* que o regime militar “[...] não se deixa intimidar por pressões espúrias” e “Desejamos sinceramente que cumpra seu mandato até o último dia”.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7246 – Campo Grande, 03/05/1977. p. 2.

MENSAGEM A GARCIA [sobre a divisão]

5) Um estado viável

Modesto Leal Barbosa

Governador:

Seu Secretário Porto (o povo por aqui afirma que bento ele não é) em entrevista para os jornais, declarou que o maior absurdo da divisão era porque criaria dois estados “inviáveis”. E que era absurdo dividir miséria.

Não viemos aqui, polemizar a respeito da viabilidade do Norte como Estado. Entretanto acredito que um Estado com 880.000 quilômetros quadrados (como vai ficar) e com muitas terras boas e riquezas minerais abundantes, guardando uma posição privilegiada na integração da Amazônia, com cidades (como Cuiabá, Cáceres, Barra do Garça e Rondonópolis) em crescimento acelerado, nunca será um Estado Inviável.

Mato Grosso do Norte ainda será o terceiro Estado brasileiro em extensão e terá uma área ainda maior do que a Venezuela, por exemplo. Dará mais de dois Paraguais, ou mais de quatro Uruguais. Se juntarmos as duas Alemanhas, a Dinamarca, a Grã-Bretanha, a Hungria e a Suíça teremos uma extensão igual àquela que ficará para o Estado de Mato Grosso do Norte. É lógico que um Estado assim não será inviável.

Mato Grosso do Sul, com um pouco mais de 340.000 quilômetros quadrados, ainda será 40% maior do que São Paulo – esse colosso brasileiro – e, se fosse bem arrumadinho, caberiam dois Mato Grosso do Sul e meio dentro de Mato grosso do Norte e ainda sobraria, no Norte, terras para colocarmos a Bélgica e a Suíça...

Com tudo isso e no progresso em que está (este ano produzirá 10 milhões de sacas de arroz) não vemos porque essa gritaria, esse complexo de inferioridade de alguns dos seus habitantes mais ilustres, entre eles o secretário Reis Costa que, desafiando os bríos cuiabanos, afirmou que o Norte, uma vez separado, voltará a ficar de chapéu na mão, como mendigo.

Creemos sinceramente que jamais Cuiabá ficou de chapéu na mão, mendigando. Houve fases em que ela sozinha sustentava o Estado. Mas o secretário Reis Costa, que é de outro Estado (Minas ou Goiás) e veio a conhecer Cuiabá quando recebeu um mandato de deputado (mandato que lhe rendeu, mais tarde, um cartório em três Lagoas), não sabe disso e se deixa impressionar pelas aparências.

Falamos, um pouco, de Mato Grosso do Sul e vejamos se é um Estado “inviável”. No atual momento a arrecadação desta região é maior do que a de seis Estados da União e tem capacidade para dobrar seu orçamento no primeiro ano de vigência de sua emancipação. Sua pecuária será quantitativamente maior do que a do Rio Grande do Sul ou de São Paulo, pois ficaremos com 10,5 milhões de cabeças, segundo vimos de um trabalho que está sendo distribuído pela Liga Sul Matogrossense. Ele sozinho ainda será o maior produtor de arroz do Brasil e o terceiro em soja. Suas riquezas minerais bastarão para manter as duas siderúrgicas que vão funcionar em nosso território e para exportar ferro e manganês para o mundo todo (as reservas corumbaenses são as maiores do Brasil, em manganês e a segunda em ferro, como prova o trabalho distribuído pela Liga)

Nossa indústria se avoluma e diversifica. Atualmente já temos 5 frigoríficos, dois moinhos de calcário, duas fábricas de cimento, um moinho de trigo e centenas de máquinas de benefício, serrarias e outras.

Estamos absolutamente certos de que, dentro de cinco anos, podendo contar com os nossos próprios recursos, Mato Grosso do Sul será um Estado tão importante como o Paraná de hoje. Na pior das hipóteses nos situaremos em oitavo lugar entre as unidades políticas brasileiras e dentro de dez anos talvez estejamos entre o quinto ou o sexto lugar.

Para Mato Grosso do Sul, uma bolinha de ouro, um Estado compacto, de terras férteis, de posição geográfica privilegiada, com as duas maiores hidrelétricas do País em suas águas ou vizinhança, o futuro é o infinito.

Seremos, dentro do Brasil, uma alavanca. É internamente, pela **identidade** absoluta de propósitos de todos os nossos habitantes, que estão unidos e preocupados apenas em vencer, o novo Estado não alimentará rivalidades inúteis, idiossincrasias tolas, emulações estéreis.

Mato Grosso do Sul é um Estado viável, Governador. Muito viável, mesmo. Tão viável que seu próprio secretário Porto está comprando lotes de terrenos em Campo Grande.

Na última *mensagem à Garcia – Um estado viável* –, o enunciador qualifica o novo Estado como “uma bolinha de ouro” e reafirma as qualidades geofísicas que fazem dele um Estado viável.

Pela primeira vez, o enunciador usa o termo *identidade* para falar de “todos os nossos habitantes”, aqueles que desejam *vencer*, e, ao empregar esse termo, investe nele *tudo* o que diz respeito à *causa*: o triunfo obtido após anos de luta; o libertar-se da opressão de Cuiabá; a superação dos muitos obstáculos impostos pelos *não divisionistas*, enfim, a autonomia político-administrativa e, conseqüentemente, o direito de *ser sul-mato-grossense*.

No penúltimo parágrafo, o enunciador também atribui ao *outro* características distintas das do sujeito. O *outro é ciumento, tolo*, comporta-se com sentimento de *rivalidade inútil* e, com isso, se diz *não ciumento, não tolo e útil*.

Observa-se nessa série o simulacro do mato-grossense figurativizado na pessoa do Governador, Garcia Neto, que é apresentado ao enunciatário como um sujeito arrogante, vaidoso e perdulário, ainda que *pareça* humilde, democrático e justo; enquanto ao mato-grossense do sul, o enunciador constrói como alguém que *trabalha, é injustiçado politicamente e espoliado na sua riqueza*, mas é *pacífico*, e espera (manipulação) que a União faça-lhe justiça.

3.4 O sul-mato-grossense e o mato-grossense: a paixão *divisão* e a participação popular

Muitos são os textos (reportagens) que registram a participação *popular*, termo aqui empregado no sentido literal de *algo pertencente ao povo* e do *povo*, como:

Conjunto de homens que vivem em sociedade./Conjunto de indivíduos que constituem uma nação./Conjunto de indivíduos de uma região, cidade, vila ou aldeia./Conjunto de pessoas que não habitam o mesmo país, mas que estão ligadas por sua origem, sua religião ou por qualquer outro laço./Conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes./Conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária ou à classe dos não-proprietários; plebe./Lugarejo, aldeia, vila, pequena povoação: um povo./Público, considerado em seu conjunto./Multidão de gente, as massas./Fam. Família, a gente da casa. (www.dicionariodoaurelio.com).

Os textos selecionados têm, portanto, a finalidade tão somente de explicitar a participação do cidadão comum, que também contribuiu no processo de construção do Mato Grosso do Sul.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7234 – Campo Grande, 18/04/1977. p. 7.

de uma to- | do presidente, dada e- | Alves Ferraz",

NDO

Divisão: centenas de telegramas ao Presidente Geisel

De diversos municípios do Sul de Mato Grosso estão seguindo telegramas endereçados ao Presidente Ernesto Geisel, apoiando a iniciativa governamental no sentido de dividir o Estado em duas unidades federativas.

Esse apoio é bastante significativo pois demonstra a satisfação popular com que a notícia da Divisão foi recebida na região.

Em *Divisão: centenas de telegramas ao Presidente Geisel*, que circulou em 18 de abril, o registro da participação do povo – “[...] demonstra a satisfação popular com que a notícia da Divisão foi recebida.” – faz *crer* ao enunciatório que o ‘povo do Sul’ estava satisfeito e apoiava a divisão.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7236 – Campo Grande, 20/04/1977. p. 7.

DACLOBE inicia movimento pró-divisão

O DACLOBE – Diretório Acadêmico Clóvis Bevilacqua – da Faculdade de Direito de Campo Grande iniciou Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso e que denota o interesse que têm os universitários pelo problema de maior repercussão nacional na hora que passa.

Segundo declarou ao CE o presidente do DACLOBE, Sidney Mello, de início se reunirão os universitários que integram a diretoria do Diretório para estabelecer um plano de trabalho. Em seguida serão convocadas para o Movimento todos os diretórios existentes em Campo Grande, tanto da UEMT quanto da FUC-MT, a fim de que todos participem do Movimento, sendo em seguida convocados os Centros Pedagógicos e as Faculdades de outros municípios do futuro Mato Grosso do Sul, o que dará força e dinamismo ao Movimento Pró-Divisão.

Adiantou o acadêmico Sidney Mello que no mais tardar, já no próximo sábado haverá dentro da lei, uma passeata que reunirá apenas universitários, que percorrerão diversos pontos da cidade, mostrando à população que os universitários estão de fato engajados na campanha Pró-Divisão.

"Mande um telegrama ao presidente"

Paralelamente ao Movimento Pró-Divisão, o DACLOBE iniciou a Campanha "MANDE UM TELEGRAMA AO PRESIDENTE", com o objetivo de, segundo Sidney Mello, partir de cada universitário um telegrama ao Presidente Ernesto Geisel, enaltecendo a divisão e incentivando o chefe da Nação a consumir o fato com a possível brevidade. Para Sidney Mello isso é muito importante e necessário, motivo pelo qual o universitário, após enviar o telegrama, deve entregar ao Diretório o contra-recebido para juntada à documentação que ficará nos arquivos do Diretório como recordação da tomada de posição da mocidade acadêmica em prol da divisão de Mato Grosso.

O texto de 20 de abril, *DACLOBE*²³ *inicia movimento pró-divisão*, registra a presença dos *universitários* – figura significativa – que iniciaram o movimento ‘pró-divisão’ no âmbito universitário. A estratégia “mande um telegrama ao presidente” foi o mote da campanha por eles engajada. É a *mocidade* de 77, a exemplo da *mocidade de 1932*, tomando uma posição.

Jornal *Correio do Estado* – Ano XXIV – Edição nº 7238 – Campo Grande, 22/04/1977. p. 4.

esta presença ser
relinhas?
se foria que
a, precisa pa-
as suas for-
do de mando a
a, força elei

ações dignas
da dignidade
que o futu-
força a pres-
a sulista.
o heredeiro
ca?

sta e esta
de acordo
tro Rangel
efinitiva-
o corrente

a respon-
le, princi-
al que, a
encerrar a
pois ele
diretório

no Sul
ils podem
o diário
tor e os
entrega,
la polí-

espera
a parte

Estudantes promovem passeata pelas ruas de Campo Grande



Centenas de estudantes da Moderna Associação Campograndense de Ensino, fizeram uma passeata pelas ruas centrais de Campo Grande, portando cartazes com dizeres referentes à divisão territorial do Estado de Mato Grosso, anunciada nesta terça-feira pelo Palácio do Planalto, segundo decisão do presidente Ernesto Geisel.

Os estudantes saíram da MACE percorrendo a pé a Rua 14 de Julho, dirigindo-se até o Colégio Dom Bosco, onde aos gritos de "soltem! soltem!", pediam que os alunos daquele estabelecimento de ensino fossem liberados para se reunirem a eles para percorrerem as ruas centrais da cidade. No entanto, a sugestão não foi aceita, tendo eles se dirigido a outros estabelecimentos de ensino, com o mesmo objetivo.

Após percorrerem diversas ruas, chamando a atenção dos populares, os estudantes dispersaram-se dirigindo às suas residências, devendo retornar as aulas hoje pela manhã. Um dos alunos disse que "o barulho era tão grande lá na MACE que o diretor achou por bem mandar a gente embora". Acrescenta que "ele não nos mandou ir a outros colégios pedir a liberação dos estudantes. Isso foi por nossa conta".

SÉRGIO

Estado Campo a espe sec

Culabá – O deputado Sérgio Cruz, do MDB, ao discursar na sessão de ontem da Assembleia Legislativa, classificou o dia 3 de maio como "O Grande Dia do Oeste Brasileiro", data que o Palácio do Planalto divulgou nota da Presidência da República sobre a divisão territorial do Estado de Mato Grosso. Mais adiante o deputado matograndense disse que "nasceu o Estado de Ca

Em *Estudantes promovem passeata pelas ruas de Campo Grande*, são os secundaristas que “vão às ruas” em apoio à divisão. “[...] Isso foi por nossa conta.” reforça a *figura de jovens de iniciativa, destemidos*.

²³ Diretório Acadêmico Clóvis Bevilacqua da Faculdade de Direito de Campo Grande.



Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7238 – Campo Grande, 20/04/1977. p. 4.



As congratulações de um corumbaense eufórico traz a mudança de um estado para outro, o sujeito do *querer* e em estado disfórico é agora um sujeito do *poder* em estado eufórico.

COM LICENÇA!**Altevir Alencar**

Acompanho, aqui destas longínquas paragens, e através de jornais que me chegam de Campo Grande, com dois de atraso, muito do que se tem escrito sobre um assunto realmente palpitante: a cisão do Estado de Mato Grosso. Quero me reportar aqui, de modo especial à série de artigos de autoria do senhor Modesto Leal Barbosa, no CORREIO DO ESTADO: MENSAGEM A GARCIA. Na segunda desta série “2) A GEO-POLÍTICA E SEUS PROBLEMAS DITARAM A DIVISÃO (edição de 19 do corrente), o distinto articulista, no decorrer de suas digressões – coerentes e escorreitas, diga-se de passagem - , a certa altura, empolgado na defesa de seus fundamentados pontos-de-vista, menciona: “MANDE ALGUÉM, GOVERNADOR, A NIOAQUE, POR EXEMPLO, MANDE VER O QUE HÁ ALI... UMA CIDADE ANGUSTIADA, UM POVO QUE CANSOU DE VIVER NO OSTRACISMO, NO ABANDONO, NA MISÉRIA...” E mais adiante: “ACONTECE, GOVERNADOR, QUE O ESTADO TEM CENTENAS DE NIOAQUES POR AÍ A FORA...”

Entendo, como jornalista que sou, sobretudo como Prefeito de Nioaque, que comportam aqui algumas observações. Por isso, peço licença para fazê-las. Devo esclarecer, de início, que não tenho procuração para defender o senhor Governador do Estado neste “afrair”. Nem sou contra a divisão territorial do Estado. Pelo contrário, sofrendo na própria carne as dolorosas consequências políticas impostas pela imensidão, pela vastidão impressionante de Mato Grosso, com a sede do governo distando mil e tantos quilômetros de meu setor administrativo, seria um louco se advogasse a continuação de um estado de coisas lastimável desta natureza. Outra coisa; quem sou eu, um infeliz que não em dinheiro nem para se deslocar a Cuiabá a serviço de minha infeliz municipalidade, quem sou eu, repito, para emitir pareceres, conceitos sobre a secessão. É verdade que me pronunciei a respeito, respondendo consulta do DEGRAM. E fiz questão de esclarecer que se se procedesse a um plebiscito em Nioaque, todos os seus habitantes seriam favoráveis à divisão, por razões claras, meridianas, por razões que até um cego poder ver. Move-me tão somente o desejo e a obrigação de tecer alguns comentários, como governador do Município mencionado como exemplo de miséria no corpo do artigo.

Nioaque vai completar 139 anos do dia 22 de maio próximo.

Vai completar 139 anos se não se acabar de uma vez por todas. Meu povo leva dentro da alma, para aonde for, profundas, cicatrizes. Em 1865 Nioaque foi por duas vezes assaltada, saqueada e incendiada por tropas paraguaias. Por aqui passou a Coluna do Coronel Carlos Camisão, dizimada pela “cólera-morbus”, pelo fogo nas macegas, pelos indescritíveis e desgastes da guerra, uma das mais belas e entristecedoras páginas de nossa História, tão megistralmente escrita pela pena do Visconde de Taunay (um dos expedicionários), na RETIRADA DA LAGUNA (“La Retraite delLa Lagune). De lá a esta parte nada experimentou este povo além do abandono a que se refere o articulista, agravado pela nostalgia das distâncias. Mas ainda, Nioaque vem sendo sistematicamente decepada em seu organismo geográfico: Campo Grande, Aquidauana, Maracaju, Ponta Porã, Terenos, Guia Lopes, Sidrolândia, Jardim.... já nos pertenceram. Algumas destas cidades floresceram como um jardim no início da primavera.

Nioaque murchou, pendeu como uma flor morta por sobre seu talo, encolheu na haste, secou suas pétalas dentro da solidão da noite interminável. Ficou reduzida à expressão mais simples e lamentável. Perdida no meio dos cerrados. Sem rodovias, sem imagem de TV, sem energia hidrelétrica, sem telefone. A cidade não possui um centímetro cúbico de asfalto ou de qualquer tipo de pavimentação. Não tem um plano de esgoto, não tem urbanismo, arrasta-se dolorosamente recebendo na face e nos olhos a poeira que as outras cidades atiram para o ar, na esteira do progresso. Agora, pergunto: o senhor Governador GARCIA NETO é o responsável por isto? Serei eu, por acaso, com dois meses de governo, o responsável por esta desgraça, por este estado aviltante? Não, absolutamente, não. Os males vêm do passado. Nosso compromisso é com o futuro. Não almejo para Nioaque outro destino senão de poder, de hoje em diante, colocar no outro prato da balança tantos méritos da obra governamental de minha responsabilidade que façam subir vertiginosamente o prato onde hoje pesa a mão de ignomínia e a lembrança de tão amargos dias transcorridos.

Senhor Modesto Leal Barbosa: o Governador GARCIA NETO nunca pisou aqui nesta qualidade de Governador. Nem o aconselhe a mandar alguém a Nioaque, porque esse alguém, na entrada da cidade que mais parece um túmulo, recuará apavorado... para nunca mais voltar. Por ter fé em Deus, confio em melhores dias para minha terra e para meu povo. Apesar dos pesares, das humilhações, do opróbrio em que vivo, ou com a divisão ou sem ela, confio em mim e em homens como o senhor, possuidores da coragem de mostrar ao Estado um câncer encravado bem no coração de Mato Grosso. Não há problemas sem solução. Se fosse fácil ser Prefeito de Nioaque eu não teria aceitado este desafio. E aqui, o que é preciso fazer, pode ser feito.

E o que pode ser feito, eu faço. Faço, farei, ajudado por este povo descrente, - solado, sofrido, humilhado, mas que nem por isso deixa de ser um grande povo, porquanto seu sofrimento vem do seu próprio heroísmo, do martírio dos albores de sua vida, do sacrifício a que se submeteu para que o Brasil pudesse chegar ao que hoje é. Ademais, quem passou 139 anos como bigorna não pode se transformar em martelo da noite para o dia. Oremos, trabalheemos. Esta mancha negra no mapa de Mato Grosso vai desaparecer. Não é possível que uma nação domo o Brasil, o maior país católico do mundo, e, conseqüentemente, abençoado por Deus, permita a desgraça de um povo se sentir exilado em sua própria pátria.

Devo enfatizar que não sou nioaquense. O destino não me reservou este privilégio. Moro aqui há dois anos e poucos meses. Todavia, como não existe poder aqui na Terra que não venha do Alto, recebo a missão que me foi destinada por Deus: conduzir este povo ao seu nobre lugar de povo civilizado. Mesmo porque para isto estou física, moral e espiritualmente preparado: subir ao abismo para a planura, e daí para as grimpas, com nobreza, resignação, tenacidade, sobretudo com elevação. Pode Mato Grosso se dividir em cinquenta pedaços, ou pode não se dividir nem em dois. Minha luta continuará, porque as quedas que tenho sofrido na escalada da vida não me abatem, mas servem-me de pontos-de-apoio para ascensões mais altas. Eu vou ao Presidente da República em maio. O Brasil inteiro vai tomar conhecimento

desta miséria que o manto pesado do descaso cobriu há mais de um século.

O texto *Com licença!* de Altevir Alencar é tomado pelo enunciador-mídia para mostrar aos enunciatários o descaso de Cuiabá com os sulinos: “[...] o Governador Garcia Neto nunca pisou aqui [...]” e, para exemplificar o ‘tamanho’ desse descaso, “[...] o manto pesado do descaso cobriu há mais de um século [...]”. O tempo ‘um século’, é suficiente para que o enunciatário passe a *crer* ser *legítimo o direito* do meridional

por sua *autonomia*. Além disso, informa que: “[...] se se proceder um plebiscito em Nioaque, todos os seus habitantes seriam favoráveis à divisão, por razões claras, meridianas, por razões que até um cego pode ver.”, o uso do dito popular (*até um cego pode ver*) pretende seduzir o enunciatário, fazendo-o *crer* que, mesmo sendo leigo (no caso de um enunciatário distante geograficamente, residente, por exemplo, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul etc), poderia *compreender* as razões pelas quais lutava o sujeito

O texto *Com licença!*, de Altevir Alencar, é tomado pelo enunciador-mídia para mostrar aos enunciatários o descaso de Cuiabá com os sulinos: “[...] o Governador Garcia Neto nunca pisou aqui [...]” e, para exemplificar o ‘tamanho’ desse descaso, “[...] o manto pesado do descaso cobriu há mais de um século [...]”. O tempo ‘um século’ é suficiente para que o enunciatário passe a *crer* ser *legítimo o direito* do meridional por sua *autonomia*. Além disso, informa que: “[...] se se proceder um plebiscito em Nioaque, todos os seus habitantes seriam favoráveis à divisão, por razões claras, meridianas, por razões que até um cego pode ver.”, o uso do dito popular (*até um cego pode ver*) pretende seduzir o enunciatário, fazendo-o *crer* que, mesmo sendo leigo (no caso de um enunciatário distante geograficamente, residente, por exemplo, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul etc.), poderia *compreender* as razões pelas quais lutava o sujeito.

Jornal Correio do Estado – Ano XXIV – Edição nº 7234 – Campo Grande, 18/04/1977. p. 7.

DEPOIMENTO DE UM NORTISTA DE ROSÁRIO-OESTE AO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO

A divisão de Mato Grosso é um problema por excelência geográfico.

Sua extensão de Norte e Sul, na linha meridiana, que vai do cone norte do município de Aripuanã, na confluência dos rios Teles Pires e Juruena, as cataratas das Sete Quedas, no rio Paraná, com mais de 1.700 quilômetros, e do Leste a Oeste, numa méida de 700 quilômetros, entre os paralelos 24° e 8°, CONSTITUI a razão em que se baseia a necessidade de dividi-lo, para melhor cuidar de tão vasto território.

Não há governo capaz de atender esse universo de proporções tão vastas, mesmo que disponha de grandes recursos para esse fim.

E daí o que resulta? – É a desigualdade de crescimento, por que a marcha para oeste começa pelo sul, onde as condições de terra, clima, salubridade e facilidades de comunicação são maiores do que aquelas que se apresentam no norte, tudo em consequência de um fatalismo geográfico entre as duas porções do território matogrossense.

ISTO se verificava até pouco tempo atrás, por que na atualidade o panorama já é outro bem diferente, ao Norte.

A penetração da bacia amazônica pelas rotas abertas da BELÉM-BRASÍLIA, Cuiabá-Santarém, e Cuiabá-Rondônia, já alterou a fisionomia da região com o povoamento crescente que se verifica à margem das rodovias acima, e das que lateralmente a elas penetram nas zonas adjacentes, criando

núcleos de populações numerosas, que vêm surgindo da iniciativa privada.

O NORTE já não é a terra vazia de 1930, quanto Getúlio Vargas descortinou o destino que lhe está reservado.

As Empresas colonizadoras implantadas ao longo dessas rodovias, a incorporação das grandes fazendas de criação de gado já instaladas em várias regiões do Norte, as glbeas que surgem como verdadeiras cidades entre os rios Jauru, Cabaçal e Paraguai, além dos núcleos que nascem atualmente nos municípios de Porto dos Gaúchos e Tangará da Serra, sem falarmos dos consórcios agro-pecuários em produção na bacia do rio Araguaia, são garantias de uma revolução povoadora de todo norte matogrossense, se houver assistência necessária do poder público.

MAS para tanto mister se faz como indispensável a simplificação das áreas para melhor vista e atenção do poder público, a fim de assisti-las com os serviços que permitam um crescimento ordenado e permanente. A DIVISÃO nestas condições é o remedia a ser aplicado, por que o Sul já ocnta o embalo para crescer e prosperar por si próprio, capaz de gerir os seus destinos sem interrupção na escala cada vez mais crescente do esforço de iniciativa privada.

E para conseguir esse meta torna-se evidente que somente reduzindo as área de cada região será possível os governos que se instalarem no Norte e no Sul executarem um plano de

trabalho que ampare a iniciativa privada em todos os seus múltiplos aspectos que dependem da administração pública.

ESTE o desejo do Sul, sem nenhuma outra mira a não ser o progresso e desenvolvimento tanto de uma como de outra região.

SOMOS matogrossenses do Norte, lá do sopé das Araras, do município de Rosário-Oeste, e o nosso coração tem uma so vibração de amor e dedicação à terra comum, tanto ao Norte como ao Sul, e para que as duas regiões alcancem o futuro que

merecem é indispensável polarizar a ação do governo, para melhor assistir as suas populações disseminadas pela imensidão do território matogrossense.

NÃO pode haver regionalismo de qualquer espécie para o êxito desta arrancada, que ficará na história do Brasil como um atestado do nosso vigor e crença numa pátria cada dia mais próspera e feliz.

Arnaldo Estevão de Figueiredo

Arnaldo Estevão de Figueiredo é também *voz autorizada*, foi governador de Mato Grosso (1947-1950) é, portanto, conhecedor dos problemas trazidos pela dimensão territorial e faz o enunciário refletir sobre a existência de mato-grossenses do centro-norte que desejam a divisão. O motivo apontado é a extensão geográfica que dificulta uma administração competente. Rosário-Oeste é município limítrofe a Cuiabá e seu enunciador consegue ‘ver’ que a divisão trará progresso para ambas as regiões, pois possibilitará atender-se às peculiaridades de cada uma. O discurso, sob aparente sobriedade, faz ver que arroubos regionalistas devem ser deixados de lado, para atender um valor maior: o desenvolvimento da Nação.

Os últimos três textos (*As congratulações de um corumbaense eufórico; Com licença! e Depoimento de um nortista de Rosário-Oeste ao Exmo. Sr. Governador do Estado*) constroem o simulacro de entendimento entre os habitantes de ambas as regiões de que a divisão, ainda que represente a liberdade político-administrativa para o sul-mato-grossense, é necessária para o progresso do País e para melhor qualidade de vida de si próprios.

Como informado no início deste Capítulo, os textos fazem parte de um conjunto discursivo maior e foram selecionados com vistas a ratificar as *figuras* e *paixões* apontadas no Capítulo 2. Os textos apresentam uma textualidade discursiva aparentemente ‘cautelosa’, isto é, o nível narrativo foi construído com *figuras* mais ‘amenas’, menos ‘agressivas’. Não são, entretanto, discursos menos passionais, ao contrário, são discursos investidos da *paixão divisão*, mas revestidos por figuras que dissimulam o estado de alma do sujeito. É necessário que assim seja. Há a censura; impera, ainda, o regime militar.

Observa-se a manutenção da isotopia temática dos *discursos fundadores* a respeito das características identitárias do sul-mato-grossense (em oposição às do mato-grossense): trabalhador, útil, respeitador das leis, leal e pacífico. Um sujeito persistente e, ao mesmo tempo, paciente, porque não desistiu de alcançar o objeto valor desejado, mantendo-se em *estado de espera*, até que surgisse nova oportunidade, para, então, transformar esse estado modal *disfórico* em *eufórico*.

CONSIDERAÇÕES

A proposta desta pesquisa foi a de apontar dados da gênese de Mato Grosso do Sul e as características identitárias do sul-mato-grossense, a partir da análise de dois de seus discursos fundadores: *Requerimento e Manifesto* (1934) e *textos jornalísticos* (1977). Nasceu da constatação por parte da pesquisadora de um fato corriqueiro: o sul-mato-grossense, não raras vezes, precisa ‘corrigir’ com um ‘**do Sul**’ seu interlocutor, para reafirmar sua origem ou lugar onde reside. Não é incomum as pessoas (inclusive autoridades e artistas), ao se referirem a Mato Grosso do Sul, utilizarem o termo *Mato Grosso*. Esse fato ocorria mesmo na mídia, que, atualmente, tem procurado fixar o termo *Mato Grosso do Sul* junto à população brasileira.

Historicamente, o sul-mato-grossense ‘nasceu’ no século XIX de *fato* e conquistou o *direito* de sê-lo no segundo quartel do século XX, ao transformar seu estado de alma do *parecer* para o *ser* e do *querer* para o *poder*. Os discursos analisados nesta pesquisa permitem concluir que o *sul-mato-grossense* e o *mato-grossense* são distintos. Diferem quanto à descendência etnicorracial; ocupam espaço geográfico diverso e encontram-se semanticamente em eixos opostos, não podem, portanto, possuir a mesma identidade.

Os registros e estudos históricos que tratam da gênese de Mato Grosso do Sul, bastante fartos, ratificam as diversidades cultural e racial existentes entre os dois povos, resultantes da ocupação territorial de ambas as regiões (Sul e Centro-Norte), ocorrida em diferentes épocas, e das peculiaridades geográficas: a região Sul constituída, quase que totalmente, por planícies e clima tropical, e a região Centro-Norte, por planícies pantanosas, chapadas, planaltos e depressões e clima equatorial, amazônico (superúmido). Outro fator, registrado nos textos analisados, é a extensão territorial, fato que tornava “impraticável a administração adequada de tão extensa região, superior a duas vezes o território de Minas Gerais” (Exposição de Motivos nº 037 – Anexo 5) e a própria ocupação humana.

O simulacro do *percurso gerativo de sentido* (GREIMAS, 1966), que serviu de arcabouço para a análise dos discursos, traz, no nível fundamental, a marca oposicional *mato-grossense vs sul-mato-grossense* que estrutura os textos, visto que a teoria greimasiana permite que o sujeito *faça*, modalizando suas ações pelo *querer, dever, poder e fazer*. O sujeito manipula o enunciatário, ou tenta manipulá-lo, para que *faça* o que ele, sul-mato-grossense, deseja: a divisão do Estado de Mato Grosso, porque ela, divisão, *é/era* na visão do sujeito o único caminho para o fim da opressão a que *é/era* submetido e para a conquista da *liberdade* e da *justiça*.

Astuciosamente, o sujeito da enunciação vai tecendo o simulacro de sua identidade como trabalhador, útil, respeitador das leis, leal e pacífico, em oposição ao seu *alter*, o mato-grossense. Caracteriza-se como um sujeito persistente e, ao mesmo tempo, paciente, porque não desistiu de alcançar o objeto valor desejado, mantendo-se em *estado de espera*, até que surgisse nova oportunidade, para, então, transformar esse estado modal *disfórico* em *eufórico*.

Na enunciação, verifica-se, também, o estabelecimento de um contrato fiduciário por parte do sujeito, que se vale de argumentos que crê legítimos, verdadeiros. Essa *verdade* ou esses *efeitos de verdade* são apresentados ao enunciatário por meio de *figuras* e *paixões* que recobrem o nível narrativo dos discursos, pois *quer* o enunciador *fazer crer* ao enunciatário que, caso partilhe de seu *querer*, será sancionado positivamente. As *figuras*, representações concretas ou abstratas do *dizer* e que transferem, pelo signo linguístico, o significado do ‘mundo real ou ficcional’, e as *paixões*, responsáveis pela modalização do sujeito e que o fará transitar de um para outro estado modal, são responsáveis pela concretude, as primeiras, e pela instabilidade, as segundas, gerando o sentido(s) do e no enunciado.

No *Requerimento*, as *figuras* constroem o simulacro de um sujeito trabalhador e progressista; pacífico e justo; leal e franco. O *Manifesto*, por sua vez, apresenta *figuras* semelhantes, ratificando, dessa forma, os simulacros identitários constantes do primeiro. A *paixão divisão* – termo empregado para se referir ao estado de alma do sujeito (estado de alma este que não se pode precisar em que momento nasceu, mas que os registros históricos remetem a um sujeito virtual já no século XIX) – é latente, principalmente nos *discursos fundadores*. O sujeito é persistente na busca do objeto valor desejado e apresenta argumentos de convencimento e de persuasão ao enunciatário, diz-se oprimido, injustiçado, humilhado e espoliado em seus direitos e nas riquezas que produz pelo antissujeito.

Apesar de todos *os efeitos de verdade* que recobrem o nível narrativo dos *discursos fundadores*, seja pelas *figuras* ou *paixões* neles presentes, os sujeitos-enunciadores não conseguiram manipular o enunciatário para que partilhasse o *querer* do mato-grossense do Sul, que permanece, então, em estado disfórico e assujeitado. A isotopia temática presentes no *Requerimento* e no *Manifesto* são ratificadas nos textos analisados no Capítulo 3.

A proximidade geográfica é argumento empírico para justificar a ‘confusão’ entre o sul-mato-grossense e o mato-grossense, alegando-se que ambos os estados situam-se na mesma região. Argumento facilmente rechaçado, quando comparado com o Estado de Tocantins que, desmembrado do Estado de Goiás, sendo, portanto, fronteiro a ele, não é ‘confundido’ com o estado-mãe. Outro argumento funda-se na semelhança toponímica. Entretanto, os estados nacionais Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte também possuem semelhança em seus nomes, mas, jamais são tomados um pelo outro (provavelmente a distância entre ambos, um localizado na região Sul, outro na região Nordeste, justifique a não confusão), logo não é a semelhança entre os nomes que gera ‘confusão’.

Ao encaminhar o anteprojeto de lei para a criação do novo Estado da Federação, em 1977, ao Congresso Nacional, o Presidente Geisel chamou-o de “Estado de Campo Grande”. O nome “Campo Grande” gerou celeuma entre os habitantes da região Sul e houve articulações para que se mudasse o nome para Mato Grosso do Sul, uma vez que tal nome “existiu em todas as campanhas divisionistas, inclusive durante a Revolução de 1932, quando o Sul de Mato Grosso uniu-se a São Paulo na Constituinte, formando, ainda que ilegalmente, o ‘Estado de Mato Grosso do Sul’,[...]” (‘Mato Grosso do Sul, um nome que completa tudo’, *Jornal Correio do Estado*, edição nº 7340, 25.08.77, p.2).

De acordo com Paulo Coelho Machado, coordenador da *Liga* à época, o nome “[...] se originou das características regionais, [...] veio dos campos limpos da região, da vacaria. São realmente campos limpos que apresentam alguns bordados de cerrados, são grandes campos, é um campo grande, que vai cortando o Sul até atingir Ponta Porã.” (‘Campo Grande amanhece calma trabalhando pelo novo Estado’, *Jornal Correio do Estado*, edição nº 7247, 05.05.77, p.3). Segundo o coordenador, a escolha do nome não tem relação com a cidade de Campo Grande, mas tão somente à caracterização da região e aos vastos campos nativos; lembra, também, que

“toda a campanha da Liga e de outros adeptos da divisão territorial, foi feita com base no ‘Mato Grosso do Sul’.” Em 11 de outubro daquele ano, atendendo ao *querer* dos meridionais, o Presidente Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, criando o Estado de Mato Grosso do Sul.

Registre-se que outros topônimos foram cogitados para nomear o Mato Grosso do Sul, entre eles:

Guaicuru: os índios guaicurús pertenceram ao grupo Mbayá-Guaicuru e habitaram a região Sul de Mato Grosso do Sul. Eram célebres cavaleiros e hábeis canoeiros. O termo “guaicuru”, que significa “homem verdadeiro”, é historicamente relacionado à resistência e à luta do sul-mato-grossense por sua independência, daí ser epônimo de Mato Grosso do Sul.

Maracaju: nome de origem tupi-guarani que significa “Papagaio Verde da Cabeça Amarela”, porque havia na região aves dessa espécie. Designa o planalto e a serra, entre os quais se localiza a cidade de Maracaju. Discursivamente *Maracaju* está presente em vários textos analisados como topônimo do Estado comandado, em 1932, por Vespasiano Martins; Estado esse que tem sua existência contestada.

Pantanal: o topônimo Pantanal designa a região formada por uma extensa planície pluvial, com fauna e flora abundantes e de rara beleza, que é influenciada pelos biomas: Amazônia, Cerrado, Chaco e Mata Atlântica. Corumbá, uma das maiores cidades do Estado, desejava constituir um terceiro estado: o Estado do Pantanal, com capital em Corumbá e que abangeria as cidades da região pantaneira. Segundo Cássio Leite de Barros, vice-governador do Estado de Mato Grosso em 1977, “[...] em Corumbá nunca houve solidamente um movimento à altura de provocar sérias reações por parte do governo federal: ‘Houve sim, uma verdadeira aspiração popular com preocupação de preservar a região, sem integrar, porém, nem ao Sul, nem ao Norte.’” (‘Território do Pantanal – ideal que agoniza’, *Jornal Correio do Estado*, edição nº 7247, 05.05.77, p.3).

Durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2006), houve um movimento articulado para se mudar o nome do Estado para Pantanal²⁴. Entre os motivos pró-Pantanal está o fato de Mato Grosso do Sul possuir mais de 64% do bioma Pantanal²⁵ em território brasileiro, ficando, Mato Grosso, com pouco menos de 36%. Esse mesmo argumento é

²⁴ O uso do nome de fantasia “Estado do Pantanal” encontra-se autorizado por lei estadual desde 2002, mas é pouco usado.

²⁵ O Pantanal estende-se por parte do Paraguai e da Bolívia.

utilizado pelos contrários ao nome, alegando que, uma vez que Mato Grosso também possui Pantanal, a ‘confusão’ continuaria.

Outro argumento do qual se valem os que são contra a mudança para o nome Pantanal diz respeito ao próprio meio-físico-geográfico que influi sobremaneira na constituição comportamental do ser humano. O pantaneiro vive em harmonia com a natureza, que imprime limitações à sua vida, diferenciando-o dos demais povos do Mato Grosso do Sul. O clima é quente e chuvoso no verão e frio e seco no inverno. A água é a vida do Pantanal e seus ciclos precisos marcam a vida do próprio pantaneiro. O pantaneiro tem, em sua maioria, presença indígena em sua ascendência.

Mas, poderá o gentio da região do Bolsão ou mesmo da microrregião de Dourados denominar-se pantaneiro ou pantanense? Essas microrregiões possuem constituição geofísica distinta da microrregião que abarca o Pantanal, para ficar apenas na questão geográfica, sem adentrar-se à questão sociocultural. Há, atualmente, um movimento político organizando-se com vistas a pleitear a mudança do nome do Estado e que propõe, entre outras ações, a realização de um plebiscito.

Outra questão a ser analisada diz respeito à economia linguística. De acordo com Bourdieu (1998), a *economia das trocas linguísticas* ou *trocas simbólicas* são instrumentos para a compreensão dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo da linguagem dentro de uma determinada relação social. Quando o gaúcho diz “*Vou para o Rio Grande...*” ninguém o questiona sobre a qual *Rio Grande* ele se refere, porque, na relação social em que circula seu discurso, essa *troca simbólica* é compreendida como *Rio Grande do Sul*. Registre-se, as particularidades dos sotaques gaúcho e nordestino, o que, provavelmente, auxilia o ouvinte-leitor a não duvidar ou questionar o lugar ao qual o enunciador se refere. Raramente diz-se: “*Vou para Minas Gerais*”, mas sim “*Vou para Minas...*”. É algo natural, inquestionável. Dizer “*Vou para o Mato Grosso...*”, substituindo conscientemente o nome Mato Grosso do Sul, numa relação de economia linguística, parece restringir-se, tão somente nesse caso, a errônea interpretação de que se troca um lugar por outro, quando, na verdade, ocorre aí também uma *troca simbólica*.

Pecuaristas, agricultores e empresários que possuem residência(s) em outros estados (São Paulo, Paraná, Minas Gerais etc), ou mesmo os jovens que se deslocam para estudar em centros maiores, muitas vezes utilizam o termo *Mato Grosso* para se referir ao Mato Grosso do Sul, não porque o desconhecem, fazem-no simplesmente por economia linguística e/ou com particular carinho pelo lugar. Ensina Bourdieu (1998) que o uso da linguagem, o modo de usá-la,

a matéria do discurso, a posição social do enunciador e do enunciatário é que legitimam o discurso. Logo, aceitar ou não *Mato Grosso* por Mato Grosso do Sul dependerá da relação social entre enunciador e enunciatário.

Em que pese a proximidade geográfica entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e em que pese a semelhança toponímica, a ‘confusão’ entre ambos encontra razões mais fortes para existir.

O topônimo Mato Grosso do Sul não trouxe nova existência ao novo Estado, ao contrário, estendeu-se a ele pelo nome a existência de Mato Grosso, como que a lembrá-lo *ad eternum* que é/foi parte daquele; que é depois daquele; que é o segundo e que, portanto, jamais será o primeiro.

Entretanto, os discursos analisados, somados às definições de *identidade e alteridade* apresentadas por Greimas e Courtes (1979), permitem afirmar que o sul-mato-grossense possui uma identidade. Porque permaneceu “[...] o **mesmo, persistiu no seu ser**, ao longo de sua existência narrativa, apesar das modificações que provoca ou sofre.” (grifos nossos), além disso, no decorrer de sua trajetória discursiva, procura distinguir-se do mato-grossense. Essa identidade, entretanto, apresenta-se fragmentada, em construção. Fluida.

Para Lacan (*apud* HALL, 2001, p. 38), “A identidade é realmente algo formado, ao **longo do tempo**, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. (...) Ela permanece sempre incompleta, [...]”. (grifos nossos). Mato Grosso do Sul é um Estado jovem, necessita, portanto, de tempo para firmar sua identidade, com a qual passará a ser identificado pelo *outro*. Esse tempo é necessário para firmar critérios objetivos de sua identidade regional (língua, dialeto, sotaque) e que constituirão

[...] objeto de representações mentais – vale dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos – e de representações objetais, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias etc) ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores. (BOURDIEU, 1998, p. 198).

As *representações objetais* estão legalmente inseridas na comunidade. Como os demais estados nacionais, Mato Grosso do Sul possui sua bandeira, seu hino, seu brasão. Já as *representações mentais*, indispensáveis para o seu (re)conhecimento perante o *outro*, encontram-

se em construção. Há ausência de condições de produção da memória histórica e/ou tradições que sirvam de identificação cultural, o que contribui, sobremaneira, para a falta de reconhecimento do sul-mato-grossense enquanto uma comunidade, um indivíduo, distinto do mato-grossense.

Cabe ao sul-mato-grossense assegurar sua *representação mental* junto à comunidade nacional, quiçá internacional, construindo-a em seu dia a dia e reforçando aquelas com as quais já é identificado. Mato Grosso do Sul²⁶ abriga, além dos migrantes oriundos de diversos estados nacionais e estrangeiros, uma expressiva comunidade indígena, o que contribui na construção da identidade do sul-mato-grossense, que, atualmente, reflete uma ‘colagem’ dessas muitas identidades, firmando uma outra identidade.

Ser sul-mato-grossense é estar ciente de quais *representações mentais* possui e divulgá-las sempre, fixando-as na memória do *outro*, para, passado o tempo, elas transformarem-se em *representações mentais* naturalmente relacionadas a si, sujeito único dessas *representações: o sul-mato-grossense*.

²⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2005, registram que mais de 30% dos residentes em Mato Grosso do Sul eram de outras unidades da Federação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos – Apresentação, NBR 14724. Rio de Janeiro, jul. 2002.

_____. Informação e documentação: Referências – Elaboração, NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 2002.

_____. Apresentação de citações em documentos, NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Afonso Henrique Lima Barreto. Hemus : São Paulo, 1966.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frteschi Vieira. São Paulo : Hucitec, 2000.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. 4 ed. São Paulo : Cultrix, s/d.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo : Ática, 1997 e 2005.

_____. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo : Humanitas/FLCH/ USP, 2001.

BATISTA, J. S. & NASCIMENTO, E. M. F. dos S. A paixão pelo Belo: a busca da fonte da eterna juventude. **Revista Intercâmbio**. Vol. XVII : 213-224, 2008. São Paulo : LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x.

BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído. Tese de doutorado. v. I/II. São Paulo : USP/FFLCH, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo : Edusp, 1998.

CIMÓ QUEIROZ, Paulo Roberto. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e “identidade” (um breve ensaio). In: **DIÁLOGOS**. DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o91.htm. Acesso em: 27 de agosto de 2008.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com>.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. São Paulo, Ática, 2007.

- _____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo : Contexto, 2005.
- ____ (Org.). **Introdução à Lingüística I** – objetos teóricos. São Paulo : Contexto, 2002.
- _____. Sendas e veredas da Semiótica narrativa e discursiva. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 177-207, 1999.
- _____. A semiótica discursiva. **CASA – Cadernos de semiótica literária**. Vol. 5. n. 2, dezembro de 2007. Disponível em: <HTTP://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/CASA-home.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2007.
- ____ e SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2002.
- FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Ática : São Paulo, 2007.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. 2. ed. São Paulo : Cultrix, 1966.
- _____. **Semiótica do discurso científico: da modalidade**. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. **Sobre o sentido – ensaios semióticos**. Petrópolis : Vozes, 2002.
- _____. & COURTES, Joseph (Col.) **Dicionário de Semiótica**. Cultrix, São Paulo, 1979.
- _____. & FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**. São Paulo: Ática, 1993.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro, DP & A, 2001, p. 07-97.
- HÉNAULT, A. **História concisa da Semiótica**. São Paulo: Parábola, 2006.
- HERNANDES, Nilton. **A revista veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 2001.
- _____. **A mídia e seus truques**. O que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo : Contexto, 2006.
- _____. **Semiótica dos jornais: análise do Jornal nacional, Folha de São Paulo, Jornal CBN, Portal UOL, Revista Veja**. Dissertação de doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
- _____. **Semiótica da publicidade e jornalismo**. Disponível em: <http://niltonhernandes.sites.uol.com.br/aula.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2007.
- HOBBSAWM, Eric. Uma história da Europa. **Jornal Folha de São Paulo**. 29/10/2008.
- KOCH, Ingedore G. Villaça **Argumentação e linguagem**. 2 ed. São Paulo : Cortez, 1987.
- LARA, Gláucia Muniz Proença. Lendo textos verbais e não-verbais: uma abordagem semiótica. **CASA – Cadernos de semiótica literária**. Vol. 5. n. 2, dezembro de 2007. Disponível em: <HTTP://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/CASA-home.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2007.

LANDOWSKI, E. **Presenças do Outro**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. **Discurso indígena: aculturação e polifonia**. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

_____. **A Imagem do índio**: Discursos de representações. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 2003.

LOPES, Edward. **Identidade e diferença**. São Paulo : Edusp, 1997.

LOPES, Ivã Carlos e HERNANDES, Nilton (Orgs.). **Semiótica**: objetos e práticas. São Paulo : Contexto, 2005.

PIETROFORTE, Antonio V. S. **Tópicos de semiótica**: modelos teóricos e aplicações. São Paulo : Annablume, 2008.

PLATÃO & FIORIN. **Para entender o texto leitura e redação**. 18 ed. Ática : São Paulo, 2001.

PROPP, Vladimir I. **Morfologia do conto maravilhoso**. Tradução de Jasna Panavich Sarhan. Forense : Rio de Janeiro, 1974.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2 ed. São Paulo : Parábola, 2008.

MARTINS, Oclécio Barbosa. **Pela defesa nacional: estudo sobre redivisão territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráf. Barbero, 1944.

MODERNO DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO BRASILEIRO. 20 ed. Curitiba, PR, Lis Gráfica e editora, 1986.

NOLASCO, Paulo. **O outdoor invisível** - crítica reunida. Campo Grande, MS : Editora da UFMS, 2006.

SALLY, Daniele Santana. Bertrand, Denis. Caminhos da semiótica literária. Bauru : EDUSC, 2003. **CASA – Cadernos de semiótica literária**. Vol. 5. n. 2, dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/CASA-home.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **A leitura fora do livro**. Disponível em: <http://pucsp.br/pos/epe/mostra/santaella.htm>. Acesso em: 18-01-2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix / Edusp, 1969.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do estado de Mato Grosso** (uma visão histórica). PUC/RS, 1996.

TRASK. R. L. **Dicionário de Linguagem e Lingüística**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo : Contexto, 2004.

ANEXOS